

8ª Entrevista: 07.05.1986

P.R. - Almirante, na última vez nós falávamos...

A.A. - Na fase da ajudância de ordens, não é?

P.R. - Não, nós estávamos...

V.A. - Já na Argentina.

P.R. - É, no tempo em que o senhor era adido naval na Argentina.

A.A. - Ah, adido militar na Argentina. Agora, eu tinha vontade de voltar época anterior, na época em que eu ainda era ajudante-de-ordens, porque tem dois fatos que eu acho muito interessantes. Um deles que vem justificar, vem de encontro manifestação minha sobre a posição do ministro da Marinha de então e a minha pessoa, que não morria de amores por mim. E então, na época justamente em que ele chegou e trouxe o decreto da minha promoção a capitão-de-corveta, trouxe também o da exoneração. Isso o presidente Vargas me disse: "Ah, o seu ministro trouxe o decreto da sua promoção e já trouxe de sua exoneração. Eu disse a ele que o senhor só saía daqui nomeado para outra comissão." E ficou assim. Aí ele me convidou depois para ser adido naval na Argentina, eu aceitei etc. E um determinado dia ele chamou o subchefe do gabinete, que era o comandante Medeiros, Otávio Medeiros, e disse ao comandante Medeiros - eu não sabia, só soube depois - disse ao comandante que fosse ao Ministério para dizer ao ministro da Marinha que fizesse um decreto me nomeando adido naval na Argentina. Então o comandante Medeiros, quando voltou do Ministério, voltou irritado e disse: "Imagine, eu fui lá ao ministro, transmitindo uma ordem direta do presidente, para que fizesse o decreto de sua designação, nomeação para adido naval, e o ministro ficou mal humorado, disse: "É isso que vocês arranjaram lá, não é?" E eu disse:

"Eu não arranjei..." Eu disse a ele que nós não tínhamos arranjado coisa nenhuma, que eu estava cumprindo uma ordem do presidente da República para fazer a sua nomeação para adido naval. Por aí o senhor v a ojeriza que ele tinha pela minha pessoa.

Posteriormente veio o reverso da medalha. Eu já era ministro, ou por outra, era chefe de gabinete do almirante Guillobel, ele já havia falecido, e o João Carlos Vital, que era o prefeito aqui na Guanabara, me telefonou e disse: "O Nolasco, você chefe do gabinete do Guillobel, e eu quero que você me faça o seguinte. Eu sei o que chefe de gabinete, enfim a força que o chefe de gabinete tem, o ato de presença etc. Eu estou com um rapaz filho de um amigo meu, ele está com um problema nervoso etc., e eu queria ver se o Guillobel nomeava esse rapaz para fazer a viagem do Almirante Saldanha, a viagem de instrução." - uma viagem ao estrangeiro que estava sendo projetada.

P.R. - Ele era oficial de Marinha, esse rapaz?

A.A. - Era oficial de Marinha, era um tenente, era um primeiro tenente, ou capitão-tenente. Bom, eu sabia que o almirante Guillobel tinha uma simpatia muito grande pelo almirante Guilhem, tinha admiração mesmo, que eu não tinha, mas ele tinha, mas era o meu chefe. E eu disse para o Vital: "Pois é, Vital, você vê, você está aflito para resolver o problema desse tenente, que aliás eu conheço, um oficial que tem condições para ser escolhido. Agora, o almirante Guillobel está tão triste com o problema, que o almirante Guilhem<sup>1</sup> queria ver se

<sup>1</sup> Certamente o entrevistado quis enunciar Guilhobel ao invés de Guilhem.

botava o nome do almirante Guilhem na rua em que ele morava, que ele era proprietário de uma casa em Copacabana. Ele foi, disse: "Se por isso já está, já está mudado o nome da rua, eu vou mudar o nome da rua." [risos] Eu então falei com o almirante Guillobel, disse a ele: "Almirante Guillobel, dá-se isto, o João Carlos Vital telefonou pedindo isso assim, assim, para..." E o almirante Guillobel: "Está bem etc." Eu disse: "Agora, também tem o seguinte: o senhor vai ficar muito satisfeito porque ele vai botar o nome almirante Guilhem na rua em que ele morou, e morou lá até falecer etc." E tem uma rua Almirante Guilhem ali em Ipanema, por ali - foi graças a essa situação. Passaram muitos anos, eu já era ministro, eu fui visitar, inspecionar lá a zona Norte do Brasil, eu parei em Recife. Parei em Recife e o comandante do distrito era o almirante Augusto Roque Dias Fernandes. Então eu estava vendo as instalações lá da Marinha, as obras que estavam sendo feitas, e ele então me disse: "Olha, aqui tem esse colégio que foi inaugurado aqui para os filhos dos militares aqui, que servem aqui, tem essa escola, e eu lembrei-me de botar o nome do almirante Guilhem, o que que você acha?" Eu disse: "Bota, pode botar. "Então vamos botar o nome do almirante Guilhem." Então pusemos, o colégio passou a ter o nome do almirante Guilhem, e então eu pedi a ele que passasse um telegrama para a viúva dele comunicando que o nome dele tinha sido lembrado para um colégio lá da base naval. [riso] Agora, outro caso também que eu acho que interessante do tempo em que eu era ajudante-de-ordens. O presidente descia depois do almoço e vinha andando etc. pela rua Paissandu. E um dia ele desceu muito preocupado, e ele desabafava: " uma coisa horrível, uma pressão

tremenda, todo mundo quer ser diplomata e todo o mundo pede para ingressar no Itamarati e uma dificuldade, a gente tem que estar contornando situações." Porque as nomeações para o Itamarati eram praticamente de determinação do presidente. O cidadão era nomeado apresentando talvez um título qualquer, uma coisa assim. Eu fui e disse a ele: "Mas presidente, por que o senhor não forma, não faz a escola de diplomacia? Nós temos a Escola Naval, temos a Escola Militar, que depois passou a ser Agulhas Negras, e o senhor sabe o que - essas escolas formam uma mentalidade e, pelo curso especializado que dão, como dão na Marinha, dão no Exército..." - eu não me lembro se a Aeronáutica já tinha sido criada. "O senhor cria a escola de diplomacia e quem quer ser diplomata se candidata a cursar a escola. Então ele já vai cursar a escola, sai com um diploma, ingressa no quadro de diplomatas e já vai fazer a carreira da diplomacia perfeitamente dentro dos princípios que a escola determinar." A escola de diplomacia foi realizada, e ela tem o nome Instituto Rio Branco, e os diplomatas hoje todos normalmente cursam o Instituto Rio Branco e saem. Eu acho que o nome que não ficou bem, eu acho que seria melhor Escola de Diplomacia, e tendo como patrono o Barão, não é? Porque os diplomatas todos têm uma admiração muito grande pelo Barão. O barão do Rio Branco um deus para eles. Mas acho que devia ser Escola de Diplomacia e ter o patrono, mas ficou Instituto Rio Branco. Mas eu sei que a finalidade está sendo exercida e os presidentes da República ficaram livres dessa pressão das nomeações...

V.A. - Graças ao senhor.

A.A. - Não sei se graças a mim, ou devido, ou em prejuízo da diplomacia, não sei, mas eu acho que ela foi muito bem-vinda. Hoje tem grandes diplomatas, tem grandes economistas etc., com conhecimento grande dos problemas nacionais etc. E ele criou. Ele também fez uma coisa: ele estabeleceu no regime, no governo dele, uma outra doutrina, que também havia um problema sério, mas nisso eu não tive participação nenhuma. que os diplomatas viviam permanentemente fora do Brasil, e eles ficavam... saíam de uma comissão, eram nomeados para outra no estrangeiro. Então eles ficavam completamente desambientados do Brasil. E havia outro problema também, quer dizer, eles iam casando todos com pessoas de nacionalidade estrangeira, diferente da brasileira. Então foi criação dele também a obrigatoriedade de todos os

diplomatas, depois de um determinado número de anos no estrangeiro, virem para o Brasil, passarem dois anos, fazerem um estágio de dois anos, e então depois de dois anos que eles podiam ser nomeados para uma comissão no estrangeiro, mas eles ficam dois anos servindo aqui, obrigatoriamente. E estabeleceu também - também tinha isso para as Forças Armadas, não sei se ainda existe no Ministério do Exterior. E que só havia consentimento da pessoa casar com estrangeiro com licença do presidente da República. Porque então o governo que ia ver se havia alguma restrição àquela personalidade, àquela pessoa etc., em relação aos interesses nacionais. Acho que até hoje os diplomatas, para casarem com pessoa estrangeira, precisam dessa..., obedecem a essa determinação, têm que dar as informações, o currículo da moça com a qual eles pretendem se casar etc. Se se tratar de estrangeira. Com brasileira, não. Isso que eu achei que eu tinha omitido e achava que tinha uma certa importância.

P.R. - Qual era o motivo da animosidade do almirante Guilhem contra o senhor?

A.A. - O motivo eu creio que disse, eu creio que vem desde o tempo em que eu era aspirante. Eu não... vamos dizer assim, eu não simpatizava com a forma pela qual ele administrava a Escola Naval, e ele tinha por hábito de vez em quando convidar dois alunos da Escola Naval para irem jantar com ele. E eu, quando recebi o convite, declarei que eu não podia ir porque estava doente, estava passando mal etc. E ele soube...

[INTERRUPÇÃO DA FITA]

A.A. - O tempo passou e eu fui proporcionar a possibilidade da rua ter o nome dele, a rua em que ele morou o resto da vida dele, e ainda botar o nome de um colégio. Porque eu sempre fui muito impessoal no meu objeto de serviço, nas questões de serviço, eu nunca quis saber se gostavam de mim, se não gostavam; quando se tratava de decidir, eu sempre procurei decidir com isenção de ânimos e não de me valorizando, me valendo da posição que eu exercia para de tratar a, b ou c.

Eu não sei se eu contei aqui que houve um caso muito curioso, quando eu assumi o Ministério, que houve uma ordem de chamar todos os oficiais que estavam servindo em funções fora do Ministério. Uma das razões desta situação era o seguinte: que havia um oficial de Marinha, que hoje ministro do Superior Tribunal, um rapaz de muito valor, um homem de muita... que era o Bierranbach. E o Bierranbach era unha e carne com o Carlos Lacerda, era palaciano lá com o Carlos Lacerda e estava disposição do Carlos Lacerda, que era governador. E o governador Carlos Lacerda nem recebia o presidente da República quando vinha aqui ao Rio, que era o João Goulart, de quem eu era ministro. E então com essa ordem de requisição dos oficiais para voltarem ao serviço, eu mandei também a comunicação para o governador devolver o oficial que era o Bierranbach. E muita gente imaginava que o Carlos Lacerda hostilizando o João Goulart e eu sendo ministro do João Goulart, eu, para ser agradável situação, por ser adversário ao seu oponente, ao Carlos Lacerda, eu ia perseguir esse oficial que vinha para o Ministério da Marinha. Mas para surpresa dele e de muita gente na Marinha, quando ele chegou eu mandei chamar e disse a ele: "Olha aqui, você veio para a Marinha, retornou Marinha em virtude desta circunstância etc. , mas eu quero lhe informar que eu já mandei preparar o decreto para lhe nomear para comandar o melhor navio hidrográfico que nós temos." - que era o *Sirius*. Eram dois navios construídos no Japão: o *Sirius* e o *Canopus*. Então eu nomeei...

V.A. - Como era o nome dos navios?

A.A. - *Sirius* e *Canopus*. Dois nomes de estrelas, de astros. Então ele ficou muito agradecido e comandou aliás com grande eficiência o *Sirius*, durante muito tempo. Até foi o primeiro caso... Ele aproveitou no exercício das funções dele de comandante, ele desembarcou na ilha de... que o nome nunca me vem... Ele chegou lá de helicóptero... de Martins Vaz. Foi o primeiro oficial a desembarcar, porque o navio tinha helicóptero. Então ele, numa das funções de levantamento hidrográfico do Brasil, passou lá, então foi de helicóptero, com um elemento da guarnição e desembarcou lá e botou um marco da ... brasileiro lá dentro das ilhas. Que são ilhas curiosas, que a gente de longe, de lá da ilha da Trindade, a gente com muita dificuldade ainda v a ilha de Martins Vaz. Ele pousou lá.

P.R. - Por que, ela muito pequena?

A.A. - muito pequena, e de acesso difícil porque toda rochosa. Então difícil de... mar alto e difícil de atracar uma embarcação lá. Mas toda vez que eu me encontrava com o Bierrenbach, depois, ele oficial general já, ele sempre fazia menção a isso: "Eu nunca me esqueço de que o senhor me nomeou para comandante do *Sirius* e todo o mundo estava esperando que eu fosse pegar péssima comissão, ser perseguido etc."

V.A. - Aí ele não teve mais jeito de fazer oposição? Sendo nomeado para um navio tão bom?

A.A. - O navio era ótimo.

V.A. - Não tinha jeito de fazer oposição ao governo.

A.A. - Ah, não sei, porque ele era muito independente, não é? Ele era muito... Ele era um oficial muito independente de pensamento. Ele podia não gostar do João Goulart, mas ele por via disso, por não concordar com a administração ou o credo do João Goulart, não por isso que ele ia deixar de fazer oposição, não é? Porque ele tinha uma isenção de ânimos muito grande. Ele era amigo lá do Carlos Lacerda, que ele só chamava de Carlos etc., e não sei se ele aprovava as atitudes do Carlos Lacerda, sendo governador, de não vir receber o presidente da República, que era uma obrigação natural de cortesia. Mas o Carlos Lacerda nunca veio. Também o João Goulart nunca passou recibo disso, nunca comentou, pelo menos comigo etc., nunca se externou sobre... estranhando essa situação. Ela era superior, se colocava num campo superior a isso, chegava aqui, desembarcava, vinha ao Rio, voltava etc., e nunca passou recibo dessa posição radical do Carlos Lacerda.

V.A. - Eu disse isso porque eu fiquei pensando se não havia uma intenção do senhor, dando a ele um boa comissão, de enfraquecer ao menor a oposição que ele poderia...

A.A. - Não, não, eu dei porque eu achava que ele... Eu não queria que transparecesse qualquer idéia ao meu respeito, de dar cobertura a qualquer sentimento de revanche, de qualquer coisa, de vários oficiais. Vários oficiais aconteceu... Eu, quando assumi o Ministério, comum quando há um movimento... Eu notei que quando havia um movimento qualquer de perturbação, de reação de mudança de governo, era freqüente, era comum, a primeira coisa que se fazia era desfazer as nomeações de oficiais que estavam em comissões de um certo relevo etc., e principalmente comissão no estrangeiro. Mandava-se exonerar aquele pessoal e encaminhava-se outros oficiais da corrente, digamos assim, mais pró-governo. Quando eu assumi o Ministério, que eu cheguei de Brasília aqui no Rio, o chefe do Estado-Maior, que tinha sido meu professor e meu instrutor... Eu era contra-

almirante e ele era almirante-de-esquadra. Mas era o chefe do Estado-Maior da Armada. e eu pedi a ele... Eu pedi porque eu tinha um respeito por ele muito grande, embora as circunstâncias me tivessem levado, como contra-almirante, a ser ministro da Marinha. Eu pedi a ele, eu disse: "Almirante, o senhor faz o obséquio, passa uma mensagem circular para todos os oficiais que estão em comissão no estrangeiro, dizendo que não intenção do governo atual modificar essa situação que está estabelecida pelo governo anterior." Eu soube depois que muitos oficiais estavam apreensivos sem saber se iam ser recambiados na hora, etc. Então a minha preocupação de ser, vamos dizer, um juiz, eu não queria que me pesasse na consciência qualquer idéia de maltratar ou de perseguir a, b ou c. Ninguém pode se queixar, no período que eu fui a maior autoridade naval, que eu tivesse me valido dessa situação para isso.

P.R. - Quem era o chefe do Estado-Maior da Armada?

A.A. - Era um oficial de grande valor, Ari dos Santos Rongel. Ele tinha sido nosso instrutor quando nós éramos guardas-marinha, o responsável pela nossa instrução - era ele e o almirante Antônio Alves Câmara, que foi ministro depois no governo do Juscelino. E os dois eram encarregados...O almirante, que era comandante, Alves Câmara era encarregado mais da parte disciplinar e da parte terrestre - que era a parte de hidrografia, topografia -, então essa parte toda, levantamento topográfico e hidrográfico, ficava com o almirante Câmara. E a outra parte, de navegação, essa coisa, navegação, astronomia, isso tudo era com o almirante Ari Rongel, que era capitão-de-corveta também embarcado no navio. E o tempo passou, eu servia no Estado-Maior como contra-almirante, e ele era o chefe do Estado-Maior, almirante-de-esquadra, quando eu recebi a quase que intimação do Amaral, via Renato Archer, para pegar o primeiro avião porque eu ia assumir o Ministério da Marinha, que eu já contei isso aqui. E teve... Um fenômeno curioso foi o seguinte: que ele, o almirante Rongel, quando ele veio conversar comigo, despachar, ele virou-se para mim muito cerimoniosamente: "Senhor, ministro, eu vim falar com vossa Excelência..." Eu disse assim: "Almirante, por favor, não me trate assim, não me maltrate dessa forma. Eu continuo sendo o Nolasco, seu aluno, e o senhor continua sendo o meu professor, mas não me faça mais isso." Então ele me tratava de você e eu sempre o tratei de senhor. [riso] Mas era um oficial de muito valor, e depois com um amor à Marinha desses que encantam a gente, a mim me encantou muito ter amor Marinha. E ele tinha amor Marinha, e altamente comunicativo nesse assunto. E era um espírito de uma cultura geral grande, e gostava muito de fazer poesias, fazia poesiazinhas com assuntos de Marinha, muito espirituosas e muito bonitas mesmo. Um oficial de grande valor tinha uma admiração muito grande por ele. E foi o meu chefe de Estado-Maior, durante o tempo em que eu fui ministro. Quando eu deixei o Ministério aí então ele deixou a chefia do Estado-Maior e pediu transferência para a reserva.

P.R. - O senhor foi ministro como vice-almirante?

A.A. - Contra-almirante.

P.R. - Contra-almirante.

A.A. - O primeiro posto do oficial-general, porque contra-almirante, vice-almirante e almirante-de-esquadra. Eu fui ministro com o primeiro posto de oficial general, de contra-almirante.

P.R. - E nunca tinha acontecido isso na Marinha?

A.A. - Eu creio que aconteceu com o almirante Pinto da Luz, creio que aconteceu. Porque na época do almirante Pinto da Luz só havia dois postos: contra-almirante e vice-almirante, não

havia o almirante-de-esquadra. Mas eu tenho a impressão que o almirante Pinto da Luz, quando assumiu o Ministério, era contra-almirante, porque ele tinha sido... Ele era chefe de gabinete do almirante Alexandrino. Ele era..., eu tenho idéia, também foi como contra-almirante. Agora, há uma, parece que uma fatalidade histórica, ou lá o que seja, que vários chefes de gabinete chegaram ao Ministério, como ministro da Marinha. Eu observei: o almirante Guillobel foi chefe de gabinete e foi ministro da Marinha; eu fui chefe de gabinete e fui ministro da Marinha; o almirante Matoso Maia foi chefe de gabinete e foi ministro da Marinha; o almirante Sílvio Mota foi chefe de gabinete e foi ministro da Marinha; o almirante Pedro Paulo de Araújo Suzano foi chefe de gabinete e foi ministro da Marinha. E não me lembro se mais algum, mas tinha pelo menos uns cinco, seis casos de oficiais que assumiram a chefia do gabinete, terem ascendido a... terem chegado a ministro.

V.A. - Há alguma explicação para isso?

A.A. - Não, uma coincidência.

V.A. - O senhor não acha que existe alguma explicação?

A.A. - Não, eu não vejo explicação nenhuma. As circunstâncias de momento que levam. Eu fui chefe, fui ministro da Marinha por uma circunstância fortuita, digamos assim, porque ninguém imaginava que o governo do Jânio Quadros ia cair daquele jeito, não é? O ministro da Marinha era um colega de turma meu, que era o Sílvio Heck.

P.R. - E o senhor...

[FINAL DA FITA 14-A]

P.R. - E o senhor, em virtude disso, não teve problema de natureza disciplinar?

A.A. - Nenhuma, nenhuma. Quando eu cheguei de Brasília, no aeroporto, todo o corpo de oficiais gerais estava me esperando. Os oficiais sediados aqui estavam no aeroporto me esperando, não tive o menor problema. E todas as comissões, o trato de todos os assuntos era com a maior cordialidade, sem haver a menor suscetibilidade. Porque nós sempre consideramos muito o cargo de ministro um cargo, vamos dizer, político etc., que tem, digamos assim, a precedência é... Por lei, cabe ao ministro da Marinha. Como hoje também, por lei, o cargo de chefe do Estado-Maior, que o maior posto exercido na Marinha, ele tem sempre precedência a todos os demais oficiais gerais. Também ficou estabelecido, o cargo com precedência sobre todos os... Embora eu discorde do nome, tecnicamente eu discorde, porque nós temos o chefe do Estado-Maior da Armada hoje e, temos o chefe de Operações Navais. E pela doutrina de estado-maior etc., do que faz o Estado-Maior, eu acho que a denominação do chefe naval com a hierarquia suprema devia ser o chefe de Operações Navais. Porque o Estado-Maior, a chefia do Estado-Maior, a organização do Estado-Maior o elemento - pelo que eu aprendi - o elemento que prepara os elementos para um chefe, que no caso seria o chefe de Operações Navais, como aliás na América do Norte. O chefe de Operações, que eles chamam de C.N.O., ele... Nem se fala no chefe do Estado-Maior. O chefe do Estado-Maior prepara os planos etc., faz os elementos todos, para o chefe decidir, porque a decisão do chefe de Operações Navais. E na Marinha, nós, por um apego talvez exagerado e errado tradição, nós continuamos achando que o chefe de Estado-Maior que o chefe; ele chefe de Estado-Maior. E o chefe de Operações

Navais, que tudo que se relaciona com a direção da Marinha - eu não sei, atualmente eu não sei como funciona -, mas ele subalterno ao chefe do Estado-Maior.

P.R. - E o comandante-em-chefe da Esquadra?

A.A. - O comandante-em-chefe da Esquadra só sobre a esquadra que ele está comandando. Mas as operações navais, elas abrangem tudo o que diz respeito operações da Marinha, inclusive fuzileiros etc. De modo que o chefe de operações Navais, ele comanda toda essa parte. E o comandante-em-chefe de Esquadra - que também a denominação um pouco errada, porque quando o cidadão nomeado almirante-de-esquadra, ele deixa a esquadra... porque o chefe da esquadra vice-almirante, normalmente. E no entanto há o posto de almirante-de-esquadra. Logo, o almirante-de-esquadra devia ser, devia exercer a função de comandante da Esquadra, não é? Mas não, o comandante da Esquadra vice-almirante, e os almirantes-de-esquadra não comandam a Esquadra. Podem comandar o Estado-Maior, dirigir o Estado-Maior, as operações navais, mas não comandam a Esquadra. Mas tem essa nuance aí de que eu também discordo. Eu acho que se há almirante-de-esquadra, e se o cargo, se existe a função de comandante da Esquadra, devia ser exercido por um almirante-de-esquadra, e não por um vice-almirante.

P.R. - E os distritos navais? São comandados por quem?

A.A. - Por vice-almirante ou contra-almirante.

P.R. - Mas voltando àquela parte inicial, o retorno do senhor de Buenos Aires, o senhor chegou em fevereiro de 1945.

A.A. - Eu cheguei em... Quando foi que eu cheguei?... Eu cheguei um mês antes, ou dois meses antes da crise do presidente Café Filho, não me recordo em que época foi.

P.R. - Não, eu me refiro volta de Buenos Aires ainda. Não da Espanha.

A.A. - Ah, a volta de Buenos Aires.

P.R. - É, em 45.

A.A. - Eu cheguei aqui, eu quando cheguei aqui fui designado para a Força Naval do Nordeste.

P.R. - O senhor chegou já quase no final da guerra?

A.A. - Quase no final da guerra. Mas eu fui designado para servir na Força Naval do Nordeste, fui nomeado o imediato do navio que era o chamado "capitão de bandeira"<sup>2</sup>, que era o navio em que estava embarcado o comandante da Força Naval do Nordeste, que era o almirante Alfredo Carlos Soares Dutra.

P.R. - A função dele era fazer a escolta?

A.A. - Era toda a proteção da zona Norte do Brasil e toda a proteção dos comboios que trafegavam do Brasil para Trindad e vice-versa.

---

<sup>2</sup> Capitão de bandeira-comandante de navio capitania de uma força, ou seja, do navio onde se acha embarcado o comandante da força naval.

P.R. - Nessa Força Naval o senhor ficou até quando?

A.A. - Eu fiquei até ela praticamente dissolver, porque depois acabou a guerra, veio a ordem de regresso da força, quando a força regressou, na viagem de trajeto, o presidente Vargas foi deposto.

P.R. - Em outubro? Outubro de 45. Quer dizer que na época da deposição dele o senhor não estava no Rio?

A.A. - Nós estávamos viajando, estávamos no mar. A Força Naval do Nordeste vinha toda incorporada, tinha recebido ordem para regressar ao Rio. E a Força estava toda no mar. Aí nós soubemos por rádio que o presidente Vargas havia sido deposto.

P.R. - Quer dizer, a Força Naval do Nordeste era sediada em Recife, não é?

A.A. - Era...?

P.R. - Era baseada em Recife, sediada...

A.A. - Baseada em Recife. Tinha parte em Recife, tinha parte em Salvador, e, de Salvador para o Norte que ela atuava. E atuava em conjunto com os navios da Marinha americana, que eram comandados pelo almirante Ingram. Nós trabalhávamos de comum acordo. E quando a guerra terminou, a Força Naval do Nordeste ainda funcionou algum tempo, então aí os americanos tinham necessidade de fazer o retorno da Força Aérea deles que estava no continente europeu. Então se estabeleceu uma linha, uma linha dos aviões que vinham para a América, com várias estações, em que ficavam os navios brasileiros e americanos para dar apoio aos aviões que podiam ter alguma pane, e ser prestado socorro imediato. Então essas estações, cada um tinha... Cada navio era designado para uma estação e ficava lá se rendendo para que os aviões da Força Aérea Americana viessem para o continente sul-americano e depois retornassem aos Estados Unidos. Mas eles faziam esse trajeto. Porque nós tínhamos uma base, base aérea em Recife, e tínhamos uma base aérea em Natal, que era..., precipuamente o fim dela era fazer o apoio do trampolim que era de Natal para a Europa para levar os...

Natal a Dakar para levar os aviões da Força Aérea, porque o raio de ação dos aviões... não se falava ainda em reabastecimento no ar etc. Para eles terem... A linha mais curta era Natal - Dakar. Mas toda a

Força Aérea era transportada para lá. E quando terminou a guerra eles começaram a recambiar os aviões, todos eles apoiados por uma série de pontos em que os navios ficavam, e os pilotos já sabiam que em tais coordenadas tinham o apoio de um navio E por uma... por uma coincidência curiosa foi o seguinte: o cruzador Bahia explodiu quando estava numa dessas estações, cujo número era 13. Foi onde o cruzador Bahia foi a pique, perdemos a guarnição praticamente... quase totalmente a guarnição - só se salvaram um oficial e 37 homens. Trezentos e tantos homens foram...

V.A. - E por que ele explodiu?

A.A. - O navio explodiu... Há uma série de conjecturas. A mais acertada a seguinte: que o navio, aqueles navios tinham um balanço muito forte, um jogo - eles chamam de jogo. Os navios tinham que ficar pairando sobre máquinas naquela zona e andando devagar. Quanto mais devagar o navio está andando, mais ele sujeito às ações do mar. Se o navio está andando com velocidade ele vai cortando, vai singrando com muito mais estabilidade. E o navio estava, devia estar jogando muito, e de manhã tocava postos de combate, o pessoal estava sempre em



alerta, e pela manhã, oito e meia, tocava postos de combate e a guarnição guarnecia os canhões e a parte de metralhadoras. E o navio carregava uma série de bombas de profundidade na parte traseira, que a gente chama de popa. E, numa plataforma dessas de metralhadora, admite-se que com um balanço do navio muito grande, a guarnição que estava com aquela metralhadora antiaérea, ou perdeu o equilíbrio, ou coisa que o valha, e a metralhadora... Alguém puxou o disparo da metralhadora, e por um azar desgraçado, a metralhadora disparou e pegou as bombas de profundidade que estavam na popa. Acho que a popa voou, onde estava a maioria da oficialidade. E o navio foi a pique, acho que em cinco minutos. SÓ sobrou um oficial que estava de serviço no departamento de máquinas, estava a meio do navio. Ele disse que sentiu aquele tranco violento e então viu que o navio estava se desfazendo e a oficialidade, o pessoal que estava mais no que já denominei de popa, veio para a parte - porque a popa começou a submergir -, veio para o resto do navio. Aí houve uma outra coisa curiosa: que ele não sabe quem deu a ordem que um marinheiro fosse passando a faca nas cordas, que nós chamamos de cabos, que prendiam as balsas. Eram parece que 17 ou 18 balsas. Então as balsas se desprezaram do navio e caíram dentro d'água. Então a guarnição, os náufragos, foram se apoiando nessas balsas, mas a questão que eles ficaram mercê do tempo, tiveram mais de quatro dias. Um sol de rachar; com a explosão do navio, os tanquezinhos que tinham água doce nas balsas, aquele negócio se desfez, de modo que o pessoal ficou míngua de água doce e a mercê do sol etc. E as balsas, no começo umas amarradas às outras, mas depois o pessoal foi ficando enlouquecido com o calor etc., e foram se desvencilhando das balsas e o pessoal foi ficando atacado da cabeça, e bebendo água salgada para matar a sede. Aí então a coisa ficava pior ainda. E assim a guarnição foi toda morrendo.

Esse rapaz, que era o Lúcio Torres Dias... Eu estava no Recife; quando ele chegou, fui visitá-lo no hospital, ele e mais 37 - se não me engano - náufragos: um suboficial, o resto de sargentos e marinheiros. Então ele depois me contou que ele tinha lido num folheto qualquer que em caso de naufrágio, que o sujeito estivesse míngua de água, ele devia procurar uma coisa qualquer para chupar, para ficar chupando aquilo para salivar etc., e não sentir o corpo seco. E ele foi ficando, fazendo assim e com a determinação de não beber a água salgada. - alimento não tinha também - e foi suportando aquilo. Até que passou, tinha sempre um navio... Normalmente, na vida naval tem um navio inglês aparecendo. Apareceu um navio inglês que prestou socorro a eles, a aqueles que tinham resistido, inclusive a ele. Mas quando, em Recife, a Força Naval recebeu notícia de que o navio tinha... possivelmente tinha havido alguma coisa com o navio, porque as comunicações tinham cessado, o Rio Grande do Sul, que era um outro cruzador, foi para a Estação 13 com a velocidade máxima que podia para procurar o navio, mas já não encontrou mais o navio. Mas passou perto dos náufragos - esse oficial disse que o navio passou perto, eles gritaram, fizeram sinais etc. e o Rio Grande do Sul passou, vasculhou aquilo tudo e não deu pelos náufragos. Ele disse que pensou que estivesse perdido. E o Rio Grande do Sul se afastou porque não encontrava resto do navio, nem vestígios do navio, nem nada. Aí mais umas horas depois passou um navio inglês e os avistou e recolheu, quer dizer... Mas eles vinham todos queimados de água-viva, de tudo, um estado deplorável. E queimados de sol, não é?

V.A. - E da explosão também?

A.A. - Da explosão, não; a explosão não tinha... Os que foram queimados da explosão morreram. Esses foram os náufragos que conseguiram se salvar, livres de lesões. Porque uns, por exemplo, o chefe do departamento de máquinas, que era um rapaz forte, alto, o Souto, Luís Souto, esse ficou numa das balsas, creio que até a do Lúcio Torres Dias, e ele ficou. Ele estava ferido e ficou muito desanimado, muito acabrunhado etc., e acabou se atirando n'água e praticamente suicidou-se. Mas disse que era... Foram dias dantescos. Tinha marinheiros que

ficavam: "Adeus! Adeus!" Outros viam coisas, viam terra, e se atiravam da balsa pensando que iam pegar a praia, viam praias, completamente cheios de visões. E hoje, agora não sei, mas no meu tempo de embarcado etc., era obrigatório a gente ficar com roupa de calça curta etc e apanhar sol, para a gente ficar preparado para, num caso de naufrágio, ter condições melhores de resistir ação do sol.

P.R. - Agora, nesse regresso do senhor de Buenos Aires, voltando ao Brasil para ingressar na Força Naval do Nordeste, o senhor encontrou um Brasil diferente, não é? Já com a campanha política em plena efervescência, as candidaturas lançadas.

A.A. - Ah, encontrei.

P.R. - Não é? Os partidos já se constituindo, a lei da anistia seria promulgada logo em seguida. Então como que o senhor sentiu o panorama, como o senhor sentiu a novidade?

A.A. - Eu senti o seguinte: eu senti o panorama, digamos assim, eu senti um panorama de fraqueza do governo do presidente Vargas. Eu senti que havia, que estava em ebulição um movimento qualquer de... digamos, de deposição do presidente Vargas. Isso eu senti, e eu disse até, quando eu fui para a Força Naval do Nordeste... O comandante Medeiros, Otávio Medeiros, ainda era..., era subchefe do gabinete, eu ainda disse, quando eu fui para o Nordeste: "Os elementos simpáticos ao presidente estão todos saindo do Rio de Janeiro." Eu disse a ele. Mas eu não ia pedir para deixar de ir para a Força Naval do Nordeste, de participar, pelo menos simbolicamente, do conflito mundial etc.,

por um pensamento meu de resguardar o presidente - era muita pretensão minha. Mas eu manifestei a ele, que era subchefe do gabinete, que eu sentia que havia uma corrente, estava se formando uma corrente grande contra o presidente Vargas.

P.R. - E ele concordou?

A.A. - Eu não... Ele ouviu, não sei se ele concordou. Ele ouviu, eu disse o que eu sentia.

P.R. - E dentro da Força, dentro da oficialidade que servia na Força?

A.A. - Lá no Nordeste não se sentia muito, não. O pessoal... No Nordeste a preocupação maior era da guerra mesmo, era a preocupação profissional de exercer as funções que o nosso chefe lá, que era o almirante Soares Dutra, determinava. Nós estávamos muito mais enfiados com o conflito do que com essa política de sucessão, política interna. Na escala de urgência, o pessoal todo que servia na Força Naval do Nordeste estava mais preparado para defender o país, e não para resolver problemas de ordem filosófica etc., dentro da nação.

P.R. - Quer dizer que não havia grande envolvimento da oficialidade.

A.A. - Não.

P.R. - As notícias dos acontecimentos...

A.A. - Não houve, digamos assim... não houve assim... Todo o mundo recebeu com surpresa. Pelo menos no navio que eu estava etc. E depois, foi completamente uma surpresa para quem estava na Força Naval do Nordeste.

P.R. - Quando ela já vinha em direção ao Rio?

A.A. - Quando ela já vinha. E depois que chegou aqui também; conversa com o pessoal da Força Naval do Nordeste, com os oficiais dos navios, ninguém tinha idéia de que aquilo ia eclodir, recebido qualquer informação de que havia a presunção ou a pretensão de uma derrubada de governo. Não havia isso não. Pelo menos na minha impressão.

P.R. - O senhor compreende, aquele ano de 45 foi um ano assim muito intenso, não é? De acontecimentos políticos. Foi o retorno da FEB da Europa, a campanha pró-constituente, o problema da anistia, a formação dos partidos...

A.A. - Os contra o presidente Vargas, naturalmente essa gente toda tinha um slogan, não é? Se nós fomos combater o Eixo, a ditadura, lá fora, por que não combater aqui dentro, não é? Havia essa idéia de aversão, digamos assim, de antipatia por um governo totalitário, uma vez que o governo totalitário do Hitler, do Mussoline etc., tinham gerado aquela ceifa de vidas de forma a mais triste, a mais dolorosa possível.

P.R. - Sem dúvida. Agora, dentro da oficialidade com a qual o senhor convivia, qual era a candidatura mais simpática, era do Dutra ou do Eduardo Gomes?

A.A. - Eu tenho a impressão que seria a do Eduardo Gomes.

P.R. - Do Eduardo Gomes?

A.A. - É , essa a impressão que eu tenho.

P.R. - Mas não tem assim uma...

A.A. - Não, não posso, não posso asseverar que fosse, mas a impressão que eu tinha que o Eduardo Gomes captava maior simpatia, pelas razões... O pessoal, digamos assim, mais imbuído da conceituação democrática, naturalmente via o Eduardo Gomes como um elemento melhor, mais indicado, mais representativo da vontade democrática, ao passo que o general Dutra tinha sido ministro de Estado do presidente Vargas, tinha participado naquele movimento do Estado Novo, dessa coisa toda. Então essa gente achava que possivelmente o general Dutra não era 100% de mentalidade democrática etc. E no entanto foi o homem do caderninho, não é?... [risos]

P.R. - O senhor, pessoalmente, o que achava na época?

A.A. - Do marechal Dutra?

P.R. - Dos dois.

A.A. - Dos dois? Eu tinha mais simpatia pelo general Dutra. Eu nunca morri de simpatia pelo Eduardo Gomes, não; eu acho que o Eduardo Gomes era uma figura meio enigmática. Agora, tinha mais simpatia pelo general Dutra.

V.A. - Enigmático por quê?

A.A. - Porque a gente não... Eu não sentia nele uma certa coerência de atitudes, entendeu? Ele era um homem meio... Eu achava estranho um homem assim pouco comunicativo, pelo menos que eu sentia que fosse pouco comunicativo. Um pouco... um pouco mal jeito na condução, digamos assim. política das coisas. Surgiu até um negócio da massa operária dele, que se [remetia]<sup>3</sup> aos operários de marmiteiros, essa coisa toda, um sentimento assim meio de casta, que não me levava a, digamos assim, ter certa simpatia por ele. Essas coisas a gente não sabe bem por que é, não é? As vezes o ... Como que podemos dizer? É uma coisa de... incontrolável, não é? Alguém controla o amor? Não é? Controla o ódio? Não sei, uma coisa que me deixa até triste que nós controlamos uma porção de coisas, mas não conseguimos controlar a mente, não é? Nós controlamos uma porção, mas a mente não conseguimos controlar, não podemos deixar de pensar numa coisa. Seria muito bom se nós pudéssemos, nós teríamos uma certa tranquilidade, uma porção de reflexões, não é? deixa isso para lá, não vamos pensar mais. Mas não, aquela coisa fica, a gente vai dormir, aquele negócio fica ruminando na cabeça da gente, não é? Assim no setor sentimental, no setor amoroso, uma mulher ou um homem pode deixar de amar porque quer deixar de amar? Não pode, não é? "Ah, Fulano não presta, não vale nada etc.," mas a mulher fica dominada por aquele sentimento, ela não controla, o homem também. "Mas essa moça não vai servir para você, não está adequada, você... faz muito mal." Mas ele chega, chega conclusão que aquela escolhida dele não reúne as qualidades, mas a questão que ele vê, ele fica dominado pela mente e não controla. uma coisa que lamentável mas existe, não é? A gente não controla a mente, completamente independente da manobra da gente. Aliás... Felizmente - felizmente, não é? - Isso nós controlamos, a coisa que eu acho mais maravilhosa do ser humano: são as mãos, porque as mãos a gente controla, não é? Porque se a gente não tivesse mão, já imaginou? O progresso seria muito limitado, não é? Como nós controlamos os nossos dedos todos, e de todas as formas, acho, a mão de uma habilidade da criação, eu acho uma coisa formidável. As mãos até falam, não é? Os grandes oradores, a gesticulação toda, comandada pelo abrir das mãos, pelo fechar das mãos, tudo isso, tem até uma linguagem, não lhe parece?

V.A. - Ah, sim.

A.A. - Quanto mais a pessoa sabe se expressar pelas mãos, menos ela precisa falar. Aliás o italiano um batuta nisso, não é? O italiano gesticula como gente grande.

P.R. - Quer dizer então que o senhor, quando ocorreu o golpe de 29 de outubro, que Getúlio foi deposto, o senhor estava em viagem então?

A.A. - Estava em viagem para cá.

P.R. - Quer dizer, não teve nenhuma participação nos acontecimentos.

A.A. - Não, nenhuma.

P.R. - Então, quando o senhor chegou ao Rio, o senhor já foi receber uma nova função, já naquele governo-tampão do Linhares.

A.A. - Quando eu cheguei no Rio eu continuei no mesmo navio, era imediato do tênder Belmonte, que era o navio capitânia, mas quando a Força veio, o almirante Dutra deixou o tênder Belmonte e foi para bordo do cruzador Rio Grande do Sul. Ele veio comandando a Força Naval do Nordeste, mas a bordo do Rio Grande do Sul, que tinha outros elementos de comando

<sup>3</sup> Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

da Força etc. E o Belmonte, onde ele estava instalado, porque estava parado, atracado lá em Recife, ele era mais uma sede de comunicações, um comando de comunicações. Mas operativamente ele embarcou, e nós vínhamos na cauda da força, porque era um navio auxiliar.

[FINAL DA FITA 14-B]

P.R. - E quando o senhor chegou no Rio, o senhor continuou no navio.

A.A. - Continuei no navio, continuei no tênder Belmonte muito..., alguns meses, até que depois a Força Naval do Nordeste foi desfeita. Nessa ocasião até aconteceu uma coisa muito curiosa. Eu também não remava certo com o almirante Pena Boto Ele tinha sido imediato, e eu tinha sido oficial de um contratorpedeiro e daí surgiu, por circunstâncias muito especiais, porque eu tive que prestar um depoimento até contra ele... Ele não me tolerava e nós não nos entendíamos bem. E ele foi nomeado para o que restava da Força Naval do Nordeste que estava lá em Recife ainda - eram umas corvetas. E quando eu fui exonerado do tênder Belmonte, de imediato, fui nomeado para um navio da Força Naval, do que restava da Força da escola Naval do Nordeste, que estava sendo comandada pelo..., que era capitão-de-mar-e-guerra Pena Boto, Carlos Pena Boto. E eu estava apreensivo porque eu digo: "Vai... Eu vou ser massacrado nessa comissão, porque nós não vamos nos entender. Eu vou servir num navio, vou comandar um navio etc., vou estar em ligação direta com o comandante Pena Boto, e eu sou meio, também, meio queimado etc."

V.A. - Meio queimado como?

A.A. - Eu me exaltava também um pouco contra...

V.A. - Não parece.

A.A. - Não, não pareço, mas quando o interesse naval... As coisas minhas, eu sou muito fleumático, mas em certas coisas eu reajo, sabe, eu reclamo, reclamo para cima, não reclamo pra baixo - eu sempre tive a idéia de quando não gostava das coisas, eu ponderava para o escalão superior, não para o inferior. E eu, manifestando a minha apreensão, digo: "Eu agora vou para pior." E eu conversando com o Augusto Amaral Peixoto, irmão do Ernâni Amaral Peixoto, que também não gostava de Carlos Pena Boto, ele ouviu a minha manifestação mas ele se dava muito com o ministro, que era o Jorge Dodsworth, era o almirante Dodsworth Martins. E ele não me disse nada e foi falar com o almirante Dodsworth. Foi falar com o almirante Dodsworth e o almirante Dodsworth foi e disse a ele: "Ah, não..." Já tinha sido feito o decreto da minha nomeação, e o almirante Dodsworth disse: "Não, não se preocupe com isso, não." Disse para o Augusto Amaral Peixoto: "Eu vou exonerar, vou exonerar e vou nomear para um bom navio; um outro bom navio para ele." E depois que o Augusto Amaral Peixoto me contou. Então, aliás, foi muito bom para mim porque eu fui exonerado do comando de uma corveta e fui pegar um destroyer-escolta que estava no Rio, o Beberibe, que era um dos navios que os americanos tinham cedido para a Marinha brasileira e que faziam também a proteção de comboios e que eram navios praticamente... Muito mais navios de guerra, com outros recursos que as corvetas não tinham. Então fui nomeado para comandar o Beberibe e aí então deixei de ser imediato do tênder Belmonte e fui comandar o Beberibe, onde fiquei bastante... Fiquei um ano e tanto lá no Beberibe, tive oportunidade de eventualmente comandar a força, porque eu era o mais antigo, era o comandante mais antigo, saiu o comandante da força, foi exonerado, e

enquanto não era nomeado outro, eu fiquei - eu era capitão-de-corveta - como comandante da força, que era de mar-e-guerra; eu fiquei exercendo as funções temporariamente.

Mas aconteceu uma coisa muito curiosa. O almirante Pena Boto, comandante Pena Boto, era muito contestador também, mas eu sei que uma ocasião eu comandava o Beberibe, e fui nomeado, fui mandado para fazer os reparos do navio na base naval de Natal. E saiu o meu navio e saiu um outro navio. Então eram dois navios. Eu, como o mais antigo, o comandante mais antigo, fiquei também como comandante eventual da força e com direito a içar um pavilhão de comandante de força: capitão-de-corveta, comandante de força - o pavilhão uma bandeira indicativa. E fui para o Nordeste. Quando eu estou para entrar em Natal, quando eu estou navegando, eu vejo aquela força no horizonte, eram uns cinco ou seis navios da Força Naval do Nordeste, comandados pelo então comandante Pena Boto. Também se dirigiam para Natal. Eu então abri o rumo dos dois navios, eu vi que a Força se orientava para Natal, então eu, que já estava mais perto, me fiz mais ao mar e dei procedência Força dele que vinha, para entrar no porto antes dos meus dois navios. Aí já aconteceu uma coisa curiosa: eu já tinha pedido cais de atracação, ele não tinha pedido. Quando ele chegou, chegou para atracar com os navios dele, inclusive com o que ele tinha o pavilhão içado, disseram que não podiam dar aquele pedaço de cais para ele porque já estava reservado para mim. [riso] Eu era um simples capitão-de-corveta. Mas aí não houve nada, eu cheguei, atraquei o meu navio com o outro a contrabordo, no tal cais que estava preparado para mim, e eu estava com o pavilhão de comandante eventual de força içado no navio. Aí eu virei-me para o imediato e disse a ele: "Imediato, manda arriar esse pavilhão de comandante eventual de força, porque eu não quero brigar com o comandante Pena Boto." Eu já obtive esse comando, e se eu mantiver o pavilhão de comandante eventual de força, eu vou ter uma briga com o comandante Pena Boto e eu não posso brigar, porque o ministro da Marinha já me deu esse comando. Então o juízo que ele vai fazer o seguinte: "Esse camarada, eu dei o comando para ele e ele ainda vai procurar briga lá com o comandante Pena Boto." Eu digo: "Arria o pavilhão de comandante eventual de força, porque eu não quero brigar." Porque afinal de contas, o que interessa a nota na caderneta, a caderneta de histórico: "Comandou a força e tal." E o imediato mandou arriar o meu pavilhão, eu depois sai do navio, fui fazer os meus cumprimentos de praxe a ele como mais antigo, que chegou, os meus navios tinham chegado e ele estava lá, era o comandante de força que estava lá no porto, então fui me apresentar para cumprimentá-lo. Muito secamente, verdade, mas cumprindo a minha obrigação e voltei para bordo.

Bom, e lá fiquei, fiquei atracado lá parece que uns três meses; três meses maravilhosos porque os navios estavam precisando de uma porção de reparos, e a base naval de Natal era uma base preparada justamente para atender aquele tipo de navio. Então uma porção de coisas que o Arsenal aqui não podia fazer eu fiz lá, embora prorrogando a minha estada lá. E fiz os reparos todos numa época, um ambiente gostosíssimo, porque lá havia um cidadão, Câmara Cascudo, um homem de uma cultura extraordinária, um cidadão, um grande conhecedor de português, com uma porção de livros publicados etc., e o meu imediato conhecia, se dava com ele já da época da guerra. Então nós saíamos, íamos para terra e passávamos na casa do Câmara Cascudo. Ele, um contador de histórias maravilhoso, uma prosa muito gostosa etc. Depois, quando chegava a noite, havia um grande pianista diretor do conservatório de música de Natal, era Valdemar de Almeida, e tocava piano muito bem. Os filhos todos aprendendo a tocar instrumentos, de 10, 12 anos - violino e piano etc. Tinha o irmão dele que tocava piano de ouvido, tocava até clássico de ouvido, e estava passando tempo lá. Tinha um pianista, Lauro Oriano, que era especialista em Chopin, tinha sido aluno da Madalena Tagliaferro. Esse Lauro Oriano um grande pianista e um grande intérprete de Chopin, que era da minha predileção. Eu tenho uma simpatia pela música de Chopin, acho aquelas músicas românticas etc. Então aquilo era gostosíssimo, porque nós íamos para lá, ficávamos conversando e ouvindo música, e um tocava um negócio, outro tocava outro, o meu imediato tocava também piano clássico, tocava

uns estudos do Bule Marx., e assim passamos aqueles meses lá gostosíssimos, tendo muita distração em Natal. Graças ao Câmara Cascudo, que tem uma biblioteca, não sei se já ouviu falar?

P.R. - Luis Câmara Cascudo, um grande poeta, sei quem é.

A.A. - um sujeito fabuloso, ele hoje está com 90 anos, está muito surdo, está com catarata etc., mas até hoje eu admiro. Ele foi condecorado com o Mérito Naval pela Marinha, foi orador numa solenidade comemorativa do marquês de Tamandaré e foi condecorado com o Mérito Naval. E enfim, era essa a nossa vida lá. Durante o dia nós fazíamos os exercícios de artilharia, íamos para uma praça que tinha lá também para fazer exercícios terrestres etc., tinha o centro de tática anti-submarina, nós fazíamos treinamento de tática anti-submarina lá em terra. Há uns ataques simulados, tudo de gabinete, mas simula perfeitamente os sons, os ruídos etc., e a gente dá o rumo do navio, aquilo tudo simulado, muito interessante. E serve, foi preparado para a guerra. E assim passamos esses três meses lá admiráveis. Mas voltando ao...

P.R. - Pena Boto.

A.A. - Ao Pena Boto. Eu venho para o Rio, continuo no Beberibe, e tinha assumido o comando da força de contratorpedeiro o almirante Antônio Maria de Carvalho, e estava comandando a força de destróieres-escolta. E dois outros destróieres-escolta foram mandados para Natal para fazer a mesma revisão etc. E a cena se repete: o oficial, capitão-de-corveta comandante da força, e o outro navio, e se encontram em Natal com a força do comandante Pena Boto. Ele atraca etc., e quando está atracado, no dia seguinte, ele recebe uma ordem do comandante Pena Boto para mandar arriar o pavilhão dele - o que não tinha acontecido comigo porque eu tinha arriado para não brigar com ele. Esse oficial chegou e disse: "Não arrio." E aí começou a briga dos dois. Ele disse: "Não arrio porque esse pavilhão não tem razão para ser arriado, pavilhão da força destacada do comandante Antônio Maria de Carvalho, e eu sou uma força destacada e o pavilhão de comandante eventual de força, não há, digamos assim, não há incompatibilidade da existência de dois pavilhões. Na baía de Guanabara tem o pavilhão de comandante da Esquadra, tem o pavilhão de comandante de força, pavilhão de comandante de força de submarinos, cada um, todas as forças têm o seu pavilhão içado." E não arriou. O negócio veio para Esquadra. Veio para a Esquadra e o Pena Boto...

V.A. - Quem era esse comandante?

A.A. - O quê? Era Luís Clóvis de Oliveira - o que disse que não arriava. Mas ele podia brigar e eu não podia. Porque eu tinha, já tinha aquela benevolência do ministro da Marinha de me nomear para outro navio, e ele ia ficar pensando que eu tinha ido para lá para procurar bolo, não é? Mas esse comandante Luís Clóvis defendeu a integridade do pavilhão dele, disse que não arriava e não arriou. Então veio a parte para a Esquadra, para o comando de Esquadra. O comando de Esquadra ficou vendo, pesando as argumentações do comandante Pena Boto e desse oficial Luís Clóvis de Oliveira, que estava... Bom, quando chegou, a discussão continuou, até chegou a um ponto que o comandante Pena Boto, falta de mais argumentos, disse: "Aqui já esteve um comandante de força nas mesmas condições e não manteve o pavilhão, arriou o pavilhão." - que era eu. Bom, resultado: o processo vem para a força de destróieres-escolta comandada pelo almirante Antônio Maria de Carvalho, ele me manda chamar: "Nolasco, tem aqui, eu li aquele arrazoado todo etc., e tem aqui, o comandante Pena Boto diz que você já esteve lá e arriou o pavilhão etc., como argumento de direito dele de exigir que o comandante arrie o pavilhão." Eu fui, disse a ele: "Comandante, eu arriei porque eu não podia manter o

pavilhão içado, porque..." E contei essa história que estou contando agora. "Eu tinha uma situação, mas tinha o direito líquido e certo de manter o pavilhão, lógico que tem que manter o pavilhão, porque não há incompatibilidade dos pavilhões içados. Agora, se esse pavilhão" - ainda disse a ele - "se esse pavilhão um pavilhão que não tem essa significação, que tem que ser arriado, então melhor tirar isso do regulamento de uso de insígnias etc., porque então em que condições vai poder ser içado esse pavilhão? um comandante eventual de força destacada, ele entra na baía de Guanabara com o pavilhão de comandante de força destacada, ninguém manda arriar." Eu sei que o negócio foi rolando, rolando, o Luís Clóvis então ganhou a questão, não é? Mas ele alegou que eu tinha estado lá, eu disse: "Eu tinha estado lá, mas houve isso, eu não podia criar um caso, que o ministro da Marinha ia pensar que eu tinha chegado e tinha mantido de provocação para o almirante Pena Boto."

V.A. - Eu não entendi a origem do seu desentendimento com o Pena Boto.

A.A. - Bom, a origem do desentendimento antiga. O almirante Pena Boto... Houve a revolta do São Paulo, o São Paulo se revoltou, foi parar lá em Montevidéu. Foi parar em Montevidéu e depois voltou etc. O almirante Pena Boto foi comandar uma torre do encouraçado São Paulo.

V.A. - Torre?

A.A. - Torre de canhões, a gente chama de torre de canhões, porque os canhões de grande calibre são grupados em o que a gente chama de torre - um invólucro com dois canhões em cada peça daquelas. O navio, os encouraçados tinham seis torres de dois canhões cada uma. Então o capitão-de-corveta comanda a torre - ele que dirige a artilharia, dirige os tiros daqueles dois canhões. E então tem o livro da torre, no livro da torre são registradas as ocorrências todas...

#### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

V.A. - Muito bem, pode continuar contando.

A.A. - Até às cinco horas. Mas ele foi comandar a torre, e tinha... Quem comandava a torre no navio na ocasião... Eventualmente tinha sido o Augusto Amaral Peixoto, na ocasião da revolta do São Paulo, e estava registrado...

V.A. - A torre São Paulo?

A.A. - Uma das torres do São Paulo. E registrou lá as ocorrências, o preparo que a torre tinha tido, preparar para a revolução, aquilo. E o comandante Pena Boto foi comandar justamente essa torre, que se eu não me engano era a torre número 4. E aí ele teceu uma série de considerações desairosas a respeito do Augusto Amaral Peixoto, que tinha um bando, tinha tomado conta do navio, tinham roubado o cofre do navio, e mais não sei o quê, utilizou-se de um negócio de histórico para desafogar as mágoas contra o Augusto Amaral Peixoto. E aquilo ficou no livro da torre. Eu me lembro de ter lido qualquer coisa até, porque era uma curiosidade aquele uso indevido, digamos assim, daquilo. O tempo passa e acaba a revolução. Em 30, vem a revolução de 30, o Augusto Amaral Peixoto volta, anistiado etc., e um dia, quando chegou no Clube Naval, ele teve uma... Tomou satisfação do comandante Pena Boto pessoalmente, e saiu uma discussão muito séria, disse muito desaforo ao comandante Pena Boto etc. E ficou nisso.



Quando chegou posteriormente, meses depois, eu estava a bordo do navio, de um destróier - como sempre, eu estava sempre embarcado em destróier -, e o comandante do destróier era Galdino Pimentel Duarte, era um capitão-de-corveta, e, além de militar, ele era bacharel também, era advogado etc. E também não gostava do...

P.R. - Do Pena Boto.

A.A. - Do Pena Boto. E houve lá um entrevero qualquer e ele então resolveu fazer um processo lá contra o Pena Boto, não me recordo baseado em quê.

V.A. - Baseado em...?

A.A. - Não me lembro baseado em que circunstâncias a ação que ele moveu contra o comandante Pena Boto. Eu tinha testemunhado o fato da discussão entre o Augusto Amaral e o Pena Boto, lá no *hall* do Clube Naval, e ele sabia. E então me pediu para testemunha do entrevero. Eu não podia dizer: "Não, eu não vou depor." Eu digo: "Ah, o que eu vi foi isso, essa situação." E relatei, e fui tomado para testemunha. E o comandante Galdino registrou todo o meu testemunho naquela situação. E o comandante Pena Boto evidentemente não gostou, então escreveu um arrazoado até fazendo ironia comigo etc., se referindo a mim dizendo assim, não sei quê, a alturas tantas: "O tenente Fulado, com uma ingenuidade angelical..." E por aí. Foi alguma coisa que eu li assim. E daí a situação inicial da questãozinha entre a minha pessoa e do comandante Pena Boto.

P.R. - Como que foi aquela história que o almirante Pena Boto encalhou os navios em Recife, e quando se referiam a isso ele dizia que isso era uma resposta que o Partido Comunista dava campanha que ele fazia contra o comunismo, não sei o quê? Mas houve o problema, não sei bem o que foi...

A.A. - Não, o comandante Pena Boto... Há oficiais, acontece na vida, há oficiais teoricamente altamente competentes, mas operativamente eles não têm certa habilidade de eficiência, de capacidade de manobra etc. O que houve com o comandante Pena Boto... Na época ele comandava o Rio Grande do Sul. Ele era muito teimoso, muito dono, ele era o dono da verdade, era metido a dono da verdade. Ele... lá na zona de Pernambuco, na costa, na entrada da barra de..., na proximidade do porto de Recife, tem um banco denominado banco do Inglês, e ele, teimoso... O oficial advertiu a ele que ele não podia passar por ali, que ele ia se arriscar a passar em cima do banco do Inglês, e ele teimou. Ele teimou e passou em cima do banco do Inglês e encalhou. Encalhou e então aí ele resolveu se defender; se defender e então apresentou uma série de argumentos sobre por que ele tinha encalhado. Então ele dizia assim: "Mercê de Deus, como comandante, sou o responsável. Entretanto, isso não teria havido..." Ele botou a culpa para o departamento de máquinas. "Isso não teria havido se as máquinas tivessem dado atrás. quando eu pedi - a toda força, não sei quê. Mas a questão que o navio encalhou e houve um vazamento no casco do navio e alagou um pouco a parte de máquinas do navio, e o pessoal do departamento de máquinas, que manobra com as máquinas, disse que não podia manobrar com as turbinas. Mas ele já desapertou... Ele assumiu a responsabilidade, mas desapertou para cima do pessoal que não tinha atendido ordem dele de dar atrás a toda força, mas não podia dar atrás assim.

E depois, falta de mais argumentos, ele dizia que afinal de contas ele tinha autofretado até o casco do navio com aquele encalhe etc., e que não... O que nós chamamos autofretar um processo metálico, e que se usa muito em artilharia hoje. Porque os corpos eles tem uma parte que nós chamamos... Quando submetidos a um esforço qualquer, eles têm uma parte que dilata,

não é? no elástico, em tudo, tem uma parte de dilatação. Mas depois desse processo que nós chamamos de dilatação, vem uma parte que se chama a deformação permanente. A gente estica uma coisa dilata, dilata, depois ela fica, já não volta mais posição anterior, fica com o que chama deformação permanente. Depois da deformação permanente, se a gente insiste, então vem a ruptura. Isso em se tratando de material, vem a ruptura do material. Então, tecnicamente, em certos materiais de artilharia etc., se usa, para suportar pressões acima da que aquele material tem qualidade de resistir, se faz o que se chama autofretagem - a gente submete o material a um esforço ainda maior, mas que não chega ruptura. Então as pressões internas que aquele material... a que a gente pode submeter aquele material, vão acima das pressões normais, entendeu? Pode submeter a pressões que vão até o período de deformação permanente do material. Então ele achou que tinha autofretado o casco do navio, o casco do navio tinha ficado mais resistente, porque tinha assumido uma resistência, que tinha ficado acima do período de elasticidade apenas, que um período de deformação permanente. E daí que veio o negócio.

Mas ele, continuando a observação que eu faço sobre a dificuldade que ele tinha para manobra, ele também, manobrando o mesmo navio, ele atracou no cais... Atracado no cais de Recife, se não me engano. Isso eu sei por oficiais que me contaram - eu não estava a bordo do navio - e que estavam no passado. Os navios, a manobra dos navios... Os navios que nós tínhamos, eles têm... Aqui a popa, a parte de trás do navio; os navios tinham três hélices, então os eixos, os eixos laterais, eles divergiam muito para o lado de fora do navio, da popa. E ele quis fazer a desatracação do navio, em vez de fazer o que nós fazemos normalmente... Primeiro a gente afasta a popa justamente para afastar as hélices e para dar mais mobilidade ao navio, e deixa a parte da frente do navio ligada ao cais; depois de abrir bem, então que a gente começa a fazer manobra para abrir a proa também para vir embora. E ele começou a querer sair de forma diferente, em vez de dar atrás, ele quis sair assim: abrir a proa, abrir a proa e depois lá adiante... E sair de proa. O oficial de serviço disse a ele: "Comandante, o navio, esse navio tem as hélices muito disparadas. Se o senhor quiser abrir assim, essa hélice vai bater no cais." Ele não quis saber de história, ele abriu, foi e bateu no cais, escangalhou a hélice. Mas a hélice aí tem que ir para a oficina, uma faina complicadíssima porque às vezes pega o eixo, vai até a turbina etc. Mas teimosia dele e falta de...

[FINAL DA FITA 15-A]

A.A. - ... e falta de prática, de tirocínio de manobra de navio.

P.R. - E tem que dar explicação aos comandos também por que houve o incidente, não é?

A.A. - Ah, tem que dar explicação. Como ele deu, não sei, porque eu não tenho notícia disso, mas ele quis sair do navio da forma mais contra indicada, sem rebocador. Porque aqueles navios ainda podem ser manobrados - navio de muito porte -, a gente faz a manobra do navio sempre com rebocador. Agora, esses navios menores, a gente manobra sem rebocador. E esses destróieres-escolta que eu comandeí, o Beberibe, feito pelos americanos, são maravilhosos para manobra de navio, para atracação, para desatracação, porque tinham dois lemes, de modo que dá uma maleabilidade ao navio muito mais... Eu gostava muito de atracar com esse destróier porque metia o navio na gaveta. A gente chama de gaveta o seguinte: tem um navio aqui, tem outro aqui e aqui tem um vazio, não é? como meter o carro na vaga, não é? E muito mais fácil a gente atracar no cais do que pegar o navio e entrar no meio de dois navios. E eu cansei de entrar, quando comandava destróier, chegar e pegar uma gaveta, porque os navios eram muito..., a gente dominava o navio muito bem. Fazendo a manobra como deve ser feita, não é? Eu metia a proa do navio assim a meio cais, quando estava chegando assim perto, eu já dava atrás, ou adiante, uma das máquinas dava atrás, outra adiante. O navio rebolava todo e vinha

assim feito um gato se encostando na gente.

P.R. - Mas o almirante Pena Boto era conhecido como um grande criador de caso, não é?

A.A. - Era, e metido a irônico. Eu era chefe de gabinete do almirante Guillobel, e ele, como era um homem de grande cultura, pensava que os outros todos eram burros, subestimava os adversários - que aliás um princípio de guerra altamente... Que tem que ser respeitado: nunca subestimar o adversário. Foi o que aconteceu aqui com os nossos argentinos aí. Um dia ele passa uma mensagem para o almirante Guillobel - ele já era oficial general; o almirante Guillobel, ministro -, ele passou uma mensagem assim: "Soube pelo Repórter Esso que vou ser nomeado, que fui nomeado para comandar não sei o quê etc. Solicito informações." Então o almirante Guillobel respondeu para ele assim: "Até hoje o Repórter Esso não um elemento de comunicações da Marinha." [risos] Era de morte!

Quer encerrar?

P.R. - São cinco horas?

*9ª Entrevista: 14.05.1986*

I.F. - Almirante, eu estou retomando aqui as nossas entrevistas, que interrompi por causa da viagem, mas com um prazer enorme que estamos aqui de volta. E conversando aqui com meus companheiros, nós resolvemos voltar a um assunto que parece que o senhor já conversou um pouquinho, mas me interessava saber um pouco de detalhes. A sua convivência com o presidente Vargas enquanto o senhor foi ajudante-de-ordens. Uma coisa que eu gostaria de saber: ele viajava muito?

A.A. - Viajava. Muito, quer dizer, ele viajava pelo Brasil todo, não é? E eu, no tempo em que eu fui ajudante-de-ordens dele, eu fiz algumas viagens, porque aquilo era dividido pelos ajudantes-de-ordens - cada vez um tinha que acompanhar, ou às vezes dois, conforme a duração das viagens. Mas ele viajou o Brasil todo, e muito interessado sobre a parte de gado, essas coisas, de agricultura, ele se interessava muito.

I.F. - Parece que foi o primeiro presidente que o Brasil teve que foi ao Norte, não foi?

A.A. - Isso eu não sei, se foi o primeiro. Mas ele visitou o Brasil todo. Nunca saiu do Brasil, a não ser para a Argentina.

I.F. - É, ele tinha horror a viagens para o estrangeiro.

A.A. - Não sei se ele tinha horror, acho que ele achava que ele ainda tinha muita coisa para ver no Brasil antes de ir para o estrangeiro. Aliás, aconteceu comigo isso quando eu fui ministro. Eu fui convidado para ir aos Estados Unidos, fui convidado para ir ao México, e eu disse que eu ainda não tinha visto o que eu precisava ver no Brasil. Depois que eu tinha visto o que eu precisava ver no Brasil. Depois que eu tivesse visto as nossas instalações etc., aprendido bem qual era a situação da Marinha Brasileira dentro do Brasil, então eu, de muito bom grado, aceitaria ir aos Estados Unidos e ao México. - dois países que eu tive sondagem para ir. Mas o meu tempo de governo foi uma gestação - foram 11 meses, uma coisa assim -, de modo que

depois eu não pude ir ao estrangeiro e não lamento isso não. Mas eu corri todo o Brasil praticamente, tudo quanto era instalação de Marinha eu conheci, de nossa Marinha, e vi o que era preciso fazer, porque as inspeções ao vivo, elas substituem fartamente com grande rendimento esses relatórios. Esses relatórios são muito precários. E depois, a gente viajando, a gente dá um denominador comum ao que a gente considera necessário na prioridade de urgência. Porque no Brasil tudo de urgência. Então a gente dá um denominador comum, porque os relatórios têm... Cada um tem uma cabeça, tem uma sentença, e se a gente ficar dentro do gabinete lendo aquilo, a gente no fim não dá uma... não trata com equidade os diversos pontos do país, não é? Então eu vi coisas curiosas nessas inspeções: ao mesmo tempo que um comandante ou um responsável por uma determinada área achava que aquilo estava bem., o outro que tinha instalações muito superiores, achava que aquilo estava ruim.

I.F. - E a! o senhor tinha oportunidade de conversar.

A.A. - Eu tinha a faculdade de ver que aquilo estava sendo muito romântico, ou muito ambicioso e o outro muito modesto. De modo que eu acho que de uma importância muito grande...

I.F. - E essas viagens com o presidente, ele, quando chegava nos locais, se rodeava dos políticos locais, conversava sobre os assuntos?

A.A. - Ah, ele conversava, vamos dizer assim, com todo o mundo, ele conversava, ele aproveitava muito através das visitas que ele fazia, e das recepções que ele tinha etc., para dialogar com o meio político, social etc.

I.F. - O senhor gostava de acompanhá-lo nas viagens também?

A.A. - Eu gostava, gostava porque uma chance que a gente tem de conhecer uma porção de coisas. Por exemplo, eu estava vendo essa novela aí, Dona Beija. Eu fui ouvir falar em dona Beija, que eu nunca tinha ouvido falar, quando eu fui a Araxá com ele. Porque nós fomos a Araxá, o governador era o Benedito Valadares e o governador de Minas fez um belíssimo hotel lá em Araxá, e naturalmente valendo-se daquelas informações que davam sobre Araxá, a virtuosidade das águas, aquilo tudo, nós tivemos hospedagem lá num belíssimo hotel. Belíssimo para a época, porque a gente hoje não sabe.

I.F. - Existe até hoje esse hotel.

A.A. - O hotel ainda existe, não sei se existe algum melhor.

I.F. - Parece que fizeram com a intenção de jogo, não é? E aí, com o governo Dutra, que acabaram com o jogo, ele caiu muito.

A.A. - Deve ter caído, eu depois não voltei mais lá. Mas o hotel era fabuloso. Era um hotel que a gente saía dos aposentos, dos quartos, ia por um corredor e ia dar nas termas dentro do hotel, com aquelas banheiras, aqueles banhos de água, águas curiosas, umas águas viscosas, com uma densidade muito grande e com uma temperatura elevada, uma série de coisas que tinha lá. Piscina com água radioativa, uma porção de...

I.F. - O senhor foi com o presidente Getúlio para a inauguração desse hotel?

A.A. - Para a inauguração do hotel, não posso garantir que foi a inauguração, mas já havia o hotel, e fui lá para assistir também a uma exposição de gado etc.

I.F. - O senhor disse que ele se interessava muito por gado - influência gaúcha que ele tinha?

A.A. - É, influência de fazenda, ele tinha propriedade lá em São Borja etc.

I.F. - E o senhor lembra, do contato com ele, se ele tinha uma preocupação grande com a agricultura do país, mais específica do que com o resto?

A.A. - Como mais...

I.F. - Se preocupava mais com a parte de agricultura, de gado, pela formação dele?

A.A. - Eu tenho a impressão de que ele, pessoalmente, vibrava mais com essa parte agrícola do que com os outros ministérios.

I.F. - E ele viajava mais como? Porque naquela época estradas não existiam.

A.A. - Avião.

I.F. - Avião, não é? Quer dizer, ele gostava mesmo de avião.

A.A. - Ele gostava, não; ele precisava do avião, embora a aviação não fosse a aviação de hoje. E ele era muito abusado em matéria de aviação. Eu me lembro que uma ocasião nós fomos a São Paulo e nos hospedamos lá e depois visitamos um *haras* de criação de cavalos de corrida, Haras São José, que era do Lineu de Paula Machado. E nós até passamos dois ou três dias lá no *haras* São José visitando, uma maravilha, o *haras* uma maravilha. E então ele passou dois ou três dias lá, passou um dia só na cidade de São Paulo, mas uns dois ou três dias fomos hospedados na residência altamente suntuosa, muito bonita, e eu fiquei até meio...meio constrangido, porque quando eu cheguei no aposento do ajudante-de-ordens, que eu fui me deitar, a roupa toda era de seda, e a roupa que eu tinha era um pijamazinho muito modesto, comprado no camiseiro ali na rua da Assembléia. Eu digo: "Imagina, essas mucamas quando vierem arrumar, quando virem o meu pijama, devem ficar admiradas da pobreza do hóspede." não é? Mas era interessante.

I.F. - Mas o senhor disse que ele era muito afoito, como que era?

A.A. - Ah, ele afoito, porque nessa viagem...

I.F. - Abusado, não é? - que disse.

A.A. - Quando nós viemos para São Paulo e que vínhamos para o Rio, caiu um temporal tremendo, esses temporais que o Nelson Rodrigues chama de sétimo ato do Rigoletto. Mas era chuva que não acabava mais.

I.F. - Como o de hoje assim?

A.A. - Pior, era pior! Era o que o inglês chama de *cats and dogs*. E então o Nero Moura, que parece que prestou depoimento aqui, o Nero Moura era o piloto do avião, e estava no aeroporto

vendo notícias da parte meteorológica etc. E a horas tantas, o Nero Moura disse que não seguia para o Rio naquele avião trazendo o presidente. O presidente insistiu, esperou mais um pouco: "Mas não vamos, não?" Aí diz o Nero Moura: "Presidente, eu não vou nem o senhor me arranque os galões. Eu não levo o senhor para o Rio de Janeiro com esse temporal."

I.F. - Porque o avião não tinha condições.

A.A. - O Nero achava que não tinha e eu acho que não tinha também. Ele foi, não disse nada etc. Começou a andar lá pelo aeroporto, foi lá numa estação de despacho de avião, de chegada de avião, perguntou se tinha algum avião que viesse, que fosse ao Rio. Tinha chegado... Havia uma companhia de aviação que era Condor, que tinha uns aviões, não me lembro o nome se era [Baitará]<sup>4</sup> uns nomes assim complicados. E tinha um avião que vinha de Buenos Aires e ia pousar, estava para pousar naquela...

I.F. - Em São Paulo.

A.A. - Em São Paulo. E ele virou-se: "E o avião vai para o Rio?" "Vai sim." "Então eu vou nesse avião." Então resolveu embarcar no avião; ele e eu embarcamos no avião e viemos, deixamos o Nero lá.

I.F. - E o senhor não morreu de medo, não?

A.A. - Eu? Eu estava com medo, evidentemente, porque o Nero que era piloto... Eu não conhecia as características dos aviões, mas a questão que o avião da Cruzeiro antiga, da Condor...

I.F. - , Sindicato Condor.

A.A. - É, Sindicato... Ele tinha os recursos - que, aliás, eu verifiquei que eram maravilhosos - para vôo cego. Então embarcamos naquele avião. Mas eu achei curioso foi o seguinte: que quando o avião decolou e começou a subir, que entrou naquele nimbo imenso que estava, a impressão que eu tinha que estava andando debaixo d'água. Tal a quantidade de água que a gente via do lado de fora. O avião varou aquela coluna toda, aquele nimbo violento, depois de certo tempo então, ele pairou sobre as nuvens e começou... A gente a! via só céu azul, até chegar na zona de ter que descer para pousar no Rio de Janeiro. E eu de olho na janela do avião, sentindo que o avião estava descendo, mas não via nada, nada, nada. Eu olhando e não via, só via tempo fechado, como se tivesse um véu nos olhos, uma venda nos olhos. Eu só fui ver terra quando o avião já estava pousando, porque o avião pousou de dentro da baía para a Zona Sul. Então, quando faltava..., o avião estava a uns dez metros de altura, que eu vi o cais do aeroporto, que o avião ia pousar no início da pista, foi a! que eu vi...

I.F. - Aqui no Santos Dumont?

A.A. - Aqui no Santos Dumont. Foi a! que eu vi. Quando chegamos no aeroporto, que saltamos, o chefe do Gabinete Militar, os ministros civis, aquela gente estava de olho arregalado porque não tinha nem visto avião chegar também, não sabia como que o avião tinha chegado. Mas ele era assim.

V.A. - Nesse caso, ele embarcou num avião comum?

---

<sup>4</sup> Nome sujeito confirmação.

A.A. - Avião comum.

V.A. - Sentou numa cadeira comum? E ele era reconhecido pelas pessoas? Como que era?

A.A. - Ligeiramente, porque vinha muito estrangeiro, muita gente que não o conhecia, era avião de Buenos Aires etc. Mas não causou surpresa assim a figura dele dentro do avião, não.

V.A. - Era comum ele tomar esse tipo de atitude? Porque ele fugia da segurança, não é?

A.A. - Comigo ele tomou, quando eu estava nessa viagem, ele tomou. As outras viagens, eu não presenciei, mas sabia que ele, quando saía, queria chegar. Isso eu ouvia ele dizer: "Eu, quando saio, quando resolvo vir embora, quero chegar." Ele ficava com essa agonia de querer chegar.

I.F. - Me conta uma coisa: o senhor como ajudante-de-ordens, por mais medo que tivesse, tinha que embarcar?

A.A. - Claro, se ele não tinha, eu tinha que acompanhar meu chefe.

I.F. - E aí?

A.A. - Aí embarquei.

I.F. - Morrendo de medo.

A.A. - Com medo.

I.F. - E ele não tinha medo nenhum, tranqüilão.

A.A. - Aparentemente ele não tinha medo, ele era um homem... Ele tinha uma formação, ele dissimulava qualquer apreensão que ele porventura tivesse - a sensação que eu tinha. Ele não dava demonstração nem de irritabilidade, nem de preocupação.

I.F. - interessante, eu soube de várias pessoas que já me disseram que ele tinha o controle total e absoluto.

A.A. - A aparência dele era inalterada. Ele não demonstrava. Certas crises que eu presenciei, ele enfrentava aquilo sem manifestação de nervosismo, de irritação. Ele tinha aparentemente um autocontrole tremendo. Eu vi, por exemplo, quando faleceu o filho dele.

I.F. - O Getulinho?

A.A. - O Getulinho; ele não demonstrava o padecimento, o sofrimento que ele estava sentindo. Enquanto a dona Darci se desfazia em pesar e em tristeza. ele se controlava tremendamente.

I.F. - interessante isso. Agora, o senhor falou no Nero Moura, o senhor teve muita intimidade com o Nero?

A.A. - Tinha bastante intimidade, gosto muito dele, aprecio muito.

I.F. - Porque ele era praticamente o piloto oficial dele.

A.A. - Era piloto dele.

I.F. - Muito ligado família.

A.A. - As viagens todas que eu fiz etc., o Nero Moura era quem pilotava o avião.

I.F. - E ele conversava, o Getúlio conversava durante as viagens, discutia os problemas que ia enfrentar quando chegasse na cidade?

A.A. - Não, não era muito, não, porque os aviões eram muito pequenos. As acomodações daqueles aviões da época não davam para ele ter uma área grande, uma área com grande conforto para juntar pessoas, políticos etc., para estar debatendo assuntos etc. Pelo menos nas viagens.

I.F. - E na chegada, como que era? Porque naquela época - o Getúlio foi presidente durante muito tempo - tinha aquelas festas de chegada, crianças com bandeirinhas? Como que era a chegada?

A.A. - As chegadas a que eu assisti eram sempre manifestações de alegria muito grandes. Muito carinho, muita admiração, muito prestígio, digamos até; ele sempre foi muito bem recebido em todos os lugares.

I.F. - E tinha aquelas festas de cidade de interior, com banda, foguete, bandeirinhas?

A.A. - Em alguns lugares mais..., mais modestos, havia. Em outros, não, eram essas manifestações que nós estamos acostumados a ver aqui de população etc., de bandeiras e crianças e grupos escolares, essas coisas assim.

P.R. - Nessa viagem de volta de São Paulo, no avião de Condor em que ele veio sozinho com o senhor, ele conversou durante a viagem?

A.A. - Não, não.

P.R. - Nada, nada?

A.A. - Não, não, não tenho idéia nenhuma de ele ter trocado idéias comigo. Eu também não procurei falar porque eu sempre fui muito dentro do regulamento militar: a gente só dirige a palavra, só fala com o superior, quando ele dá abertura suficiente, quando ele pergunta, ou coisa que o valha. Mas se ele não diz nada, eu não dizia nada também. E em várias situações assim, viajava completamente silencioso e eu também me comportava perfeitamente silencioso, sem perturbar lá as reflexões dele ou distraí-lo.

P.R. - E nesse dia, a chegada ao Rio, como que foi? Tinha gente esperando?

A.A. - Tinha, tinha o pessoal do gabinete que sabia da chegada dele, o Gabinete Militar e o Gabinete Civil, o primeiro escalão do Gabinete Civil, que era o chefe de gabinete, oficiais-de-gabinete etc., esses estavam esperando.



P.R. - E o Nero voltou no dia seguinte?

A.A. - Ah, a! vem uma coisa curiosa. O Nero no dia seguinte voltou, mas veja as coisas que acontecem curiosas. O Nero pegou o avião para voltar, o tempo já tinha serenado, já tinha acabado aquele temporal, o Nero suspendeu com o avião. Suspendeu com o avião, quando chegou no fim de uns cinco minutos de vôo, o avião começou a falhar. O avião começou a falhar, ele voltou e pousou, que o avião estava falhando. E quando examinaram... A notícia que eu tive foi a seguinte: quando examinaram, fizeram a inspeção no avião etc., eles constataram que tinha água na gasolina. Eu não sei se essa água entrou em decorrência do temporal ou como foi, qual foi a razão dessa penetração da água no tanque de gasolina. Mas quer dizer, se nós tivéssemos decolado, talvez eu não estivesse conversando aqui.

I.F. - É. E o senhor acha que existe possibilidade de sabotagem nisso?

A.A. - Tudo, qualquer conjectura pode existir, não é? A que eu faço que tivesse entrado água no avião porque o avião estava exposto ao tempo etc., tivesse penetrado água no reservatório de gasolina.

P.R. - E o presidente soube disso?

A.A. - Deve ter sabido. Eu soube não sei se pelo Nero, ou qualquer coisa assim.

I.F. - Agora, nessa época a aviação ainda era muito primária, pode-se dizer assim, não é? Existia aqui no Brasil a aviação ligada ao Exército e a aviação ligada Marinha. A aviação ligada ao Exército com toda uma formação francesa, e a aviação da Marinha com toda uma formação americana. Como que o senhor via, como oficial de Marinha, essas duas forças, essas duas aviações convivendo?

A.A. - Eu via a existência dessas duas forças com naturalidade, uma tinha por tarefas a proteção dos navios de superfície e a aviação militar, a aviação do Exército, era a proteção, a observação etc., das operações terrestres. Porque o avião inicialmente era mais um observador do que um veículo de combate. Depois que, com o desenvolvimento da aviação, os aviões foram sendo armados, surgiu o avião de caça, o avião de bombardeio. Mas inicialmente o avião era de perscrutação. Inclusive quando veio a aviação embarcada, e que os navios passaram a ter o avião lançado por catapulta, a função inicial desses aviões era unicamente fazer observações do tiro, do tiro dos navios, porque não havia radar na época, e nós... A solução do problema do tiro no mar era feita pelos avaliadores de distância que estavam embarcados, e que nós chamamos de *spotter* - e eu fui *spotter* de um navio. E nós que, quando os canhões davam os tiros, nós avaliávamos no que nós chamávamos ninho de pega do mastro...

I.F. - Ninho de pega?

A.A. - Ninho de pega, uma...uma plataforma protegida com uma longa etc., onde a gente pode ficar ali em cima e tem um banquinho para sentar etc. Então, dali, daquela altura que a gente avaliava, tinha um horizonte maior e avaliava a formação do que nós chamamos de *splash*, de coluna d'água.

I.F. - Chamava de que?

A.A. - *Splash*, um nome inglês, que eles chamam essas colunas d'água de *splash*. Então a gente

via as colunas d'água, que com um tiro de grande calibre, levanta coluna de 20, 30 metros de altura. Então, pela posição dessas colunas d'água em relação ao navio, ao alvo, enfim, pela posição relativa, que a gente avaliava se o tiro estava aquém ou além do alvo que nós tínhamos em vista. Então a gente, por uma série de gráficos que a gente tinha, de desenhos etc., em escala, nós treinávamos isso - chamávamos mesa de plotagem - e então mandávamos a correção por telefone, para a parte que dirigia a artilharia, para aumentar a elevação do canhão ou depressão dos canhões para acertar no alvo. Então os aviões, eles do alto, do ar, eles decolavam. O objetivo era decolar antes de ser iniciado o fogo para, do alto, eles verificarem como estavam caindo os projetis e enviarem por telefone a posição para mandar para o navio introduzir a correção para atingir o objetivo, que era o alvo.

I.F. - Isso que o senhor está contando durante a guerra, então?

A.A. - Isso no pré-guerra, pré-guerra, da Segunda Grande Guerra.

I.F. - Nas manobras então, nos preparativos.

A.A. - Hein?

I.F. - Os exercícios eram manobras já preparativas.

A.A. - Exercícios preparativos; na Primeira Guerra já havia. Acho que foi na segunda, quando houve a destruição do *Graf spee*, foi na Segunda Guerra. E era interessante porque a descrição, a descrição da batalha em que o *Graf Spee*, por uma fatalidade histórica, o navio teve o mesmo destino do comandante do *Graf Spee* na guerra anterior... Um único avião de catapulta dos três navios ingleses que conseguiu decolar foi o do... Eu não sei se foi do *Achilles* ou do *Ajax*. Porque os outros aviões não conseguiram mais tempo para decolar porque a batalha foi travada inesperadamente. Então, com a trepidação do navio com as salvas - como a gente chama salva os tiros -, a trepidação da catapulta era de tal ordem que eles não conseguiram arremessar os aviões. Só o do *Ajax* ou do *Achilles* que lançou o avião e que mandou uma porção de informações para os três navios ingleses que estavam em combate com o *Graf Spee*. Eu digo fatalmente porque... Não sei se conhecem a história naval. Anteriormente não era o *Graf Spee*, era o Von Spee, que comandava uma força alem que destruiu os navios ingleses na costa do Chile. Mas depois de ele destruir os navios ingleses na costa do Chile, no Pacífico, ele veio e vinha pegar o Atlântico. Quando ele vinha pegar o Atlântico, ele foi apanhado pelos ingleses, e os ingleses liquidaram os navios alemães e o *Graf Spee* naufragou com os navios etc. Na Segunda Guerra o navio que tinha o nome dele acabou tendo aquele fim melancólico dentro do Uruguai. Que eu não sei se conhece.

I.F. - Foi encalhado, não é?

A.A. - O navio travou combate com os três navios ingleses e foi obrigado a entrar em Montevidéo. E depois o navio recebeu ordem do Hitler - que o navio era comandado pelo Langsdorf. O navio recebeu ordem do Hitler para dar fim ao navio. Então ele saiu com o navio, na passagem do porto do Uruguai ele afundou o navio. Salvou a guarnição, recolheu-se a Montevidéo e, no camarote dele, ele se matou. O comandante era o comandante Langsdorf.

I.F. - Mas voltando aqui nossa aviação. Nessa época começaram já as negociações para a formação da força aérea do Ministério da Aeronáutica. O senhor era ajudante-de-ordens do Getúlio nessa ocasião.

A.A. - Eu creio que era.

P.R. - Era, em 41.

I.F. - A formação do Ministério da Aeronáutica foi em 41. O senhor acompanhou essas conversas?

A.A. - Mais ou menos, mais ou menos. A situação era a seguinte. desagradável dizer, mas como eu estou fazendo história eu vou dizer. O que havia era o seguinte...

[FINAL DA FITA 15-B]

A.A. - O porque de que se formou a aviação, a força aérea, e a Marinha não ficou com a sua força aérea, eu acho que a grande culpada foi a Marinha, o ministro. Porque o Estado-Maior da Armada se manifestou contra o término da aviação, a extinção da aviação naval e ficar só a força aérea. O Estado-Maior da Armada se manifestou contra, mas o ministro não atendeu a esse parecer do Estado-Maior da Armada que era o órgão autorizado para conduzir o ministro.

V.A. - Quem do Estado-Maior se manifestou contra?

A.A. - Era o Estado-Maior em conjunto, era um estudo, vamos dizer, nós chamamos... Um estudo do conjunto do Estado-Maior, os elementos do Estado-Maior examinaram aquilo, os elementos do Estado-Maior e do Almirantado acharam que não era aconselhável a Marinha se desintegrar da parte aérea. Mas o ministro achou que não, e não deu ouvidos ao Estado-Maior da Armada e cooperou para que a aviação da Marinha fosse entregue nova força que ia ser criada. Agora, o porque... Porque os aviadores navais também não fizeram força para ficar na Marinha?

Porque...Eu convivia muito com os aviadores, tinha muitos amigos na aviação naval, e eu também quis ser aviador naval. Eu não fui porque fui reprovado no exame de psicanálise do Porto Carrero. Depois, quando eu pretendia voltar para fazer, a! já pela legislação, se eu entrasse para a aviação naval, eu ia ser, ia ser... Como que se diz?... Eu ia ficar atrás de colegas meus mais modernos e eu não quis.

I.F. - Atrapalhava sua carreira, não é?

A.A. - Atrapalhava, ou pelo menos por uma questão de susceptibilidade. Eu achava que eu não tinha, não queria ficar subordinado a oficiais que eram, tinham sido mais modernos do que eu. Que eu nunca suportei isso - quando eu cheguei a essa contingência como oficial general, pedi as contas e vim me embora. Mas o negócio o seguinte: os aviadores não eram bem interpretados por uma parte do corpo da Armada, porque os aviadores, a mentalidade de um aviador, mesmo naval, ela muito diferente de um oficial estritamente de navio de superfície ou submarino. Um aviador tem que ter uma mentalidade de liberdade muito maior, porque o aviador, ou o tenente, ele tem o domínio do veículo.

I.F. - ele e o avião.

A.A. - ele e o avião, e a vida dele.

I.F. - Eram muito mais afoitos, porque era uma coisa muito nova.

A.A. - Tinham que ser, e têm que ser ainda hoje. Porque quando o sujeito está montado num avião, ele geralmente mais moço, normalmente mais moço. Hoje que já tem pilotos, primeiro piloto etc., com bastante... Porque o conforto dos aviões outro, mas antigamente não; era o piloto transportando um ou dois elementos de observação etc., de bomba, de carga e mais nada.

I.F. - E jogando com a vida diariamente, não é?

A.A. - E jogando com a vida diariamente. Então, como consequência, os riscos que eram exigidos a um aviador naval eram maiores do que um tenente que estava embarcado num navio como eu estaria, como outro qualquer estaria, num navio que tinha condições de segurança em tempo de paz muito mais, muito superiores ao de um simples avião naquele regime de arco e flecha etc. - avião de madeira e lona e por aí ia. Então isso naturalmente até hoje tem uma gratificação de compensação orgânica, que um estímulo para o sujeito correr o risco. Então muita, muita gente achava que o aviador era um gozador, só via o lado bonito da especialização, mas não via o lado oneroso: aviadores que caíam, que ficavam, que tinham que deixar a profissão porque tinham ficado invalidados, e por aí ia, não é? Então os aviadores não se sentiam bem dentro da Marinha. Eles se sentiam assim meio... meio selecionados etc., meio separados. Então o que aconteceu: quando foi criada a Força Aérea, os pilotos gostosamente foram embora para a Força Aérea. Porque não se sentiam muito bem dentro da Marinha - isso o meu ponto de vista, pode ser que não seja, mas eu digo o que eu sinto, porque eu convivia com eles. Então eles muito gostosamente foram. E além de tudo tinha um outro incentivo: que com a formação da Força Aérea, eles tinham uma capacidade de acesso muito maior, e os próprios aviadores navais foram os que tiveram maior acesso na organização da FAB. Porque eles... A aviação naval precedeu a aviação militar, então os aviadores navais contavam antiguidade com precedência de uma vaga dos aviadores militares. Então uma porção de vários aviadores navais chegaram a primeiro escalão da Força Aérea antes dos oficiais do Exército. Isso só pegar a relação dos oficiais...

I.F. - E comparar.

A.A. - E comparar. Nós tivemos, na Força Aérea, três ministros da Aeronáutica pelo menos.

I.F. - É, o Trompowsky...

A.A. - Gabriel Grun Moss, o Armando Trompowsky, tivemos o Henrique Fleiuss, meu contemporâneo de escola. Essa gente toda foi ministro, e nos outros escalões, nos outros comandos de primeiro escalão, tinha vários aviadores navais que chefiavam esses...

I.F. - E essa questão de verbas? Porque parece que enquanto a Marinha tinha a sua aviação, antes da formação do Ministério da Aeronáutica, parece que a Marinha segurava um pouquinho as verbas para a manutenção dos aviões que considerava um desperdício, pouco caso.

A.A. - possível, isso eu, na época, eu não tenho idéia disso. Mas o grande entusiasmo para a aviação naval, que eu tenho idéia na Marinha, o grande incetivador, foi o almirante Protógenes Guimarães. Esse tinha um grande interesse no desenvolvimento da aviação.

I.F. - Porque eu sei na parte da Marinha; mas o Nero Moura nos contou que dentro do Exército seguravam um pouco, porque tinha que ter hora de vôo. Então a gasolina era cara, a manutenção dos aviões era cara, então parece que o Ministério da Guerra também não facilitava muito.

A.A. - Bom, eu acredito que na Marinha houvesse também um raciocínio semelhante, porque os ministros, administradores, deviam dar prioridade ao material flutuante, do que aviação, que era um apêndice da Marinha, da organização principal, do corpo principal da Marinha - que eram os navios de superfície e submarinos.

I.F. - E com todo esse problema como que o senhor pessoalmente viu essa formação de uma nova força? Independente?

A.A. - Bom, eu vi na época que era uma necessidade de criar um núcleo também do domínio do ar, não é? Achei que era necessário. Agora, não com o ... não esfacelando a parte da Marinha, quer dizer, se criasse uma força para, digamos assim cooperar, para ser mais um elemento da segurança na defesa nacional.

I.F. - Quer dizer que o senhor acha que devia ter Aeronáutica sim, mas a Marinha também ter a sua aviação e o Exército também ter a sua aviação.

A.A. - O exército, a sua aviação.

I.F. - Como nos Estados Unidos tem.

A.A. - Como nos Estados Unidos tem.

I.F. - Agora, formada a Aeronáutica, como que o senhor viu a escolha do ministro Salgado Filho, um ministro civil?

A.A. - Eu vi como elemento de conciliação, porque havia duas forças, então haveria susceptibilidade: vai ser o ministro do Exército, vai ser o ministro que vem da Marinha etc. Então veio acho que com muita felicidade o Salgado Filho para dirigir a força; era um elemento neutro.

I.F. - E parece que ele conseguiu neutralizar bem essas disputas que havia, não é?

A.A. - Eu acho, eu acho. Eu tenho uma admiração muito grande pelo Salgado Filho. E acho que com o falecimento do Salgado Filho no segundo governo do presidente Vargas...

I.F. - Num acidente de avião.

A.A. - Fez uma falta muito grande. Ele era... Ele era um granfino trabalhista, ele conseguia isso, ele conseguia ser granfino trabalhista.

V.A. - Como assim?

A.A. - Porque ele tinha um comportamento, um modo de talvez aparentar uma origem não de um elemento, vamos dizer assim, permeável ao operário, ao proletário, mas ele se ambientava

muito bem diante desse meio.

P.R. - Ele tinha uma postura aristocrática.

A.A. - Aristocrática etc., mas ele era perfeitamente assimilado pelo proletariado etc., e os dois se entendiam muito bem.

I.F. - Como que o senhor viu a morte dele para o PTB?

A.A. - Eu vi como uma perda irreparável.

I.F. - Ele seria um possível candidato Presidência?

A.A. - Acredito que seria.

P.R. - O presidente Tancredo Neves, quando era vivo, nos contou, a mim pessoalmente, que a Aeronáutica tinha dois ministros: era um ministro da pasta e o Eduardo Gomes. O senhor concorda com este conceito?

A.A. - Eu acho que o Eduardo Gomes... Eu acho o Eduardo Gomes uma coisa assim, digamos assim, uma necessidade psicológica da Aeronáutica. Eu vejo o seguinte; as duas Forças Armadas iniciais, a Marinha e o Exército, tinham sempre dois, digamos, dois heróis, que orientavam a nossa formação. No Exército tinha o Duque de Caxias e tinha o Marquês de Herby; na Marinha tinha o Barroso e tinha o Tamandaré. A Aeronáutica tinha um elemento que era o pai da aviação etc., mas era um elemento civil, e não tinha, não tinha, digamos assim, nenhuma condição militar, não tinha. Então eu acho que a Aeronáutica insensivelmente, começou a preparar o Eduardo Gomes para seu patrono - não digo mais patrono porque já tinha o Santos Dumont, mas ser qualquer coisa de relevo para serem duas figuras representativas da Aeronáutica. E agora o Eduardo Gomes foi designado, foi nomeado, não sei o que a! na Aeronáutica. Não o patrono, mas tem um nome qualquer, ele tem uma denominação qualquer que o conduz através da história como um elemento a ser aureolado da Aeronáutica, para continuar a mística da profissão etc. Eu acho que a Aeronáutica vinha preparando o Eduardo Gomes, e ele naturalmente, pelas condições dele que ele tinha de liderança na Aeronáutica ele foi se... Só não pagou um combate aéreo...

I.F. - Agora, o senhor teve bastante contato com o brigadeiro Eduardo Gomes?

A.A. - Nenhum, nenhum.

I.F. - Porque uma coisa que sempre me impressionou muito, essa auréola, como o senhor fala, e ele nunca pilotou.

A.A. - Não sei, também...

I.F. - Ele não pilotava, ele tinha problema de vista.

A.A. - O que fez o Eduardo Gomes, o que projetou o Eduardo Gomes não foi a Aeronáutica, foi os 18 do Forte. Aí ele ficou já como uma figura de sobrevivente daquele massacre.

I.F. - Mas a! em termos de Brasil.

A.A. - De Brasil.

I.F. - Mas por que dentro da Aeronáutica ele era uma pessoa respeitadíssima, admiradíssima...?

A.A. - Porque a Aeronáutica ainda não tinha heróis, não é? E ele...

I.F. - Agora, ele, pelo problema de vista, ele não era um piloto.

A.A. - Hein?

I.F. - Ele não era um piloto.

A.A. - Não sei.

I.F. - Ele tinha um comando, ele tinha uma força muito grande dentro da Aeronáutica, mas o senhor não v ele ter participado ativamente de vôos, de nada disso.

A.A. - Ah, não foi, não foi... O que caracterizava o Eduardo Gomes era o Correio Aéreo.

I.F. - O Correio Aéreo que foi formado por ele.

A.A. - E isto muito enfatizado pela Força Aérea. Esse Correio Aéreo comemorado com uma série de providências, de homenagens etc., e a Aeronáutica faz questão de manter viva essa providência, essa iniciativa do Ministro da Aeronáutica, o Correio Aéreo.

I.F. - Foi o início da Aeronáutica não é? Então o senhor não teve intimidade com ele, não pode fazer um perfil da personalidade dele.

A.A. - Não tive não, não tive convivência, não posso. Eu tenho... O que eu conheço do Eduardo Gomes de leitura, de conhecimentos assim e de observação através do correr da história. Agora, acho que a Aeronáutica sentia necessidade de ter um combatente, digamos assim, embora ele não tivesse sido um grande combatente, mas ter um combatente também como elemento a ser idolatrado na Força Aérea.

I.F. - Eu gostaria que o senhor nos contasse também um pouco, depois de formada a Aeronáutica, o papel dessa nova força junto Marinha durante a guerra. Que o senhor participou bastante disso, nos comboios...

A.A. - Eu participei pouco, porque a minha participação na guerra foi muito modesta. Porque, com a eclosão da guerra, eu fui para Buenos Aires e de lá voltei já no fim da guerra. A minha participação foi mais de... Embora eu tivesse pedido para comandar um navio, um caça etc., tivesse insinuado ao ministro - uma das poucas insinuações que eu fiz; ele disse que não podia, eu era ajudante-de-ordens, ele disse que não podia porque os navios já tinham os comandos designados etc. E a! nessa circunstância toda eu fui para a Argentina e vim quase no fim da guerra. Agora, o que a Aeronáutica tinha era... Nós tínhamos o conjugado aero-naval: a Aeronáutica fazia a observação aérea e a Marinha fazia a ronda etc., a proteção da costa, e fazia os comboios etc. Fazia heroicamente porque os comboios - no fim, já tinham recursos -, mas inicialmente a Marinha era levada... Os navios tinham ordem para fazer coisas que ele absolutamente não tinha condições de fazer, que era a proteção de vida razoável na costa, de

combate ao inimigo que pudesse aparecer, e a única coisa que podia fazer o navio era enfrentar e submergir. Eu me lembro muito daquela peça do teatro clássico francês, que Os Horácios e Curiácios, que eu não sei se leu...?

I.F. - Não, não li, não.

A.A. - Tem uma cena muito interessante, não sei se o pai de um dos Horácios ou Curiácios, que ele se insurge contra o filho, porque o filho, numa contenda que havia tido com seus oponentes, não tinha travado, não tinha se batido com eles, e tinha recuado. Então ele, como pai desse filho, estava censurando o filho, por não ter combatido, não ter enfrentado os seus rivais. Então a mulher dele, a mãe do rapaz disse: "Mas o que querias que ele fizesse com uma situação, se eram tantos contra ele?" Diz o pai: "Que morresse." Isso me lembro, nunca mais me esqueci disso; eu era garoto, eu vibrava com essa decisão: "*Qu'il mew.*"

I.F. - Isso foi um pouco o papel de toda a força brasileira na guerra, não é? Tanto da FEB, como da Marinha, como do grupo de caça.

A.A. - Então a decisão era essa, não é? Os navios recebiam ordem de sair para fazer... para navegar para policiar a costa etc., mas o que não queriam que o navio voltasse e fugisse; que morresse. [riso]

I.F. - E como que vocês, oficiais moços, que estavam jogando a vida nisso, viam essa coisa toda?

A.A. - Eles tinham que ver como o juramento que a gente presta, não é? Porque todos nós juramos bandeira.

I.F. - Mas o que eu digo o seguinte: não tinham uma certa angústia de ver esse pouco preparo?

A.A. - Ah isso, nós achávamos que era profundamente lamentável, mas era a contingência a que nós tínhamos chegado...

I.F. - Aceitavam bem isso.

A.A. - Tínhamos que aceitar; eu não digo bem, mas tínhamos que aceitar, tínhamos que nos conformar com a escassez de recursos que nós tínhamos. Porque Força Armada nunca foi bem..., digamos, compreendida pela população civil. Porque nós não preparamos, nós não temos um serviço, digamos, de relações públicas suficiente para fazer sentir... Porque assim como a gente tem um revólver dentro de casa para se defender do ladrão etc., as nações, quanto mais desenvolvidas vão sendo, mais elas têm que consumir - a título de economia -, têm que consumir uma porcentagem na proteção das suas..., dos seus bens, dos seus haveres. Porque nós temos que compreender que não há amizade de nações. A gente tem que ser realista, tem que ser sincero - há interesses entre as nações. As nações hoje podem ser muito ligadas e amanhã os antagonismos se criam e os interesses são conflitantes, e a gente às vezes tem que se... tem que combater, tem que enfrentar um inimigo que surge em decorrência desse fato.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]



A.A. - Eu, quando respondo às suas perguntas, ou às perguntas todas, eu, quando falo, como eu vejo as coisas; não é...

I.F. - Lógico, mas isso que a gente quer, lógico - não a verdade; a sua versão.

A.A. - Não achando que eu seja o dono da razão, como eu vejo as coisas.

I.F. - Mas lógico.

V.A. - É, exatamente nisto que nós estamos interessados.

I.F. - a sua visão. Agora, o senhor está comentando uma coisa, que eu estou me lembrando muito da entrevista que nós fizemos, eu e o Plínio, com o ministro Maximiano, onde ele se bate muito pela importância de verbas, pela melhoria das Forças Armadas, porque ele diz que isso uma garantia de paz. O senhor concorda com isso?

A.A. - Eu acho. Eu acho, haver o equilíbrio, pelo menos o equilíbrio das forças, das forças oponentes, não é?

I.F. - Ele diz, que quanto mais armada, quanto mais preparada, mais respeitada passa a ser, mais temida.

A.A. - Mais temida, natural.

I.F. - E uma condição exata para manter a paz. E como que o senhor vê então isso no mundo de hoje, com os Estados Unidos desenvolvendo cada vez mais o seu poder bélico, a Rússia desenvolvendo cada vez mais, o senhor acha que isso uma garantia de paz, ou não?

A.A. - Eu acho que o entendimento, o entendimento e a negociação - isso aí no meio operariado etc., nas greves, a gente vê -, o entendimento e a negociação são uma necessidade, mas preciso que tenha alguma coisa por trás disso. E então o que necessário eles entrarem num entendimento para manter um equilíbrio, um equilíbrio entre os dispositivos de força que as duas nações têm. E ambos acreditarem nos compromissos recíprocos que são assumidos, porque essa questão de equilíbrio de forças já houve. Houve a convenção de Washington, através de uma série de tratados etc., de manutenção de equilíbrio: nós não podíamos, as nações poderosas não podiam fazer navios de mais de tantas toneladas, artilharias de tantas, para os outros não começarem a querer fazer cada vez mais. Isso tudo existiu e preciso que se chegue a uma composição entre os Estados Unidos, que representam a corrente capitalista, e a Rússia, com seu regime bolchevista etc., que os dois acreditem um no outro para que fique uma situação estacionária, e não nessa situação de competitividade que custa um mundo de dinheiro, para cada um querer sobrepujar o outro. preciso, há necessidade muito grande da negociação, de negociação dessas duas nações para ver se elas reduzem um pouco esse... esse estado de armamento, essa corrida armamentista que já houve antigamente -, mas entre várias nações -, mas que atualmente está havendo, com grande ênfase, entre os Estados Unidos e a Rússia. Porque realmente - eu penso do lado capitalista, digamos assim -, a Rússia muito dissimulada: a gente não sabe até que ponto eles estão falando a verdade, nem até que ponto... Porque um país fechado, um país em que não há liberdade, então os veículos de informação etc., para saber se eles estão cumprindo estritamente aquele compromisso, ou se estão por trás da cortina se preparando, se fortalecendo com muita ênfase, para amanhã os Estados Unidos terem que se curvar ao poderio do regime deles... Porque a gente vê: a Rússia invade aqui, invade ali, Cuba,

agora a América Central, foi o Afeganistão etc., ela vai dominando essas coisas todas, e com uma... Agora, eu acho que com muita habilidade. Evidentemente essa habilidade repousa na força que ela tem nas costas. Mas ela faz esses movimentos todos com os elementos nativos do país- que ela subverte os elementos naturais do país para adotar o regime, o regime que ela quer implantar etc. E a! as lutas são dentro do país, com os elementos, os armamentos etc., que ela veicula para eles não aparecerem, a não ser secretamente dentro dessas nações.

I.F. - Agora, com esse desenvolvimento armamentista, desses países grandes, com a tecnologia avançada que eles têm, a gente pega um país como o nosso. Como que fica essa situação das Forças Armadas brasileiras em relação ao resto da América Latina, enfim, os países da Europa, que não podem competir?

A.A. - Ah, fica na situação de participação, de cooperação. Nosso preparo, todo ele, de auxiliar, não de principal elemento, de participação pela proteção da sua costa, pela força capaz de evitar uma infiltração dentro do próprio país, desembarque no domínio do Atlântico, por exemplo. Aqui o que nos interessa mais o domínio do Atlântico - hoje muito prejudicado com esse problema da África, não é? Mas a nossa participação não só do Brasil, da América do Sul lá na OEA etc. - se estuda muito isso, dos elementos modestamente de participação. Mas mesmo na Europa... Nós vemos a situação da Inglaterra: a Inglaterra não tem mais condições de enfrentar substancialmente uma luta armada com a Rússia. A gente vê...

I.F. - É, de repente a gente vê aquela situação das Malvinas, quer dizer: pega a Argentina, um país pobre, pega a Inglaterra, que também não tem condições de competir com os outros países, arruma uma confusão, e tem os outros países ricos ali de olho. Quer dizer, como que fica uma situação dessas... O que adianta um país como o Brasil investir brutalmente nas suas Forças Armadas, se de repente ele não tem condições de enfrentar...?

A.A. - Não brutalmente: a participação das Forças Armadas parece que 1% do orçamento da União.

I.F. - Sim, mas todo o mundo luta para aumentar isso.

A.A. - Todo o mundo luta para aumentar dentro das...

I.F. - Só não aumenta porque não tem condição; se tivesse...

A.A. - Se tivesse, aumentaria, porque nós estamos fartos de saber que nós não temos condições, digamos assim, de modestamente participar numa cooperação que pelo menos proteja a nossa..., o nosso litoral.

I.F. - Então, o senhor a favor - não sei se eu estou certa - de um investimento nas Forças Armadas, de dinheiro, mas como uma coisa interna de proteção do país, sem pensar...

A.A. Do país, porque o problema do Brasil de cooperação na eventualidade de um conflito de grandes proporções extracontinental. Não sei se satisfaz a minha...

I.F. - Estou entendendo. Agora, nessa questão, vamos dizer assim, de lutas internas no país...?

A.A. - Questão de lutas internas um problema que mais político do que militar, eu acho isso. Porque as lutas internas, o meio político, o elemento político que tem que se fazer acreditar para

reduzir essas lutas internas de classes etc.

I.F. - Sim. mas num caso de um golpe, de uma coisa qualquer, o governo tem que pedir apoio às Forças Armadas.

A.A. - Bom, num caso de golpe, a Constituição mesmo prevê, prevê que cabe às Forças Armadas manter a tranqüilidade nacional não é? Agora, como as Forças Armadas vão poder fazer isso, depende muito da conduta do governo, porque se o governo não se faz acreditar, eu acho que as Forças Armadas acabam apoiando a oposição, não é? Porque todos nós lemos, todos nós temos idéia da consciência nacional etc.,- se o governo está bom, se o governo está atendendo às finalidades do país ou se ele está extrapolando, digamos assim, para uma radicalização de chegarmos a um movimento comunista aqui dentro. Todo isso, a gente está...

I.F. - Mas eu não entendi bem o seguinte: as Forças Armadas precisam de gente; automaticamente, precisam de dinheiro e de armamento. Essa importância, o senhor v mais em relação aos problemas externos, ou em relação a problemas internos? Mais em relação de proteção do país, em relação aos outros países...

[FINAL DA FITA 16-A]

I.F. - ... ou em relação de manter uma ordem interna.

A.A. - Não, a preocupação militar de proteção... O que nós chamamos de inimigo o elemento externo. Esse que o inimigo, o elemento externo - nos nossos estudos, quando a gente fala inimigo. A não ser o ..., mas a! já um assunto que interessa mais ao Exército: a guerra revolucionária etc.

A.A. - Aí que queria chegar. [risos]

I.F. - Era a! que eu queria chegar, essa questão da guerra revolucionária, armamentos e dinheiro para tudo isso.

A.A. - É, porque a! o Exército que tem, que compete mais ao Exército do que Marinha se preocupar com esses problemas, não é?

V.A. - E por quê?

A.A. - Porque a segurança terrestre, porque a segurança interna praticamente a terrestre. Porque o que poderia haver de Marinha ser o de isolamento, de manter um comboio de proteção contra a vinda dos elementos externos para auxiliar a decomposição...

I.F. - Mas a Aeronáutica também tem papel importante aí, não é?

A.A. - A Aeronáutica tem.

I.F. - Até do transporte das tropas.

A.A. - O transporte etc., pela rapidez, não é? A rapidez de atender às solicitações num

determinado instante. Porque a Aeronáutica tem, num país como o nosso, tem muito de arquipélago, não é? A Aeronáutica supre essas coisas com vantagem. O Brasil é um país que deve muito à Aeronáutica, porque o acesso a uma porção de locais aí, até hoje o acesso ainda é permissível pela...

I.F.- É, a Aeronáutica foi responsável pela integração do país, o senhor concorda?

A.A. - Eu mesmo, como ministro da Marinha, todas as excursões que eu fiz foram em aviões da Aeronáutica, o DC-3, voei muito no DC-3.

I.F.- O DC-3 era um herói, não é?

A.A. - Eu viajava assim... Eu nunca viajei por mar para chegar aos lugares que eu queria, por causa do tempo.

I.F.- Então vamos voltar minha discussão. Quer dizer, então, existe o problema externo, e o senhor vê também uma possibilidade de uma atenção a esse problema de...

A.A. - De segurança interna, porque o que eu digo: aí elemento político tem um fator importante.

I.F. - E como que o senhor vê essa aplicação de verbas com esta preocupação, de guerra revolucionária?

A.A. - Eu...

I.F. - Lógico que eu estou fazendo uma pergunta ao senhor, uma coisa pessoal.

A.A. - Sim, pois é. Eu acho o seguinte: que a preocupação maior nossa devia ser a preocupação política. Se nós tivermos uma organização política, quer dizer, partidos realmente existentes e com políticos conscientes, não politiqueros, essa guerra revolucionária não tem grande significação. Essas guerras revolucionárias são alimentadas pela insatisfação nacional, pela insatisfação da população, porque a infiltração, os movimentos comunistas etc., subversão, são todos eles baseados na escassez de recursos de classe, já nem digo pobre, mas paupérrima que nós temos. Nós temos, além do pobre, temos o paupérrimo, um elemento carente de tudo, carente de instrução, carente de alimentação, carente de capacidade de trabalho - tem gente que não pode nem trabalhar. Tem gente que reclama um emprego mas não tem mais condição de ser empregado. Analfabetismo - como nós estimulamos o analfabetismo no Brasil!

Nós vamos permitir voto de analfabeto? pode ser muito democrata lyricamente, teoricamente, mas nos temos que alfabetizar a gente! O analfabeto, ele é um cego mental. Ele não toma conhecimento praticamente de coisa nenhuma da vida nacional. Ele toma conhecimento da vida dele, e sem ambição. Eu transportei flagelados, meu Deus! é uma tristeza. Eu não sei se eu contei aqui. eu transportei quatro mil flagelados.

V. A. - Contou.

A.A. - inquietante a gente ver que uma grande parcela da população brasileira vive nessa situação, nessa indignação - uma indignação. Eles vivem porque não viram coisa

diferente, não conhecem coisa diferente. Não sabem o que melhor, eles não conhecem essa palavra "melhor"; não conhecem.

I.F. - O senhor falou agora que o russo aproveita muito os nativos.

A.A. - É, os naturais do país.

I.F. - O senhor acha que isso também tem a ver com a questão de miséria desses países?

A.A. - Tem, tem. O comunismo tem força nos Estados Unidos. Tem força na Inglaterra? Esses países que têm um desenvolvimento perfeito, que não têm analfabetos, podem se dar ao luxo de ter partido comunista, mas não tem vez. Então ele vai explorar os elementos fracos; aliás, é inteligente. Porque se ela quer dominar, bolchevizar as nações, ela tem que pegar... Ninguém vai dar murro em faca de ponta: se ela sabe que tem um antagonismo superior e ela em determinada zona ela vai pegar... Porque o que está pegando no continente americano a América Central, que é a parte mais fraca. E por aí vai: pegou Cuba. Depois, a falta de visão dos Estados Unidos... Porque eles têm um sentido de liberdade, digamos assim, de autodeterminação, muito teórico. A autodeterminação, ela é... Tem gente que não pode ter liberdade: o assassino pode ter liberdade? Não pode, não é? E assim, uma porção de elementos que querem dar autodeterminação, não podem dar o regime de esquerda... Eu temo mais o regime de esquerda do que o de direita. Porque eu acho que o regime de direita pode chegar ao centro, o regime de esquerda não chega, porque o regime preconizado pela Rússia e a Rússia não chegou, e não sei quando que vai chegar ao regime democrático que, segundo Churchill, o pior dos regimes, mas não há outro melhor. [riso] Isso do Churchill: o regime democrata pode ser o pior dos regimes, mas não há outro melhor.

I.F. - Mas então, agora, vamos voltar a mais uma coisinha aqui da nossa Aeronáutica. O senhor acha que o Getúlio era a favor da criação da Aeronáutica?

A.A. - Eu acho que era.

I.F. - Quer dizer, ele conscientemente...

A.A. - Ele tinha, ele tinha... Eu acho que, pela necessidade que ele tinha de se locomover pelo país todo, o veículo necessário para a rapidez com que ele precisava se locomover, o grande veículo era a parte aérea.

I.F. - Sim, mas aí poderia ter desenvolvido uma aviação civil sem ter formado um outro ministério, uma outra força.

A.A. - Bom, eu tenho a impressão que ele constatava que não dava.

V. A. - Por quê?

A.A. - Não ia conseguir isso num breve tempo.

V. A. - E por quê?

A.A. - Porque a Aeronáutica... Um dos argumentos da criação da força aérea foi a

economia. Porque era para juntar as duas forças e fazer uma força modesta, mas com uma direção única. Unificação da força aérea, e pegando os elementos..., não criando novos elementos, pegando os elementos do Exército e da Marinha e juntando e fazendo eminentemente aérea aquela força. Então economizavam, em vez de criar, de manter as forças aérea e naval etc..., e criar uma outra terceira força, eles criaram uma força só, mais ou menos... Não sei se eu falei aqui: o ministério da Defesa, o primeiro ministério da Defesa de que eu tenho notícia o do Uruguai - foi criado para fazer economia. Porque eles tinham forças armadas mínimas, então eles achavam que um ministério só, de Defesa, era o suficiente para manter aquelas forças militares pequenas. E assim, a idéia de criação da Aeronáutica foi de economizar recursos, não de expandir recursos. Hoje o orçamento da Aeronáutica, eu não sei se está superior ao da marinha, mas quando eu estava no Ministério, quando eu assumi o Ministério, a força aérea tinha orçamento superior ao da Marinha. Agora, eu consegui um orçamento da Marinha superior ao da Aeronáutica. [risos]

I.F. - Quer dizer que a Marinha continua disputando com a Aeronáutica, nunca se conformou muito de ter perdido essa força aérea? [risos]

A.A. - Não, porque eu conhecia a razão da criação da Aeronáutica: foi para fazer economia. Como é... O criado vira-se contra o criador? Que ela foi oriunda das forças armadas, e eu não via argumentos para nós cortarmos os nossos orçamentos, permitir o corte de nossos orçamentos, quando nós temos uma força que devia ter menor expressão na segurança nacional, do que o meu Ministério que era o da Marinha. E eu consegui fazer um orçamento... - a duras penas, mas consegui -, o meu orçamento era superior ao do Ministério da Aeronáutica. Eu agradeço um pouco ao Válter Moreira Sales, que era o ministro da Fazenda, com quem me dava muito bem e admiro muito. Muita gente pode não gostar do Válter, eu admiro extraordinariamente o Válter, acho um homem de um espírito público muito grande etc.

I.F. - Aí como que é...? As forças, o orçamento das Forças Armadas depende muito do Ministério da Fazenda...

A.A. - Depende do Ministério da Fazenda e dos ministros.

I.F. - E dos ministros, mas tem que ser aprovado também pela Câmara, não é?

A.A. - Tem que ser, o orçamento geral.

I.F. - E aí como que são essas negociações lá? Isso que eu queria que o senhor contasse, porque essas coisas só em história oral; em documento, já não vai encontrar.

A.A. - Ah, é. O ministro tem que se virar.

I.F. - Tem que se virar. Muito cochicho no ouvido do ministro.

A.A. - Como, no ouvido...

I.F. - Cochicho, conversinha ali...

A.A. - Quem?

## I.F. - Dos ministros.

A.A. - Não, os ministros têm que conversar muito com o ministro da Fazenda. Hoje tem o Planejamento, que dizem que o planejamento, não é? [risos] E tem que conversar com os congressistas. Eu quando chegava ao Ministério em Brasília, eu saía do avião e ia para o Congresso. Ia para o Congresso, eu tinha um auxiliar que era de primeira ordem, um capitão-de-corveta, e ele, já no fim de dois meses, já conhecia todos os... parece que eram 300, 300 deputados e senadores, aquele pessoal todo. E ele já me dizia com quem eu tinha que cochichar para conseguir a boa vontade e a aprovação dos elementos de que eu necessitava. E eu era chamado para defender certos orçamentos etc..., compareci para expor, para fazer a exposição de uma porção de coisas do meu Ministério. E como chefe do gabinete - que eu, fui também do almirante Guillobel -, eu fui muito ao Congresso. Eu fui muito ao Congresso e fui lá defender alguns problemas da Marinha, que talvez valha a pena relatar aqui.

Eu, uma ocasião, fui ao Congresso para conversar com os deputados, porque havia um projeto no Congresso que dava o direito a uma promoção gratuita, digamos assim, nos serviços de guerra, ou coisa que o valha, promoção aos sargentos, de tal envergadura que transformaria a banda do corpo de fuzileiros navais - que eu tinha sargentos e pessoal subalternos, que a gente denomina -, transformaria essa banda numa banda de primeiros-tenentes. Tal era o favoritismo que ele dispensava. Eu fui conversar com vários deputados sobre isso e expor a situação em que a Marinha ia se ver com essa aprovação desse projeto. E eu lamentavelmente fui conversar com um deputado que era um general. Eu estava crente que ia obter uma receptividade muito grande desse general, mas ele tinha virado político, tinha esquecido o Exército, parece. Depois de eu conversar muito com ele...

## V. A. - Quem era?

A.A. - Não me lembro o nome dele, não que eu não queira citar, não; se eu me lembrasse, eu dizia. Mas ele então virou-se para mim e disse: "Mas, comandante, o senhor sabe, o meu eleitorado... O senhor sabe que os fuzileiros, essa gente toda muito... Muita gente apanhada no Norte, o nordestino vem muito para a força..., para a Marinha pelo menos. E esse meu eleitorado, e eu não quero tomar uma providência dessas." Ele foi franco mas foi decepcionante para mim. "Eu não posso votar contra esse projeto, porque eu vou contrariar o meu eleitorado, de modo que eu não posso atender a essa defesa que o senhor está fazendo de vetar o projeto etc." Me disse isso. Agora, outro caso interessante foi o seguinte: a Marinha tinha a aspiração de criar o que se denominou depois de fundo naval. Era a taxação de uma série de exportações etc., que rendia uma taxa, criava uma taxa adicional. Então isso revertia para o Ministério da Marinha, para o fundo extra-orçamento, para atender uma verba específica para a construção de navios, para aumentar o orçamento da obtenção de meios para a segurança nacional na parte marítima. E esse projeto de fundo naval, o relator era o senador - acho que era deputado - Alberto Pasqualini, do Rio Grande, um gaúcho, e eu fui conversar com ele. E eu expus toda a situação, a necessidade de segurança nacional etc. Ele dizendo que ele era teórico do capitalismo. Ele foi e me disse: "Comandante, eu sou contra esse projeto porque eu sou favorável e defendo muito as despesas rentáveis, e de uma forma geral assim, essa despesa não rentável. Mas diante da sua exposição, diante de seus argumentos, eu vou fazer o seguinte: quando houver reunião, eu já me manifestei contra, mas quando chegar o dia da votação eu prometo ao senhor que eu não

compareço. Eu não voto a favor, mas não voto contra, eu não compareço votação". E não compareceu e o fundo naval passou.

V.A. - Quando foi isso?

A.A. - Isso foi em...

I.F. - O senhor era ministro?

A.A. - Não, não, quando eu era chefe do gabinete do almirante Guillobel, no governo Getúlio Vargas. Era chefe de gabinete, eu fui subchefe, depois assumi porque o chefe de gabinete foi promovido a oficial general, e eu era subchefe e o almirante Guillobel me nomeou então chefe do gabinete, numa circunstância muito interessante. Esse oficial que era chefe do gabinete, foi promovido a oficial general, e como a lotação dizia que era capitão-de-mar-e-guerra, ele deixou o cargo e foi servir noutra função de oficial general. Mas um belo dia, o almirante Guillobel me chamou. E eu já tinha sido nomeado chefe do gabinete, eu era capitão-de-fragata, era subchefe, eu fui chefe do gabinete sempre servindo em função de posto acima: fui nomeado chefe do gabinete, que era função de mar-e-guerra, e eu era capitão-de-fragata ainda; depois é que eu fui promovido. Então o almirante Guillobel me chamou e me disse: "Olha, você faz um aviso, um documento, mudando a lotação de chefe de gabinete de capitão-de-mar-e-guerra para contra-almirante." Eu fui e disse: "Está muito bem." Quando eu estou saindo do gabinete dele, ele me chamou e disse: "Eu estou mandando alterar essa lotação não para sua saída, porque eu quero que você, como capitão-de-mar-e-guerra, você sirva no posto acima, porque você tem uma remuneração melhor." E eu virei-me para ele e disse: "Mas almirante, o senhor está querendo me favorecer, mas isso vai criar uma situação de susceptibilidade do meu antecessor." - que tinha sido promovido a almirante, o Matoso Maia - "porque se o senhor está alterando a lotação agora, ele vai raciocinar da seguinte forma, vai dizer: "Ué, o Guillobel, quando eu era capitão-de-mar-e-guerra, não mudou a lotação para eu continuar no gabinete, e mudou agora; naturalmente porque não me queria lá." Ele foi, virou-se para mim: "Bom, tem razão, então não faz o aviso, não." Então eu fiquei como mar-e-guerra mesmo, e recebendo a gratificação. Mas o curioso o seguinte: é que esse oficial que foi o chefe do gabinete, a que eu evitei que houvesse uma susceptibilidade - aliás, pensando mais em defender o almirante Guillobel - mas esse oficial, não sei porque razão - esse oficial foi ministro da Marinha etc. - não remava certo comigo, não gostava de mim, não sei porquê.

I.F. - É engraçado. Agora, o senhor está me dizendo uma coisa interessante: que de uma maneira geral esses cargos tipo ministro, essa coisa toda, precisam de um pessoa que tenha uma conversa boa, que seja um pouco político, vamos dizer assim.

A.A. - É político, o cargo político.

I.F. - Não, eu digo, além do cargo político, um comportamento político entre aspas, vamos dizer assim, está? O senhor acha que isso comum dentro das Forças Armadas, ou existem poucas pessoas com esse tipo de conversa, com essa facilidade de entrar nas conversinhas com os deputados, com os outros ministros.

A.A. - Eu acho que atualmente talvez esteja melhor, mas quando eu estava na Marinha, que eu era oficial, eu reclamava muito, eu sentia muita falta disso, da Marinha ficar



muito isolado. Nós não tínhamos muita..., não éramos muito permeáveis ao meio externo, principalmente ao meio político. Nós achávamos que era cumprir com a nossa obrigação e não estabelecem uma permeabilidade entre o meio político e a força naval.

I.F. - O senhor considera então a Marinha uma corporação fechada?

A.A. - Eu acho, achava; agora não tenho examinado bem o comportamento dos ministros. Mas a Marinha se prezava, digamos assim, de se manter fechada. Não sei se fruto da revolta da Marinha no tempo do Floriano, qual foi a razão, mas eu considerava que nós éramos muito fechados em relação...

I.F. - E o senhor acha que a Marinha mais do que a Aeronáutica e o Exército?

A.A. - Eu acho que mais. Primeiro porque nós vivemos no mar. O Exército muito mais... o Exército convive com a população. Tem outra convivência.

I.F. - Mas em termos de pessoas, de ministros, digamos assim de ministros que assumiram as pastas da Aeronáutica, da Marinha e do Exército, o senhor acha que os da Marinha são mais fechados?

A.A. - Mais fechados. O mais aberto foi o almirante Guillobel.

I.F. - O senhor deve ter sido também uma exceção então. Porque, pelo que o senhor conta, o senhor tinha o trânsito livre, o senhor entrava, se apresentava.

A.A. - Olha, eu não posso me auto-julgar, eu procurava fazer o que eu podia para defender a nossa Marinha. Mas eu achava que os elementos de Marinha, eles se limitavam muito força, em vez de entender que nós éramos uma parte integrante do contexto nacional, e que tínhamos que ter o acesso, porque o cargo de ministro um cargo político. Pode ser técnico, mas pode ser um civil. O presidente Epitácio, os ministros dele foram todos civis, os ministros das pastas militares. Os Estados Unidos têm ministros civis etc., nas Forças Armadas. Mas eu acho que nós, na Marinha, tínhamos - eu digo tínhamos porque o tempo que eu convivi - tínhamos esse defeito; eu acho defeito. Nós nos mantínhamos muito isolados. Os ministros não tinham muita... muita acuidade política, não procuravam se... penetrar no meio político etc., para defender seus elementos. Eu não sei se porque servi com o almirante Guillobel, porque fui chefe, fui ajudante-de-ordens do presidente da República etc., eu vi muito o que Brasil fora da Marinha. mas nós, militares da Marinha, vemos muito o Brasil dentro da Marinha, nós não... não procuramos nos misturar com... Não sei se misturar, mas nos ambientar no meio externo, no meio político.

I.F. - Agora, mudando um pouquinho, mas sobre isso também. Esse fato de várias cidades como Recife, por exemplo, que eu conheço, terem assim uma região da cidade onde moram os oficiais de Marinha... Por exemplo, Recife é típico ali em Boa Viagem - da Marinha e da Aeronáutica também. O senhor acha isso bom ou o senhor contra?

A.A. - Eu acho bom.

I.F. - Acha bom. Eles morarem juntos, não se isolam um pouco, não?

A.A. - Eu acho que isso um elemento de alta significação no sentido da confraternização com os outros elementos.

I.F. - Não, mas o que eu digo o seguinte: por exemplo, tem núcleos onde moram os oficiais da Aeronáutica todos juntos, quer dizer, uma casa ao lado da outra; depois tem o bairro dos oficiais de Marinha, moram muito perto convivendo muito, isolados da sociedade, o senhor acha isso bom ou o senhor contra?

A.A. - Isso, em princípio, o ideal seria ser separado.

I.F. - É, porque parece que fortalece mais essa separação, essa coisa fechada, não é?

A.A. - É, porque... Mas aí vem o espírito da economia. porque as condições de habitabilidade nessas regiões etc., para muita gente de Marinha ou do Exército etc., são um pouco difícil. Então, como medida de economia, para dar aos oficiais, às guarnições, que são remetidas para essas partes do país - porque a sede da Marinha aqui no Rio de Janeiro, mas tem as bases etc. E obtenção de diárias para habitações condignas etc., isso tudo, comprando uma área grande e fazendo as construções em série, ao todo sai muito mais barato. E a Marinha pode dizer: "Você pode ir porque tem a casa para você lá."

I.F. - Mas se já uma corporação fechada, como o senhor mesmo diz...

A.A. - Ah, se já é... O ideal...

I.F. - Ficar morando no mesmo ambiente, trabalhando juntos, freqüentando os mesmos clubes.

A.A. - Lógico, o ideal seria esse pessoal ser disseminado por várias áreas, isso seria o ideal.

I.F. - A tendência fortalecer ainda mais essa união, não é?

A.A. - Ah,. fortalecer, centralizar mais.

I.F. - As famílias ficam convivendo, os filhos, tudo muito com os mesmos problemas.

A.A. - Eu acho que isso, eu acho que isso não o ideal, o ideal a disseminação, isso a minha opinião. Mas, por força de orçamento, de tudo isso, essas Forças Armadas foram obrigadas a fazer essa coisa para reduzir as despesas, reduzir as despesas e proporcionar habitações, de locação, de utilização mais baratas do que normalmente. Eu mesmo contribuí para isso em Brasília, porque eu era ministro quando houve recomendação do presidente, que era o dr. João Goulart, uma recomendação para transferir o pessoal da Marinha etc., dos ministérios para a construção, lá para Brasília. E eu talvez tenha sido o ministério que deu mais ênfase a isso, mas eu tive que fazer, eu tive que conseguir da Caixa Econômica três ou quatro áreas de terreno para construir... três ou quatro blocos de prédios de apartamentos para serem usados pela Marinha, porque havia escassez de residências em Brasília e eu não podia pensar em nomear pessoal para servir lá sem ter residência para eles morarem. O meio mais simples, mais expedito era esse, era fazer os prédios de apartamentos.

I.F. - Quer dizer que então essa questão de colocarem sempre na mesma região, uma questão puramente econômica.

A.A. - Econômica.

I.F. - Não existe outro interesse em manter juntos?

A.A. - Não, não seletiva, de razão de economia. Eu mandei fazer. Aliás, quando eu deixei o Ministério já estavam quase prontos para serem habitados os prédios, para serem utilizados para a transferência do primeiro escalão da Marinha para lá. E o que foi feito, foi feito com as construções que eu mandei fazer. Obtive na Caixa Econômica uns terrenos ótimos, os melhores situados em Brasília, e como eu não queria ficar com fama de desonesto, e tinha pressa também... Porque quando a gente mexe em dinheiro, o administrador geralmente passa-se a ter fama de ladrão. Não lhe parece isso?

I.F. - É.

A.A. - Eu vejo. E eu ia lidar com uma importância muito grande, e se eu entregasse isso, assumisse a direção disso através da nossa engenharia, eu tinha que manobrar com as verbas dentro da Marinha. Então, quando eu amanhã andasse num carro ou coisa que o valha, ou morasse num apartamento melhor: "Estou vendo, olha aí, foi ministro, ficou rico. Enriqueceu." E eu tinha preocupação, lamentável, mas eu tinha essa preocupação...

[FINAL DA FITA 16-B]

A.A. - ... preocupação de sair e ninguém poder dizer, explicar: "Não fez porque... as tais construções de Brasília".<sup>5</sup> Então o que eu fiz? A Caixa Econômica tinha uma organização muito grande de construção de moradias, engenheiros, construtores, firmas construtoras. Então eu fiz o seguinte: eu fiz um contrato com a Caixa Econômica, ela financiava as construções da Marinha, eu dava um sinal para ela iniciar as construções, de uma importância x de cruzeiros, ela iniciava e o Ministério da Marinha ia pagando isso em oito anos; o que restava, pagava em seis ou [inaudível], pagava o que restava em anuidade. Então fiz esse contrato com a Caixa Econômica, toda responsabilidade e todo o envolvimento com construções e despesas, tudo, ficou entregue Caixa Econômica. A minha era entregar a importância Caixa Econômica - fiquei livre disso. Eu acho melhor deixar essa história para quando chegar...

I.F. - É, depois vamos chegar lá, para conversar com calma, que é importante. Só para encerrar hoje o nosso assunto aqui das Forças Armadas, da Aeronáutica: como que o senhor viu a formação do grupo de caça e o brigadeiro Nero Moura nessa formação do grupo de caça?

A.A. - Bom, eu achei muito bom, achei muito importante.

I.F. - Teve um papel importante, não é?

A.A. - Achei muito importante que nós participássemos do movimento, da nossa

<sup>5</sup> Trecho mais aproximado ao que foi possível ouvir.

entrada na guerra, com todos os elementos de que nós podíamos dispor. Achei muito louvável e muito acertado.

I.F. - E teve um papel bastante importante?

A.A. - E teve um papel muito importante na luta na Itália, porque a nossa força, a nossa força comandada pelo Nero Moura teve um papel, digamos assim, de dedicação muito grande.

I.F. - E eu estava fora mas fiquei muito satisfeita, porque soube que parece que agora prestaram uma homenagem a ele, e ele recebeu uma condecoração especial.

A.A. - Uma significativa homenagem a ele. Uma condecoração que os americanos concedem com muita parcimônia etc. Eles, embora um pouco tarde..., mas a questão que prestaram essa homenagem.

I.F. - É, eu soube disso; eu estava fora, mas fiquei muito satisfeita, porque realmente parece que ele dedicou-se muito a essa formação, e a vida dele estava muito ligada a isso, não é?

A.A. - , claro.

I.F. - Então eu acho que nós podemos encerrar por hoje, não é?

*10ª Entrevista: 21.05.1986*

I.F. - Ministro, nós estivemos aqui vendo, e gostaríamos de conversar um pouquinho com o senhor sobre os cursos que existem na Marinha, quais os cursos que o senhor fez - por exemplo, nós sabemos que tem um curso de especialização. O senhor fez o de máquinas, não é?

A.A. - Fiz o de máquina.

I.F. - Em que época o senhor fez esse curso?

A.A. - Esses cursos são..., eram solicitados - porque a senhora falou... A Marinha está cheia de cursos hoje, mas eu já não sei mais quais são uma porção deles.

I.F. - Houve mudanças grandes, então?

A.A. - Houve mudanças grandes. Agora, no meu tempo, havia esses cursos de especialização. Quando o oficial chega ao posto de capitão-tenente, então ele já escolheu o curso e daí ele indicado para fazer o curso. É um curso de um ano de especialização, que a gente... que o oficial escolheu. Depois desse curso, vem o curso de estado-maior, digamos assim, os cursos dados pela Escola de Guerra...

I.F. - Esse curso de especialização é só um ano?

A.A. - É um ano.

I.F. - E é feito onde? Tem uma escola especializada?

A.A. - Tinha, tinha um local especializado, não digo escola porque não tem, não tinha um edifício para isso, mas tem uma instalação provisória. Os provisórios aqui são mais permanentes que os permanentes, não é?

I.F. - É. [risos]

A.A. - Então esse curso que eu fiz, ele funcionava junto ao dique da ilha das Cobras. Era um prédio construído até par ser alojamento das guarnições dos navios quando eram docados nesse dique, cujo nome era Artur Bernardes - depois mudou para o nome de dique Rio de Janeiro, ou vice-versa, acho que foi... Acho que hoje é dique Rio de Janeiro. Era o maior dique no Brasil, ainda é. Então tinha o prédio para o alojamento das guarnições, oficiais etc., porque normalmente a guarnição deve se desalojar dos navios em que está lotada para permitir que o trabalho a bordo seja o mais perfeito possível, livre de interferência de manutenção de pessoa. Então esses cursos eram dados, com prejuízo dos navios que eram docados. Eu fiz o curso nesse prédio.

I.F. - E a entrada para o curso era automática? Não tinha prova?

A.A. - Não, não tinha prova nenhuma, era obrigatório.

I.F. - Fazia o curso de Escola Naval, embarcava, fazia a viagem...

A.A. - Havia uma espécie de curso como segundo-tenente, mas não era caracterizado como oficialmente, mas havia um curso realmente. Nós passávamos dois anos como segundo-tenente embarcados nos encouraçados, no *Minas* e no *São Paulo*.

I.F. - Eram navios-escola?

A.A. - Como?

I.F. - Chamavam de navio-escola?

A.A. - Não, eram os encouraçados mesmo. O navio-escola, existia o *Benjamin Constant*, que depois foi desativado porque já era muito usado e não podia mais se locomover. Então as viagens eram feiras..., as instruções eram feitas num navio destacado que fosse possível. Mas esses dois navios eram encouraçados, não eram navios de combate, mas eram os maiores navios que nós possuíamos, com uma atuação muito bonita, foi um programa naval de 1910. Eram o *Minas Gerais* e o *São Paulo*. As turmas eram pequenas, e então o navio tinha capacidade para alojar os que deixavam a Escola Naval depois de guarda-marinha, e embarcavam nesses navios, então faziam dois estágios. O primeiro ano de estágio era de artilharia etc..., e o outro estágio a parte de máquinas, porque já havia sido feita a fusão dos oficiais indistintamente - todos os oficiais eram obrigados a ter a parte de máquinas, eletricidade, isso tudo. Creio que já saíam da escola para servir indistintamente no departamento de máquinas ou no

departamento que nós chamamos de convés, e tinha o resto, que era a parte de artilharia, comunicações, toda a parte de hidrografia, tudo isso.

I.F. - Quer dizer que vocês iam pôr na prática o que tinham aprendido na Escola Naval?

A.A. - Iam realizar na prática o que tinham feito na Escola Naval.

I.F. - Isso como segundo-tenente.

A.A. - Como segundo-tenente.

V. A. - E nessa altura o senhor já escolhia a sua especialização?

A.A. - Não, não; escolhia depois.

V. A. - Fazia de tudo então.

A.A. - Eu fazia de tudo, fazia um ano de máquinas e um ano, digamos assim, de artilharia. Nós então passávamos a servir nas... chamávamos de divisões, as partes constrictas do navio ligadas à parte do grupo de canhões. Então ali nós servíamos em toda a artilharia do navio. A artilharia principal, das torres - fazíamos uma parte de estágio nessas torres, e outra parte no que chamávamos de artilharia secundária...

I.F. - Iam então se familiarizar com o navio propriamente dito.

A.A. - Com o navio e a solução dos problemas do tiro, os problemas de condução de máquinas do navio. Então aí fazíamos uma prova, no fim do ano fazíamos uma prova e, depois de feita essa prova então, nós aí podíamos ou continuar no navio, ou então ser transferidos para outros navios, dependendo das necessidades dos navios na ocasião.

I.F. - E essa prova era uma prova prática, era teórica?

A.A. - Era uma prova escrita, era uma prova escrita de problemas trazidos da prática que nós exercíamos. Aliás, era um estágio muito bom.

I.F. - Quer dizer que de uma maneira geral todos passavam na prova?

A.A. - Passavam. Eu me lembro até que eu, uma ocasião, eu já tinha tirado... tinha desembarcado do navio, e um oficial mais antigo do que eu estava como instrutor do curso de artilharia para preparar já o curso de capitão-tenente. E ele conversando comigo no Clube Naval, e eu comecei a comentar com ele, a debater com ele o problema, o problema do tiro, e ele disse: "Você fala como se tivesse o curso!" Tal era o conhecimento que nós adquiríamos, prático, do embarque nos navios. Porque nós fazíamos na parte toda de artilharia, que tem o nome de torre, artilharia secundária, fazíamos a parte de solução do problema, solução teórica de movimento relativo para conseguir acertar o alvo, tudo isso, e fazíamos uma outra parte, que era muito interessante, que era nos rebocadores: um rebocador que rebocava o alvo e tinha outro rebocador que fazia observação do tiro, para ver se o navio, quando estava atirando, o acerto que o navio considerava feito, era o real. Porque esse rebocador ficava no alinhamento do alvo, que era rebocado. E aí ele via aquela formação da coluna d'água,

que nós normalmente chamamos de *splash*, ele via a posição dos projéteis quando caíam, como estavam, e mandava para bordo do navio. Aliás, houve uma coisa muito interessante: um colega meu de Marinha era o comandante do rebocador, que estava vendo as salvas do navio. Mas houve um tiro lá que veio muito errado, e esse tiro caiu, em vez de cair no alvo por uma razão qualquer, um disparo prematuro, uma coisa qualquer, caiu perto, caiu perto do rebocador em que nós estávamos. E o navio lá, que era o *Minas* ou o *São Paulo* ficou preocupado sem saber o que tinha acontecido direito, e não queria passar o recibo. Então perguntou para o comandante... A mensagem era assim: "Viu o *splash*?" Ele foi, respondeu assim: "Vi, e estou todo molhado." [risos]

I.F. - Está boa essa!

A.A. - Mas nós fazíamos o curso de artilharia lá e de máquinas.

I.F. - E em seguida então, já como primeiro-tenente...

A.A. - Ou primeiro-tenente ou segundo-tenente, porque as promoções não eram automáticas, dependia das vagas. Mas geralmente havia vagas; terminado o curso normalmente nós já tínhamos vaga para sermos promovidos a primeiro-tenente.

I.F. - Aí então iam escolher a especialização.

A.A. - Aí... Não escolhíamos logo que saíamos; mais tarde então é que escolhíamos a especialização. A própria Diretoria de Pessoal mandava chamar para consultar. Mas isso a gente dava com muita antecedência.

I.F. - E o que levou o senhor a escolher a especialização em máquinas.

A.A. - Por quê?

I.F. - É.

A.A. - Eu escolhi primeiro aviação, mas fui barrado no exame de saúde, e em segundo eu botei máquinas pelo seguinte: porque eu sentia que os oficiais - antigamente havia os oficiais só de convés - eles tinham uma certa timidez, cometiam muitas irregularidades na condução do navio, exigindo das máquinas coisas que eles ignoravam. Então eu queria, quando tivesse que comandar, conhecer minuciosamente todas as peculiaridades do navio. Artilharia eu já conhecia, essa parte de navegação e tudo, era parte [inaudível] e a parte de máquinas eu queria ter o conhecimento exato, para não estar... para utilizar o navio da forma mais conveniente.

Eu tive uma sensação muito curiosa nessa parte porque eu preferia sempre os navios ligeiros, os destróieres, e eu estava num destróier, era o chefe do departamento de máquinas, e o comandante era o depois almirante Benjamin Sodré, que era uma pérola de oficial. Ele era filho de um político importante da época, que era o Lauro Sodré que hoje é nome de uma rua, era paraense. E ele comandava o navio. E uma ocasião, eu era chefe do departamento de máquinas. Eu trazia a parte do meu departamento, modéstia à parte, primorosamente tratada, e nós íamos para a ilha Grande fazer exercícios, e quando voltávamos do exercício, o chefe, o comandante da força de contratorpedeiros, para a chegada, para fundear à tarde, ele dava liberdade de ação. Dava liberdade de ação e cada navio ia procurar sua posição no fundeadouro para fundear. Mas cada navio

andava como queria, andava solto, não andava comandado em esquadrilha nem nada. E havia um destróier que era o *Santa Catarina* - o meu era o *Paraíba*.<sup>6</sup> O *Santa Catarina*... Quando dava liberdade de ação... Na disposição final, geralmente, os navios estavam em fila, por antigüidade de comandante. Então uns iam mais na frente, outros iam mais atrás. E quando dava liberdade de ação, então o comandante podia...

I.F. - Quer dizer que a hierarquia na Marinha é inclusive em relação à ordem dos navios, não só os comandantes.

A.A. - É, comandante mais antigo etc. E o *Santa Catarina*, o comandante era mais moderno do que o meu, que era o comandante Benjamin Sodré. Mas, quando dava liberdade de ação, cada navio andava como queria, e o *Santa Catarina* vinha e dava adiante a toda força, e ia embora para fundear depressa etc. E eu, quando o navio tinha ordem de fundear, eu vinha poupando o consumo de combustível, para quando chegasse, o navio tivesse que parar, o navio já estar com as caldeiras com a pressão baixa etc., para ser mais fácil manter as caldeiras meio afogadas. E toda vez, aquilo... n vezes acontecia aquilo, e a guarnição do *Santa Catarina* gozava o meu navio, para dizer que o meu navio era uma tartaruga. E um dia o comandante Sodré me chamou e disse: "Mas, Nolasco, toda vez que nós vamos fundear, o *Santa Catarina* passa a frente da gente, você não anda com mais velocidade." Eu fui e disse a ele: "Comandante, eu posso andar, mas eu não devo andar. Porque eu sei como é que se faz isso: o navio anda, vem desenvolvendo a velocidade máxima da caldeira, e quando chega, fundeia e aí pára. Então a caldeira que está com o fogo todo em cima, então o navio fundeia, o consumo do vapor se reduz ou pára, e então o quê que acontece? A pressão sobe e o navio, para não disparar a válvula de segurança - que é quando a caldeira... a pressão é muito grande, a válvula de segurança solta o vapor para baixo. Então eles injetam água fria na caldeira. Isso provoca um alteração do material, uma distorção de material, consumo de combustível inútil, tudo isso. Agora, se o senhor der ordem, eu faço, mas eu não devo, estou lhe dizendo isso, que não devo."

Bom, um belo dia, o comandante é chamado lá no comando da força, e recebeu a ordem de nós irmos para Santa Catarina visitar uma espécie de base que nós tínhamos lá em São Francisco do Sul, e o que nos acompanhava era o *Santa Catarina*. Então na mesa redonda de discussão dos assuntos, velocidade, e qual era a derrota, tudo isso, o comandante do *Santa Catarina* muito altivamente disse: "Bom, a velocidade aqui... O comandante Sodré, o navio do comandante Sodré, o *Piauí*, dá o que puder que eu acompanho." Mas disse assim: "Dá o que puder que eu acompanho." E ele chegou muito preocupado, me chamou e disse: "Olha, Nolasco, dá-se isso, o comandante do *Santa Catarina* disse para nós darmos o que pudermos, porque ele acompanha. E então você faz o possível para não atrasar a velocidade." Eu fui e disse a ele: "Comandante, ele dá o que puder?" "É, ele disse que dá o que puder." Então está muito bem, então vou dar o que puder." E saímos. Saímos, eu tinha o navio na minha mão, saímos e eu botei o navio na velocidade máxima que ele podia dar com uma caldeira. Porque eram duas caldeiras, que era 15 nós, 15 milhas por hora, e fui embora, não é? E o *Santa Catarina* atrás. Quando chegou um determinado... No fim de uma hora, o *Santa Catarina* já não podia acompanhar o navio. Fomos embora. Aí eu subi a escada lá do passadiço, olhei lá para o horizonte e disse: "Comandante, continuo dando o que puder?" [risos] Ele disse: "Não, não, vamos esperar um pouco, vamos reduzir a velocidade um pouco." Então reduzimos a velocidade e assim fomos até Santa Catarina, dando o que... Dávamos adiante toda força e esperávamos o *Santa Catarina*, até chegar lá, na...

<sup>6</sup> Adiante, o entrevistado declara que o navio em que servia era o *Piauí*.



I.F. - Em São Francisco.

A.A. - Em São Francisco.

V. A. - Em que época foi isso?

A.A. - Isso foi em mil novecentos e quantos?... Em trinta e tantos, por aí, 35, 36, por aí. E então quando chegou lá, o comandante do *Santa Catarina* disse que já tinha tomado providências, que o *Piauí* podia dar o que pudesse, mas não adiantou nada, porque quando eu chegava no porto, a primeira coisa que eu fazia, ele perguntava: "O que é que o seu departamento precisa?" Eu dizia: "Comandante, eu preciso atracar e quero ar comprimido. Quero ar comprimido porque eu quero limpar minhas caldeiras." Eu fazia aquilo como se tivesse saído da fábrica. E eu me metia nas caldeiras para ver - como quando fui chamado para ir ao Ministério. Estava lá vendo, porque eu mandava fazer e via, não é? E os marinheiros com aquelas máquinas...

I.F. - Me diga uma coisa, o senhor disse aqui que já entendia de convés, de artilharia, de hidrografia, porque tudo isso era dado durante o curso na Escola Naval, e nessas viagens que o senhor fez. E o senhor não entendia bem de máquinas, ou o senhor queria se aprofundar mais nas máquinas. Porque o curso... O senhor me disse que escolheu máquinas porque já entendia de convés, de artilharia, de hidrografia. O senhor escolheu as máquinas porque o senhor achou que o seu conhecimento era insuficiente, ou porque o senhor queria aprofundar mais?

A.A. - Porque, eu escolhendo, eu tinha chances de servir na parte de máquinas e fazer o que eu achava que precisava fazer. Porque eu senti, eu senti que o tratamento do material de condução de máquinas era um pouco precário por causa da inexistência do curso de [inaudível] fundidos. Havia uma parte que nós herdamos, e que os oficiais eminentemente de máquinas, a não ser um Ari Parreiras, um outro assim, muitos deles eram meio fracos.

I.F. - Havia uma defasagem entre os outros cursos e o curso em relação a máquinas.

A.A. - Em relação a máquinas. Isso eu senti quando embarquei em destróier, em departamento de máquinas, tudo isso; eu melhorei uma porção de coisas e corrigi uma porção de coisas que eram tidas como lendas, digamos assim. Uma delas era o seguinte: os navios, aqueles contratorpedeiros nossos... Uma coisa importantíssima num navio é a água, é a obtenção de água para singraduras maiores, e tudo, para um percurso maior. E então havia o conceito de que os navios, esses contratorpedeiros, eles não tinham capacidade de produzir a água, transformação da água salgada em água doce - é um aparelho que se chama vaporizador e que querem fazer agora lá na...

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Já ligou novamente, o senhor pode continuar falando sobre essa questão que estão querendo fazer agora, de transformar...

A.A. - Era um conceito que havia de que os navios tinham precariedade de abastecimento de água. Quer dizer, os vaporizadores dos navios, que transformavam, desfazem a salinidade da água, não funcionavam bem. Eu então fui ver, eu fui servir num destróier e vi o seguinte, eu vi que o que havia era o seguinte: o pessoal subalterno e os oficiais que serviam em máquinas, eles não aproveitavam convenientemente o funcionamento do vaporizador. E eu fui aproveitar a condição do vaporizador como mandavam exatamente as instruções, e nós produzimos a água. E fazia, obtinha água, aliás melhor do que água para caldeira, porque quanto menos salinidade ela tem, melhor, e produzia água praticamente destilada, porque aquilo era um destilador. E eu fazia água. Mas quando eu cheguei lá, o pessoal não conduzia bem a parte dos vaporizadores, porque eles ficavam com medo, digamos assim, de poluir a água, e davam a extração da água rapidamente antes de esperar que a água entrasse em ebulição perfeitamente, para aquele vapor ser absorvido para condensação. Eles ficavam com medo de haver arrastamento e viesse um pouco de água salgada também. E eu mandei fazer o negócio como eu achava que devia ser feito e fazia água perfeitamente bem.

I.F. - E o senhor estava comentando que estão querendo fazer isso agora aonde?

A.A. - Ah, bom, o Amaral, esse Amaral que é ministro...

I.F. - Do EMFA?

A.A. - Do EMFA, ele quer, em Fernando de Noronha... Fernando de Noronha é precário de água porque vive de água de chuva etc. Então ele quer montar uma instalação de vaporizadores para aproveitar a água salgada e transformar em água doce para poder atender ao fluxo de turistas etc., que podem ir para lá para Fernando de Noronha, para ver aquelas belezas. Então ele quer fazer um grupo de vaporizadores para não ficar à mercê da chuva.

I.F. - E, ministro, falando desse curso de especialização: era um ano, que o senhor falou.

A.A. - Era.

I.F. - Não tinha depois um curso de correspondência, não? Por correspondência?

A.A. - Não, isso já foi depois.

I.F. - Ah, depois. Porque parece que agora tem, esse um ano de especialização, e depois um ano por correspondência.

A.A. Ah, agora já está mais..., agora já está completamente diferente. Quando nós, quando eu cursei, os cursos todos eram obrigatórios. Inclusive os cursos de comando de estado-maior, diferente do Exército. No Exército, quando o oficial chega a major ou coisa que o valha, então ele tem que se candidatar a fazer o curso. Então uns são aproveitados, outros não, e os que têm o curso superior, digamos assim, esses podem chegar a oficial general. E os que não se candidatam a esse curso, eles ficam como coronéis. Na Marinha parece que está assim, Há um curso preparatório e os candidatos estão fazem a prova de suficiência para serem admitidos à Escola de Guerra Naval.

I.F. - Quer dizer que quando o senhor fez o curso da Escola de Comando de Guerra Naval, o senhor não precisou fazer prova?

A.A. - Não, não precisei fazer.

I.F. - Já era entrada automática.

A.A. - Já era, já era considerado como conhecimento satisfatório e não havia, digamos assim, a necessidade de concorrência entre os oficiais.

I.F. - Ah, sei. Isso, essa necessidade... Passou a haver o quê? Porque aumentou o número de oficiais?

A.A. - Isso não, eu creio que isso veio com aquela reforma administrativa do presidente Castelo Branco, creio eu, não garanto. Aí é que, com o número também de oficiais maior, tudo isso...

I.F. - Ah, quer dizer que até essa época era entrada automática?

A.A. - Creio que era. Porque inclusive a Escola de Guerra Naval era pequena e abrigava todos os oficiais quando estavam em condição de fazer o curso. Porque ela funcionava no próprio edifício do Ministério. Depois é que foi feito o prédio para a Escola de Guerra Naval, que é ali na Praia Vermelha, e que eu fui dos que mais trabalharam para que fosse feita a Escola. Porque aquela escola tem uma situação curiosa: o almirante Guillobel era um homem de grande visão, e projetou também, projetou fazer a Escola de Guerra Naval. O primeiro projeto acharam que era faraônico, então foi abandonado aquele projeto e foi feito um projeto mais modesto. E o almirante Guillobel iniciou a construção do projeto mais modesto da Escola de Guerra Naval, que é o que está funcionando hoje ainda. Iniciou. Veio a derrubada do presidente Vargas, caiu o ministério etc. Aquele edifício ficou no esqueleto; nenhum ministro mais se animou a continuar a Escola de Guerra Naval. Quando veio então o regime parlamentarista, e que eu fui chamado para ser ministro, eu não tinha programa, eu era contra-almirante e nem... Eu nunca pensei em ser ministro. Eu pensava... O que eu desejava ser era o chefe do Estado-Maior, se chegasse ao posto. Mas então o meu programa, como eu tinha sido subchefe e chefe do gabinete do almirante Guillobel, eu via com pesar que todo o programa dele tinha sido abandonado, tudo tinha parado, nenhum ministro teve interesse ou entusiasmo de continuar as obras dele. Então o meu programa de governo - no regime parlamentarista tem um programa, o governo tem um programa, que apresenta pela formação do regime mesmo. Então meu programa foi continuar as obras que estavam desativadas no governo do almirante Guillobel, e uma delas era a Escola de Guerra Naval. Então conversei com o diretor da Escola de Guerra Naval, que era o meu colega de turma, que era o Levi Pena Aarão Reis, e eu disse: "Eu vou continuar a obra da Escola de Guerra Naval." Então fomos lá visitar as instalações, chamamos o construtor, o mesmo que havia iniciado a construção da Escola de Guerra Naval, que era o Moraes Rego, e ele sabia, tinha os planos, tinha tudo aquilo, para ver o que se podia fazer para aproveitar aquela estrutura. Ele foi e me disse: "Olha, se continuar agora, ainda salva essa estrutura; se demorar mais tempo, isso tudo está condenado, não se pode aproveitar mais."

## [FINAL DA FITA 17-A]

A.A. - ...está condenado, não se pode aproveitar mais. Porque o tempo passou de tal forma, que essa estrutura será condenado futuramente." Então eu procurei saber por que - as razões são [inaudível] as razões pelas quais havia sido interrompida a construção da escola. Então a única, a única informação que eu tive é que a Escola Naval tinha parado a construção porque os americanos ainda não tinham nos fornecido o que chamam tabuleiro eletrônico. O tabuleiro eletrônico é uma sala muito grande, toda desenhada no chão - isso a gente chama a sala de tabuleiro -, como se fosse um tabuleiro de xadrez, por extensão chamava... É onde se fazem, se armam os problemas de uma batalha naval, com determinado número de navios etc. Então, em miniatura, e aqueles navios têm um deslocamento em escala, o combate, os danos que causam nos outros de acordo com a artilharia, de proximidade dos navios, e aquilo leva dias sendo feito. Mas o tabuleiro eletrônico americano era uma aparelhagem capaz de calcular aqueles elementos todos com muita rapidez. Então tornava o exercício, o programa todo muito mais rápido. Mas o tabuleiro eletrônico não vinha. Então não se fazia a escola porque o tabuleiro eletrônico não vinha. Eu disse: "Meu Deus, a gente faz a escola, deixa o lugar para o tabuleiro eletrônico; quando vier o tabuleiro eletrônico..." - nunca veio.

I.F. - Nunca veio?

A.A. - Quando vier o tabuleiro eletrônico, a gente bota, instala o tabuleiro eletrônico ligado à Escola Naval, e pronto." Então dei adiante e a Escola Naval não terminou no meu... no meu reinado, que foi menor, teve uma duração menor que as rosas de Malherbe. [risos] Então, um ano depois, nós tivemos que nos exonerar, mas a escola continuou e foi inaugurada. Até me convidaram também para assistir à inauguração etc., porque eu tinha muitas relações naquela escola. Mas aí é que a escola então ficou maior, foi ampliada. E está muito bonita, muito bem aparelhada etc., e com algumas restrições, porque já... Algumas restrições pelas dimensões, porque elas já estão um pouco pequenas. Quer dizer, de acordo com a idéia do almirante Guillobel de fazer a coisa para 50, 60 anos. Mas, de qualquer forma, está feita, e agora é aumentar, melhorar.

I.F. - Sem o tabuleiro eletrônico. [risos]

A.A. - E o tabuleiro eletrônico não veio.

I.F. - Agora, ministro, quando o senhor fez esse curso? Da Escola do Estado-Maior?

A.A. - De Escola de Estado-Maior? Foi em novecentos e...

I.F. - Foi antes de ir como adido?

A.A. - Não, eu fiz o curso depois de ser adido naval.

I.F. - Então depois de 45.

A.A. - Depois de quarenta e... depois de 43... foi depois de 45.

I.F. - O senhor não lembra a época, não?

A.A. - Foi 47, por aí.

I.F. - E poderia chegar a almirante se não tivesse feito esse curso?

A.A. - Não.

I.F. - Não, isso é uma condição.

A.A. - Era... era... E todo o mundo...

I.F. - Todo o mundo fazia.

A.A. - Praticamente tinha o curso.

I.F. - Sei, sei. Depois então é que houve essa modificação, passou a ser como a do Exército. Entra, faz prova, e só chega a almirante feito esse curso. Quem não quiser, já sabe...

A.A. - Já sabe que não tem capacidade para ter acesso.

I.F. - Sei, isso foi uma mudança, então, depois de seu tempo.

A.A. - Foi.

I.F. - Então não tinha prova. E o curso era muito puxado?

A.A. - O curso era... eu combato aquele curso.

I.F. - Ainda combate?

A.A. - Quando eu fiz.

I.F. - Ah, quando o senhor fez.

A.A. - Quando eu fiz, acho que o curso era muito primário. O processo de curso era mais um processo de colégio, não era um curso como o curso da Escola Superior de Guerra, da escola..., esses cursos assim com uma visão maior. Os trabalhos de grupo eram muito precários, não criavam a mentalidade de estado-maior dos oficiais. Então o que eu sentia é que aquele curso, os oficiais saíam dali, viravam as costas para o curso, e começavam a tomar providências completamente... muitas vezes contrárias aos ensinamentos da Escola.

I.F. - E na realidade esse curso era para preparar oficial para o Estado-Maior, não era?

A.A. - É, oficial para o que nós chamamos Estado-Maior.

I.F. - E não havia isso então.

A.A. - Havia, havia no ensino das doutrinas, das coisas, mas não havia a criação do espírito.

I.F. - A mentalidade mesmo.

A.A. - É, da mentalidade, não havia, não. Havia até... O curso criava até uma certa... uma certa, digamos assim, um certo desentendimento pela forma que se ensinava, que era ministrado, um certo desentendimento entre os instrutores - que chamavam auxiliar de ensino - e os que estavam fazendo o curso. Mas era um estado... quase um estado de beligerância. Eu, por exemplo, fui um dos que se insurgiram muito contra isso - aliás, eu e meu colega Heck, que ficava também, servia também na mesma sala de estudo que eu, e um outro que era mais acomodado. Mas eu e o Sílvio Heck éramos meio rebarbativos nisso. E até houve uma ocasião... As perguntas muito infantis. Houve uma ocasião, o Heck deve se lembrar disso, mas uma ocasião veio uma pergunta assim, numa prova do curso, para a gente responder, fazer prova: descrever um cruzador pesado americano. Ora, se esse curso de estado-maior, a gente vai descrever em minúcias um navio pesado americano, um cruzador pesado americano, cujo nome estava dado... E nós ficamos abestalhados com aquela pergunta. E então nós não sabíamos direito - saber de cor um navio! Mas há um livro que chama *Fighting Ships*, nós só conhecemos assim, como *Fighting Ships*. É um elenco de navios de guerra; o nome, *Fighting Ships* é navios de combate. E então nós tínhamos na sala para consultas, para uma porção de coisas, tínhamos aquele livro na mesa, *Fighting Ships*. Então chegou o auxiliar de ensino: "Mas escuta aqui, descrever esse navio? Nós podemos consultar o *Fighting Ships*?" O auxiliar de ensino voltou lá para dentro para saber se podia consultar o *Fighting Ships*. Aí veio a ordem de retirar o *Fighting Ships* da sala, como se nós fôssemos colar. Pois se nós estávamos perguntando! Aí quando ele veio para retirar o *Fighting Ships* eu botei a mão energicamente no *Fighting Ships* e disse: "Isso não sai daqui! Eu não tiro, então não faço a prova! Se nós estamos consultando, vem uma ordem dessas, eu sou um capitão-de-fragata, vou precisar colar? Estou perguntando pela precariedade da pergunta." Mas o curso não criava a mentalidade de estado-maior, de obediência àquilo. Isso é o que seu sentia, isso é o que eu sentia. E eu várias vezes, no exercício das minhas funções fora etc., eu, vamos dizer, adquiri a mentalidade de estado-maior porque quis, e eu procurava seguir os ditames do estado-maior. Mas eu senti que havia coisas completamente contrárias, orientações que divergiam daquele espírito de estado-maior.

V. A. - O senhor podia explicar um pouquinho o que seria essa mentalidade de estado-maior?

A.A. - Como?

V. A. - Como é essa mentalidade de estado-maior?

A.A. - É obediência aos ensinamentos dos princípios de guerra, das providências que a gente tem que tomar numa ação qualquer bélica, entendeu?

V. A. - E isso a Escola não dava?

A.A. - A Escola dava, mas não criava o espírito, o *esprit de corps*, que o francês chama no Exército, na Marinha etc., não criava aquela idéia da gente seguir aquilo. Como a gente... como quem segue a Bíblia, aquilo tinha que ser uma Bíblia.

I.F. - É um curso que ensina a ser comandante mesmo, não é?

A.A. - Ser comandante de fato; não ser... não sair da pilotagem para um comando de ação. Porque a pilotagem é a condução de um navio.

I.F. - Porque um comandante tem uma responsabilidade muito grande, não é?

A.A. - Imensa, tem toda a responsabilidade dele. Em determinadas situações, a ele cabe a decisão no escalão que lhe compete, ele tem que decidir muitas vezes, tem que decidir sem... Porque ele fica isolado.

V. A. - E a pilotagem é o que?

A.A. - A pilotagem são os princípios só de governo do navio. É o que a Marinha Mercante tem. É diferente: a Marinha Mercante é para conduzir navios em completa segurança de um porto ao outro, mas o oficial de marinha de Guerra é conduzir o navio... Não é a condução, não é uma tarefa só; é a missão, que é a tarefa mais o propósito. É fazer isso assim, assim, a fim de conseguir isso. Essa é que é a missão de uma ação qualquer. Nós chamamos missão. Missão é a tarefa mais o propósito. A tarefa é o que tem que ser feito, e o propósito, é aonde chegar. Para que chegar? É atacar tal lugar assim, a fim de conseguir o domínio daquela área - isso é o que nós chamamos missão, a tarefa mais o propósito.

I.F. - Agora, pode comandar o navio sem ter feito o curso de estado-maior?

A.A. - Hein? Pode. Podia, podia.

I.F. - Quer dizer que esse curso de comando...

A.A. - Até um certo escalão.

I.F. - Sei. Esse curso de comando do estado-maior é num nível bem mais elevado, quer dizer, não é em relação ao comando de um navio, já é em relação ao comando...

A.A. - Dependendo do navio, não é. Até capitão-de-corveta, ainda comandava navio sem o curso de estado-maior, daí para cima já tinha o curso de comando.

I.F.- Sei. Agora, esse curso de comando do estado-maior então prepara já num nível mais elevado - não só comandar o navio, como vários navios...

A.A. - Vários navios.

I.F.- Tem várias pessoas subordinadas a ele.

A.A. - É. Era assim, hoje eu vejo as coisas meio diferentes, eu vejo uma... Eu, por exemplo, ainda não consegui aprender, ainda não consegui entender - estou até para indagar isso... Porque nós temos, na Marinha, nós temos o Chefe do Estado-Maior e temos o Comando de Operações Navais - hoje; no tempo em que eu estava na Marinha, não tinha. E na Marinha americana eles têm o chefe de Operações Navais, denominado

"C.N.O." Eles dizem - a abreviação das palavras, é *Chief of Naval Operations*, eles chamam só de "C.N.O." Aliás, na Marinha toda... Como na Inglaterra, eles têm o MOD; o MOD é Ministério da Defesa, *Ministry of Defence*. Mas tudo na Marinha elas abreviam muito. Eu hoje lendo livros técnicos, revistas técnicas, eu fico com dificuldade. Eu assino uma revista, a *Navy International*, às vezes eu fico com dificuldade porque tem uma série de abreviações em inglês que eu não conheço, não sei, tenho que estar perguntando. Por exemplo, os ingleses tem... Esses aviões de vôo de decolar na vertical, eles não dizem vôo vertical, eles dizem "vistol". É V-i-s-t-o-l. É *very... very...* não me lembro agora. Vertical, não sei o quê operação vertical, mas eles chamam só de "vistol". E assim uma série de coisas. Na Marinha, por exemplo, nos Estados Unidos não bota Marinha brasileira, é MB - a gente bota MB.

I.F.- Agora, quais foram os outros cursos que o senhor fez? Fez só esses dois, de especialização e de comando do estado-maior?

A.A. - Fiz de estado-maior e fiz outro curso, que eles chamam preliminar e o outro já não me lembro o nome. Mas são dois cursos; fiz um primeiro curso e depois fiz o outro. Esse outro já foi mais ou menos por correspondência.

I.F.- Ah, sei. Quer dizer que tinha então um curso prático e outro por correspondência. O curso da Escola Superior de Guerra o senhor não fez?

A.A. - Não, não fiz o curso.

I.F.- Não tem nada a ver com Marinha mesmo.

A.A. - Não, tem que ver com o país de um modo geral.

I.F.- Exatamente. Agora, nós estávamos conversando outro dia com o ministro Maximiniano da Fonseca, e ele me disse que enquanto ele estava no Ministério, ele organizou mais um curso que tem que ser feito também para chegar a almirante. É um curso de estratégia. O senhor ouviu falar sobre isso?

A.A. - Não.

I.F.- Não sabe não, não é? Parece que é um... O oficial para chegar a almirante tem que fazer o curso de comando do estado-maior, esse curso clássico, e depois disso eles selecionam alguns para fazer esse curso de estratégia, e também não pode chegar a almirante sem esse curso de estratégia.

A.A. - Isso já...

I.F.- É uma coisa bem moderna, o senhor não tem idéia não, não é?

A.A. - Eu sei que tem curso que não acaba mais hoje. Eu estive vendo, tem vários cursos, eu não acompanhei mais, não pude acompanhar. Embora eu tenha uma ligação muito grande com a Marinha etc., mas essas coisas escapam nas conversas que eu tenho tido normalmente, não cheguei a tomar conhecimento disso.



I.F. - Quer dizer que então no seu tempo, a não ser que a pessoa quisesse se reformar, automaticamente chegaria a almirante?

A.A. - Automaticamente, não; ele poderia chegar a almirante, porque o acesso a almirante não é automático.

I.F. - Sim, mas o que eu digo é o seguinte: tendo vaga, ele chegaria... Não teria nada que bloqueasse.

A.A. - Ele podia, ele tinha condições... Tinha condições de chegar a oficial-general.

I.F.- É, porque é por vaga, não é?

A.A. - É.

I.F.- Entendi; porque hoje em dia, não; tem essa questão das provas e tudo mais.

A.A. - Não, ele tem que fazer... tem que atender a uma série de... Eu nem sabia, estou sabendo agora dessa exigência, desse curso de estratégia.

I.F. - É, esse curso de estratégia me deixou assim um tanto confusa, porque do momento em que não existe prova, em que não existe como o oficial fazer este curso, a não ser que seja escolhido, eu achei um pouco esquisito. Eu acho que é mais uma maneira arbitrária de selecionar quem chega a almirante ou não.

A.A. - Pode ser, pode ficar, não é? Pode ser e pode não ser.

I.F. - Eu não entendi bem. Porque a questão da prova é diferente, é uma questão de preparo, a pessoa está...

A.A. - É diferente, é uma competição.

I.F. - Exato, agora o fato de serem escolhidos alguns para fazerem esse curso de estratégia, eu gostaria de...

A.A. - Quem julga isso, não é? Quais são as condições para julgar?

I.F. - Quais os critérios.

A.A. - Como é que se vai aferir isso, da capacidade ou da conveniência nacional...

I.F. - Eu confesso que não entendi bem isso, não; eu gostaria de esclarecer um pouco mais, mas o senhor não sabe?

A.A. - Não, não sei.

P.R. - Tenho a impressão de que ele falou que o critério é do ministro, não é?

I.F. - Não, eu acho que é do almirantado.

P.R. - Do almirantado, é?

I.F. - É um grupo.

A.A. - Nem sabe qual é o posto nem nada.

I.F. - Depois de fazer o curso.

A.A. - Bom, mas quer dizer, pode ser contra-almirante, pode ser vice-almirante.

I.F.- Não, só chega a almirante se...

A.A. - Ah, já como mar-e-guerra.

I.F.- Se for selecionado para fazer esse curso de estratégia.

A.A. - Ah, sei.

I.F. - É mais uma condição para chegar a almirante.

A.A. - Mais uma condição para o acesso. Porque se não há a competição...

I.F. - Parece que é como capitão-de-mar-e-guerra que vai. Eu estou querendo aprofundar mais um pouquinho isso, se o senhor até pudesse ter essas informações para a gente...

A.A. - É, eu posso, obter informações sobre isso.

I.F. - Era interessante, para a gente poder... Porque aqui nós somos leigos.

A.A. - O nome é estratégia?

I.F. - Curso de estratégia. É mais uma condição para chegar a almirante

A.A. - Sei. Mas eu posso obter informações, eu tenho relacionamentos etc. para obter detalhes...

I.F. - É, eu estou interessada em ter mais detalhes...

A.A. - É, mesmo a mim, me interessa porque eu não estou alheio. O definitivo na vida da Marinha é a reserva, é a reforma. O serviço ativo é temporário. Definitivo na nossa vida de Marinha é a reserva, é a reforma. Eu já estou no definitivo. [risos]

I.F. - Agora, esse curso de comando do estado-maior, depois tinha uma prova final para ser aprovado? Como era?

A.A. - Como?

I.F. - Esse curso de comando de estado-maior, o senhor fazia o curso e depois tinha prova final?

A.A. - Fazia o curso e eles, pelas provas que a gente fazia... Não havia nota, havia... Havia excelente, havia muito bom, havia bom e havia uma outra gradação que eu não me lembro qual era, mas havia quatro notas. As provas tinham gradação de excelente e por aí eles faziam a contagem e davam o grau: fez um curso bom, fez um curso excelente, conforme o número de...

I.F.- E o senhor era bom aluno, estudava muito?

A.A. - Não, não era excelente, não. Inclusive até... Acredito também - eu tenho que me defender, Não é? Eu nunca tive um excelente, porque inclusive eu, uma prova eu me lembro, eu tive um excelente, o instrutor deu excelente, mas o chefe de ensino, do departamento de ensino me tirou o excelente. [risos] Ele se sobrepõe à nota que o instrutor dava. Então me cortou o excelente e eu tive que me conformar, não pude reclamar nada. Porque eu reclamava muito naquela escola. Eu reclamei muito, achava aquilo muito primário.

I.F.- Quer dizer que não incentivava inclusive a estudar?

A.A. - A mim me incentivava porque eu queria aprender.

I.F.- Mas eu digo, o curso não ajudava.

A.A. - O curso não ajudava, a forma. Imagina, perguntas que eu me lembro hoje pela... Chego a dizer imbecilidade das perguntas. Uma pergunta é o seguinte: estava se cogitando da questão de navio aeródromo, navio porta-aviões. Um navio aeródromo tinha organização - na época não tínhamos ainda navio aeródromo -, mas havia uma organização de navio aeródromo, e havia uma série de coisas seguintes: eles têm uma série de grupos, de grupos dentro do navio, da organização do navio, que atendem a uma solicitação  $x$ ,  $y$ ,  $z$ , etc. Então cada grupo daqueles no navio tem uma camisa de uma cor. Então uma das perguntas foi essa: "Qual é a cor da camisa do grupo que trata disso assim, assim?" Eu acho isso de um ridículo extraordinário! Agora, não me vexo de dizer porque eu estou aqui depondo e estou criticando a escola, que eu acho que era altamente criticável. Mas eram perguntas deste jaez. Havia, por outro lado, muitas perguntas inteligentes, mas havia umas do ministério das perguntas cretinas. [risos]

I.F.- E o senhor lembra de algum instrutor que tivesse impressionado o senhor, tanto como bom instrutor ou como péssimo instrutor?

A.A. - Bons instrutores tive, tinha o meu colega Paulo Bardy...

I.F.- Nesse curso?

A.A. - Nesse curso. Tinha o Levi Pena Aarão Reis, que também era bom. E tinha uns outros que eu não me lembro os nomes porque eu achava horroroso.

I.F.- Não quer lembrar o nome.

A.A. - Não. E o diretor, o chefe do departamento de ensino também achava muito fraco. Porque não conduzia as coisas como eu achava que deviam ser conduzidas. Quer dizer,

dando um caráter elevado e que se recomendava para aquele curso. E há um oficial que estava tirando o curso, e ele tinha começado o curso, e ele ia descendo as escadas do ministério, lá da cidade onde funcionava o ministério e tinha a Escola de Guerra naval, que eu já disse que era muito pequenina, e tinha um andar só. E ele descia as escadas do ministério e passava um grupo de colegas num carro, pararam o carro, saíram do Arsenal de Marinha e pararam o carro para falar com ele: "Fulano" - então perguntaram a ele - "Fulano, que tal o curso?" Ele foi e disse assim: "Matéria muito grande dada por cabeças muito pequenas." [risos]

I.F.- Quer dizer que o seu preparo mesmo foi na prática, no navio, não foi nos cursos.

A.A. - O curso não me deu prática nenhuma, porque... Depois, o seguinte: a gente saía do curso, em vez de servir, ser designado para servir em funções eminentemente indicadas para que a gente aplicasse aqueles conhecimentos, não. A gente saía dali e era nomeado para servir em situações, em coisas completamente, às vezes - não digo completamente - mas sem grande significação para a aplicação dos conhecimentos do curso. Por exemplo, nomeavam um capitão-de-mar-e-guerra para ser chefe do Departamento de Assistência Social da Armada. É ridículo isso: um oficial acabar de tirar um curso e ir fazer, prestar um serviço na Marinha numa coisa dessas. É o caso até, eu me lembro de um médico de Marinha, o doutor Gernstein, que eu já contei aqui que operou... Esse doutor Gernstein saiu da Marinha pelo seguinte: porque ele fez um curso de especialização cardíaca nos Estados Unidos, operação de coração, tudo isso, e veio para cá, estava servindo no hospital de Marinha. Um belo dia ele foi nomeado para servir no Serviço de Identificação da Marinha. Para identificar, um gabinete que tem para essas identificações de marinheiro que tem que se identificar, tira fotografia, assina, não sei mais o quê. Serviço burocrático e qualquer funcionário público normal faz isso. Então ele, para dirigir aquilo. Ele então foi conversar com o ministro da Marinha, e então explicou a ele, disse a ele: "Olhe aqui, eu vim pelo seguinte: porque eu estou servindo no hospital de Marinha etc., trabalhando nesse assunto, e agora fui nomeado para dirigir isso. E eu estou na Marinha para pagar o que ela fez por mim. Estou na marinha porque ela custeou o meu aprendizado, a minha cultura lá, e então eu estou querendo pagar a Marinha o que ela fez por mim, em vez de sair da Marinha e ir trabalhar como particular etc. De modo que se a Marinha acha que eu não sou mais necessário com o que eu aprendi servindo na parte de cardiologia etc., para me mandar para essa função, então eu vou entregar o meu pedido de transferência para a reserva, e vou trabalhar lá fora." O ministro da Marinha foi: "Está bem, então peça a sua transferência para a reserva e vá embora: Foi essa a reação do ministro da Marinha. Esse ministro chamava-se Jorge do Paço Matoso Maia.

I.F.- Escute, o senhor podia me dizer uma coisa: no Exército eu sei que existem determinadas pessoas que incomodam em determinados momentos, e são então transferidos para locais mais distantes, ou são colocados em postos burocráticos, sem comando, de acordo com seu posto.

A.A. - Convocam, não é?

i. f. - Não, vamos dizer, um general que poderia estar comandando um exército.

A.A. - Mas ele está no serviço ativo?

I.F.- No serviço ativo. mas é uma pessoa que incomoda um pouco o ministro, ele é colocado num cargo burocrático, ou é transferido para um lugar distante. Existe isso também na Marinha? Uns cargos, vamos dizer assim, que ficam encostados ou que são castigados mandando para longe?

A.A. - Sei. Não, não senti isso, não, mas a marinha é bem menor, não é?

I.F. - E Mato Grosso?

A.A. - Mato Grosso já foi época, no tempo do almirante Alexandrino, que eu só peguei como aspirante - ele era ministro da Marinha -, havia isso. Mato Grosso era assim um desterro, Mato Grosso era um desterro; então as pessoas que não eram *personas gratas* eram designadas para lá. Mas acho que na época nem almirante ia para lá. Era o pessoal que... os oficiais de mar-e-guerra etc., que faziam guerra a ele, qualquer coisa assim, então ele, para se livrar daquilo, mandava para Mato Grosso. Que era uma viagem que durava quatro dias de viagem, era uma viagem empoeirada, era um negócio horroroso, e lá ficava esquecido. [risos]

I.F. - E não existem assim cargos burocráticos, em que a pessoa fica encostada sem comando?

A.A. - Não dá para ficar assim não, eu creio que não dá. Quando eu estive no Ministério, quando eu servi na Marinha não havia assim... Havia uns cargos naturalmente, mas as permanências são pequenas, de um ano etc., que então despertam menos interesse do que outros.

V.A. - Como por exemplo?

A.A. - Como por exemplo: negócio de assistência social da Armada, não sei o quê, era um negócio que, para quem...

V.A. - O senhor foi designado...

A.A. - Não, para isso eu não fui.

V.A. - Não? Depois de ter feito o curso de estado-maior, o senhor foi designado para onde?

A.A. - Depois que eu fiz o curso de estado-maior, para onde é que eu fui, meu Deus?... Eu nem me lembro para onde é que eu fui, devia ser tão importante que eu nem me lembro. Eu fui para um lugar qualquer aí.

V.A. - Porque o senhor trabalhou no Departamento Administrativo de Guerra Naval?

A.A. - Da Escola de Guerra Naval, mas isso eu fiz antes, antes de tirar o curso da Escola de Guerra Naval.

V. A. - E isso era um cargo... emocionante, ou não?

A.A. - O quê? Não, era interessante pelo contato que a gente tinha...

V. A. - O que se fazia?

A.A. - Era toda... Todas as condições para que a Escola de Guerra Naval pudesse funcionar, digamos assim. Toda a parte disciplinar de pessoal subalterno, toda a parte de...

[FINAL DA FITA 17-B]

A.A. - ...pessoal subalterno, toda a parte de obtenção de recursos... Era uma parte eminentemente burocrática, mas tinha a vantagem de a gente estar presenciando o funcionamento da escola.

V.A. - Eu tenho aqui que o senhor foi Chefe do departamento Administrativo de Guerra Naval. É a mesma coisa?

A.A. - Da Escola de Guerra Naval.

V. A. - Escola de Guerra Naval.

A.A. - Mas eu ainda não tinha o curso. Agora eu me lembro. Eu, depois que saí da Escola de Guerra Naval, fui nomeado para o Arsenal de Marinha. Eu fui nomeado para a direção de uma divisão do Arsenal de Marinha. Aliás, para mim foi uma sorte tremenda. Era interessante porque era um trabalho no Arsenal de Marinha e eu tive oportunidade de propiciar uma série de coisas no Arsenal de Marinha. Porque o Arsenal era dividido em três departamentos: o Departamento Militar, o Departamento de Engenharia, diretamente industrial, e o Departamento de Intendência. Eram esses três departamentos. Eu fui nomeado para o Departamento Militar na Divisão Militar. Tinha a Divisão Militar, com a sua dependência, e tinha o diretor militar que supervisionava tudo isso, era um capitão-de-mar-e-guerra. Eu era capitão-de-fragata. E esse Departamento Militar tinha que propiciar todos os elementos para que o Departamento Industrial pudesse cumprir a sua tarefa, que era fazer a parte de construção naval, a parte de reparos navais, tudo isso. Então, aí foi muito interessante porque eu tive a oportunidade de trabalhar muito, e reaparelhar em grande parte o Arsenal de Marinha. Então, por exemplo, eu cheguei no Arsenal de Marinha e, no Departamento Militar, as embarcações miúdas, lanchas e lanchas, este material todo, estava todo quebrado, não funcionava nada, só tinha uma lancha que eu me lembro o nome, era Lagartixa, que era lancha que servia para fazer manobra, ajudar na manobra de entrada de navio de dique, a manobra de [inaudível] dos navios para atracação, desatracação, mudança de posição. Mas tinha trinta e tantas lanchas ociosas, uma precisando de um reparo, outra precisando de outro, outra precisando de... O Departamento Militar tinha oito ou dez rebocadores para fazer as manobras dos navios, mas não tinha nenhum funcionando.

I.F. - É, parece que no Brasil gostam muito de comprar mas custam a conservar, não é?

A.A. - Manutenção era muito fraca. Estava tudo quebrado. Então, havia até o seguinte: os rebocadores, a manobra de navios toda era feita com aluguel de rebocadores de uma companhia de rebocadores que presta um serviço de atracação de navios mercantes. A

companhia até hoje existe: Murano<sup>7</sup>. Então, o Arsenal gastava um dinheirão pedindo aqueles rebocadores e pagando aqueles rebocadores mensalmente para fazer a manobra dos navios e tudo isso. E eu consegui... Eu, depois que obtive um auxiliar muito bom, que depois foi o meu oficial-de-gabinete, que era o Wilson Accioly Aires, ele me ajudou muito na recomposição daquelas lanchas todas que estavam quebradas. Então chegava oito horas da manhã, ele saía e ia ver o que precisava para consertar aquela lancha, aquilo tudo naqueles galpões, enfileirado e precisando de reparo. E nós pusemos as 30 lanchas, trinta e tantas lanchas funcionando. Todas elas. O Arsenal tinha lancha para emprestar para aqui, para ali, para acolá. E os rebocadores, eu já cheguei... Eu era chefe da Divisão Militar. E, nessa ocasião, o diretor militar, que era o comandante Hugo Pontes, foi designado para Mato Grosso para comandar [inaudível] do Mato Grosso. Era um *gentleman*, uma figura muito... Não foi para ficar no ostracismo não. Porque ele tinha que exercer uma função fora do Rio de Janeiro. E ele foi designado para lá. E eu, então, que era... sempre servi na função do posto acima, eu estava na Divisão Militar, eu assumi a diretoria do Departamento Militar. Fiquei com a direção do Departamento Militar, que eu era capitão-de-fragata. E, nessa posição, ainda tive mais força para conseguir aparelhar esse material todo do Arsenal de Marinha. Eu sei que chegou um dia, eu já tinha rebocadores - eu já era então diretor militar - tinha os rebocadores todos prontos, todos funcionando, tinha já aparelhado tudo, cheguei para o almirante Guillobel, que era o diretor militar e disse a ele: "Almirante, eu vim comunicar ao senhor que o Arsenal não precisa pagar mais o serviço de rebocador do Caimurano porque o senhor tem seis rebocadores funcionando, prontos a atender todas as manobras que o Departamento Industrial pedir etc. Ele ficou felicíssimo, porque era uma despesa vultuosa...

I.F.- O pessoal do Caimurano é que não deve perdoar o senhor, hein? [risos]

A.A. - O pessoal do Caimurano não deve ter gostado. Mas então, os rebocadores passaram a prestar o serviço e, quando eu saí do Arsenal, ainda estavam os rebocadores todos funcionando...

I.F. - Agora, esse Arsenal é aqui no Rio. E os navios do resto do Brasil vinham para o Rio para serem consertados, ou tem...

A.A. - Alguns, alguns eram reparados nos pequenos estaleirozinhos de montagem, outros podiam vir para o Rio de Janeiro.

I.F. - O maior era o do Rio mesmo?

A.A. - A maioria... Reparo de maior proporção era feito aqui mesmo. Era todo feito aqui pelo Arsenal de Marinha. Era a parte de reparo e de construção naval. Mas eu sei que, um dia, o almirante Guillobel soube que ia ser nomeado um capitão-de-mar-e-guerra para assumir a direção do Departamento Militar. O ministro da Marinha era o almirante Sílvio Noronha e o almirante Guillobel foi pedir ao almirante Sílvio Noronha para não mandar o substituto meu. Para eu ficar lá como capitão-de-fragata mesmo. E eu fiquei até ele ser nomeado ministro da Marinha. Aí ele me levou para o Ministério.

I.F. - Agora, almirante, nós gostaríamos de voltar um pouquinho atrás e conversar mais um pouquinho sobre a sua temporada como adido naval na Argentina e Uruguai.

---

<sup>7</sup> Nome sujeito a confirmação.

A.A. - Ah, foi muito interessante.

I.F. - O senhor ficou lá de março de 43 a março de 45?

A.A. - Foi... mais ou menos... não... Março de quarenta e... Mais ou menos... Não sei se foi... se cheguei a ficar um ano, não.

I.F. - Um ano não chegou a ficar?

A.A. - Não sei se fiquei porque a minha caderneta está com a Celina e...

I.F. - Eu vou pedir a ela a sua caderneta, porque nós...

A.A. - Eu sei que eu fiquei um ano mais ou menos. Não sei exatamente se foi um ano que eu fiquei...

I.F. - É porque nos levantamentos que nós fizemos aqui, dá como o senhor tendo ficado lá dois anos. Março de 43 a março de 45.

A.A. - Não, não fiquei dois anos, não. Fiquei um ano e pouco. Felizmente.

I.F. - Felizmente, por quê?

A.A. - Porque eu ainda pude vir e ainda pude prestar um pouco de serviço de guerra.

I.F. - De guerra... é isso que eu tinha achado. Porque de março de 45 era muito pouco tempo para o senhor ter prestado este serviço. Então, nós precisamos ver isto depois com cuidado. Mas, enfim, o senhor chegou lá em março de 43. Como foi que o senhor encontrou a situação da Argentina? Tanto econômica, quanto política?

A.A. - Maravilhosa. Econômica, maravilhosa. A situação da Argentina era de um país destacado na América do Sul. Era um país com uma moeda estabilizadíssima. Era um país que tinha a condição milagrosa de ter um meio circulante igual ao seu lastro metálico, lastro que estava nos Estados Unidos, creio que no Forte Knox. Essa era a situação da Argentina.

I.F. - Padrão de vida muito alto, não é?

A.A. - Padrão de vida elevadíssimo, um câmbio que não variava, o dólar ali... eram quatro pesos por dólar e aquilo era permanente e invariável.

I.F. - E a situação política?

A.A. - A situação política aparentemente bem. O chefe do governo argentino era o presidente Castillo. Aparentemente tudo muito bem. Até o ponto em que nós fomos surpreendidos com a irrupção do movimento...

I.F. - O senhor não esperava?



A.A. - Nem eu, nem...

I.F. - Foi surpresa?

A.A. - Foi surpresa. Para nós foi surpresa. Aí é que veio o movimento chefiado, digamos assim, pela traição do ministro da Guerra do Castillo, que era o Ramírez, general Ramírez, porque ele participou do movimento. Embora o comandante da tropa fosse o general Rawson. Eu sei que uma madrugada, eu estava... Eu morava no Plaza Hotel e eu fui chamado de madrugada, cinco horas, quatro horas da manhã, pelo embaixador Rodrigues Alves. Tinha eclodido o movimento. Eu e os outros dois adidos...

I.F. - Quem eram os outros dois adidos? Do Exército e da Aeronáutica?

A.A.- Eram o... O do Ministério do Exército era o Tasso Tinoco e o da Aeronáutica era o Borges. Era o da Aeronáutica. Era o brigadeiro... chegou a brigadeiro.

P.R. - Ivo Borges?

A.A. - Ivo Borges. Era ao Ivo Borges. Então, nós fomos chamados lá para... O embaixador Rodrigues Alves, que era um *gentleman* etc., e ele preocupado, ele disse: "Houve um movimento e eu queria que os senhores fossem tomar uma [inaudível] da situação e ver como é que está." Quem tinha mais prática de revolução era o Tasso Tinoco.

I.F. - É, revolucionário antigo. [risos]

A.A.- Então nós fomos... Então, a primeira coisa que nós fizemos foi ir à Casa Rosada. Chegamos na Casa Rosada, estava abandonada. Nós podíamos entrar e sair. Fomos tratar de abastecimento d'água, a parte que comandava... de abastecimento d'água - também não tinha uma praça, não tinha nada. qualquer um podia conduzir aquilo

I.F. - Mas funcionando normalmente?

A.A.- Funcionando normalmente. Mas podia cessar, não tinha ninguém, nenhuma medida de segurança. Fomos na parte de energia elétrica, de fornecimento de luz para a cidade: também não tinha ninguém. A cidade estava abandonada em matéria de direção. Porque o Castillo deixou o palácio, foi embora, foram embarcar numa corvetazinha argentina e largou aquilo. Depois é que nós soubemos onde é que ele estava. Aí nós fizemos uma incursão pela estrada mais importante de acesso a Buenos Aires. E fomos de carro [inaudível] correndo pela estrada para ver... Até um ponto que aí começaram a atirar em cima de nós. Era o ponto onde tem uma escola mecânica da Armada, que foi aonde houve a única resistência ao Rawson. Quando atiraram, nós tiramos o carro da estrada e vimos que ali devia ter qualquer coisa de resistência. Então voltamos. Voltamos, conversamos etc. e então chegamos lá na embaixada. O embaixador perguntou: "Como é que está?" Foi unânime. Nós dissemos a ela: "Olha, nós achamos que o senhor pode comunicar ao Ministério do Exterior que a revolução está vitoriosa. Porque não tem defesa, não tem reação, não tem movimento armado, não tem coisa nenhuma, a tropa deve estar vindo por aí. De tarde, a

tropa deve estar aí." Ele disse: "Mas posso comunicar isto?" "Pode. Por nós, o senhor pode comunicar." Então ele mandou passar uma mensagem para cá dizendo que o movimento era esperar que fosse vitorioso dentro de horas etc. E foi. Aí às duas horas, três horas da tarde, o Rawson chegou com a tropa toda e tomou conta do governo e o Castillo ficou lá na tal corvetazinha.

I.F. - Agora, pelos jornais, pela situação, não dava para perceber que ia acontecer isto mais cedo ou mais tarde?

A.A. - Não. Não havia assim uma oposição, não havia uma oposição, digamos, contra a forma de governo democrático de Castillo, nem nada, de [esbanjamento]<sup>8</sup>, não se sentia nada.

I.F. - E o povo? Como é que aceitou esta mudança?

A.A.- O povo acho que aceitou também surpreso, a impressão que eu tenho.

I.F. - Mas sem reação nenhuma maior?

A.A.- Não houve a mínima reação. Aceitou pacificamente. Eles viviam tranqüilamente. Um país com a abastância que eles tinham, não havia descontentamento popular.

I.F. - Quer dizer que lá foi então um típico golpe militar? Sem apoio da população, sem nada?

A.A.- Golpe militar. O povo aceitou com resignação, a impressão que eu tenho.

I.F. - Quer dizer, o golpe não foi impulsionado pelo povo, não?

A.A.- Não. Aquele foi um golpe maquinado, a impressão que eu tenho, pelo Perón. O chefe, a cabeça do movimento era o coronel, era o Perón. Ele é que queria... Ele achava que a Argentina tinha que assumir uma posição, oficialmente, digamos assim, de liderança na América do Sul. Então, a única forma de conseguir isto era pela forma militar. Era um governo militar que imprimisse uma forma de liderança, talvez... Talvez admirando o movimento do Hitler, ele queria fazer uma Argentina poderosa e que tivesse realmente domínio na América do Sul. Era isso.

I.F. - E ele aí vem como ministro do Trabalho.

A.A. - Do Trabalho. Tenho até uma carta dele como ministro do Trabalho, uma agradecimento dele a mim. Porque houve um terremoto em San Juan e houve uma série de vítimas, foi uma tristeza, a cidade ficou parcialmente destruída. E, na ocasião, o pessoal militar... Houve um pronunciamento dos militares, todos eles resolvendo tirar um dia do soldo deles em benefício, depositado num banco etc., em benefício... para socorrer as vítimas de San Juan. E eu li no jornal aquela notícia, então eu escrevi uma cartinha para o ministro da Marinha pondo à disposição um cheque com o meu dia de proventos em benefício de San Juan em solidariedade aos meus companheiros da

---

<sup>8</sup> Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

Marinha argentina etc. Eu sei que isto foi parar lá no Ministério do Trabalho. Então o Perón escreveu uma carta diretamente para mim, agradecendo etc.

I.F. - Agora, o senhor falou aí que esta ligação do Perón já era admiração pelo Hitler.

A.A.- Acredito que...

I.F. - A Alemanha já estava em pleno nazismo.

A.A.- Estava em pleno regime nazista.

I.F. - E já existia aquele plano de transformar o sul da América Latina na tal Alemanha Austral.

A.A.- Austral.

I.F. - E fazer aquele famoso ABC, quer dizer: Argentina, Brasil e Chile, que era a meta do Hitler. O senhor acha que ele tinha algumas ligações com o Perón já nisso tudo? Como é que o senhor via essa situação toda?

A.A.- Eu via a situação militar argentina completamente favorável à vitória do movimento do Hitler. Era... a intenção que a gente sentia era favorável ao Eixo. E foi favorável até o fim. Só melancolicamente no fim que a Argentina declarou guerra ao Japão. Porque o Tratado do Rio de Janeiro etc., que havia o compromisso de cortar relação etc. Quando o Brasil foi agredido... inclusive tudo isto, a Argentina se omitiu completamente.

I.F. - Se omitiram completamente. Exato.

A.A.- Eles tinham a tendência toda pró-Eixo.

P. R. - Agora, eu vejo aí duas contradições, almirante. A primeira é a seguinte: o golpe argentino, ele ocorreu em 1943, quando a posição militar da Alemanha já não era das mais sólidas. Ela já vinha tomando derrotas sucessivas, tanto na África do Norte, como na Sicília. Quer dizer, a posição dela já não era mais de vitória. Ela já estava... as tropas dela já estavam dando para trás. Em segundo lugar, o senhor disse que o governo do Ramón Castillo era um governo democrático, em que o câmbio estava em dia, a parte social era absoluta, a abundância de gêneros era total, os preços estabilizados. Os militares devem ter, então, justificado de uma maneira qualquer o golpe deles. Eles não lançaram um manifesto depois do golpe explicando por que...?

A.A.- Não. Não tenho idéia nenhuma de um manifesto dando satisfações à opinião pública. Eles tomaram o governo e, estando tomado, e fato consumado e pronto. Não houve assim uma proclamação, não houve isso. E eu posso quase garantir, porque eu tinha uma leitura de jornais muito grande. Que era um dos elementos de pesquisa de agência de informação etc. Não tinha uma manifestação. A única coisa que nós conseguimos foi uma manifestação do Perón, internamente, preparando para a revolução. Então, começava assim: "A história tem demonstrado palmariamente que dois países estão em condição, na América do Sul, de liderar a América Latina: a Argentina e o Brasil." Então, ele fazia a apologia de que, na circunstância, caberia à

Argentina trabalhar e fazer todo o esforço para tomar conta, para reger a orquestra. Eu mandei esse... - confidencial até - mandei para o Estado-Maior da Armada como informação. *"La historia hay demostrado palmariamente que dos naciones..."*

I.F. - Isto antes do golpe?

A.A. - Não, nós obtivemos isto depois.

I.F. - Ah, depois.

A.A. - Nós obtivemos esta... uma cópia desse... - como poderia dizer? - dessa circular interna deles depois, já com o movimento vitorioso.

P.R. - Quer dizer, era uma questão de megalomania então?

A.A. - Era. Era.

P.R. - Mas, agora, como reagiram...

A.A.- Era megalomania decorrente naturalmente dos recursos que a Argentina dispunha, completamente defasados, superiormente defasados da nossa situação e da situação dos outros países da América. Talvez o Uruguai, um pouquinho, tivesse uma situação melhor. Porque o Uruguai, dizia o Assis Chateaubriand, que era a Suíça da América do Sul, não é? E realmente funcionava muito bem aquilo. Os outros países, todos mais ou menos à míngua de recursos. Mas a Argentina era um negócio que destoava naquele caudal de necessidades.

I.F. - Quando o senhor foi escolhido para ir para lá, e recebeu esta missão, o senhor foi alertado sobre essa situação da Alemanha com interesse na Argentina?

A.A.- Não.

I.F. - Não? Não era um assunto cogitado, nem estavam pensando nisto?

A.A.- Não, não fui... Não recebi nenhuma...

I.F. - Não havia lá, na embaixada, na Marinha, no Exército e na Aeronáutica, nenhuma preocupação nesse sentido, nenhuma conversa nesse sentido?

A.A.- Não. E eu acredito que nas outras duas forças também. Porque os meus colegas adidos também não se preocupavam com esta situação.

I.F. - Porque, no Brasil, já estava havendo um certo cuidado com aquele sul do Brasil, com aqueles quistos alemães lá... Eu sei que, com o Cordeiro como interventor do Rio Grande, já teve um trabalho muito grande de nacionalização das escolas. Enfim, tomou um certo cuidado com aqueles quistos ali, embora dentro das Forças Armadas parece que havia uma certa divisão. Os pró-nazistas e os...

A.A.- Devia haver. A situação permitia que houvesse pontos de vista divergentes.

V.A. - Por quê?

A.A.- Porque pelo exame da situação e pelas simpatias. Porque era uma espécie de... Via-se mais ou menos, uma espécie de clube de futebol. Uns gostavam mais da formação alemã, outros gostavam mais da formação inglesa, americana etc. De modo que a simpatia não se impõe, não é? Os alemães conquistavam a simpatia de uma parte. O pessoal do sul do Brasil talvez tivesse mesmo mais simpatia pelos alemães por causa das famílias, ligação de família.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

I.F. - Ligou novamente. Mas quer dizer que, então, o senhor não percebia...

A.A.- Não, não. Nós tínhamos...- porque o Brasil já estava em guerra -, nós tínhamos a prevenção contra a Alemanha etc. mas nós não sentíamos aqui, diretamente assim, a posição da Argentina de um antagonismo gritante contra o Brasil.

I.F. - Nem foram lá prevenidos para ficar atentos a esta questão?

A.A.- Não, não.

I.F. - Agora, eu gostaria que o senhor nos falasse mais sobre essa transição e a subida do Perón. E o papel dele em relação ao CGT e aos sindicatos.

A.A.- Bom, o Perón se mirou um pouco na política brasileira, creio eu. Porque, realmente, quem saía do Brasil e chegava, como eu cheguei, na Argentina - que eu já estava acostumado com a legislação trabalhista aqui, com o amparo ao meio proletário etc., eu estava acostumado. Lá eu estranhava que aquele pessoal todo, aqueles empregados todos, tivessem à mercê da dispensa a qualquer dia, sem a mínima assistência social. Não havia conselho de assistência à classe menos favorecida, não havia nada. E aquilo me chocou um pouco, até porque eu já estava acostumado aqui com a situação de proteção, com a cobertura da classe menos favorecida. E lá não havia nada. O cidadão tinha um emprego, amanhã era despedido, sem a menor satisfação, sem se pensar em indenização, sem se pensar em assistência médica, sem se pensar em coisa nenhuma. Não havia nada disso. E ele deve ter aprendido... Porque ele não era burro, o Perón nem podia ser burro, não era nenhum Pacheco naquela história. Mas, então, ele deve ter pensado nisso, em arregimentar toda essa classe, o proletariado. E daí então que ele foi lá para o Ministério do Trabalho e com a Evita... Aliás, eles moravam perto até da embaixada. Então, com a Evita, que era uma criatura que tinha, digamos assim, tinha vontade de fazer... Podia faltar uma certa capacidade, mas era uma mulher disposta. E ele então encampou aquilo tudo, chamou aquilo tudo muito para ela também. Então, começou a parte toda de benefícios sociais, de arregimentação, constituição de sindicatos, tudo aquilo foi com ele.

I.F. - E como é que convivia lá, naquela época, o comunismo e esta tendência pró-nazismo? Porque houve uma mistura nesta época na Argentina. Como é que o senhor via isto?

A.A. - Eu acho que o comunismo não se via.

I.F. - Não se via. Nem essa fortificação da CGT, nada disso, o senhor vê como uma tendência ligada à força de esquerda?

A.A. - Como?

I.F. - Essa força da CGT, que surgiu nessa época...

A.A. - A CGT criou força já com o tempo, não é? No início realmente não tinha significação, não. Depois é que foi-se vendo o que ela representava, não é?

P.R. - Na época em que o Castillo foi deposto, quando os militares subiram ao poder, a CGT não era uma grande força?

A.A.- Eu creio que não existia, nem sentia a ação da CGT. A CGT apareceu como força, decidindo situações políticas inclusive etc., já bem mais tarde.

P.R. - Após a ascensão do Perón.

A.A.- Depois da ascensão do Perón.

I.F. - E o senhor estava lá em Buenos Aires quando ele assumiu o governo?

A.A. - Não.

I.F. - Não... é, isso foi em 46. O senhor já tinha vindo embora.

A.A.- Eu estava lá em Buenos Aires, assisti à deposição do Castillo, à ascensão do Ramírez. E, quando eu vim, o Ramírez ainda estava.

I.F. - E o Perón ainda era ministro do Trabalho.

A.A.- O Perón ainda era... Depois ele foi vice-presidente. Depois veio o Farrell. Depois do Raírez veio o Farrell, que o Perón era o braço direito do Farrell e o Farrell parece que o fez vice-presidente. Depois o Farrell saiu e o Perón assumiu. O jogo era mais ou menos combinado já. Porque parece que o Perón é que dirigia o Farrell.

I.F. - E como é que o senhor vê, para Argentina, essa subida do Perón? O senhor, pessoalmente, o quê que achou?

A.A.- Eu achei que, sob o aspecto social, achei interessante. Não com a exploração posterior, mas como aspecto de melhorar a condição do pessoal menos favorecido, eu achei interessante. Essa arregimentação de sindicato, disso tudo, eu acho perfeitamente defensável. Agora, a exploração depois para a perpetuação no poder, essa história toda, para cumprir, naturalmente, o *desideratu* dele, que era transformar a Argentina no líder na América do Sul, com as providências que ele tomava, completamente desconcertante e erradas, ele estava levando a Argentina, como diz o populacho, pro brejo, não é? E depois, uma nação dessas, no concerto nacional etc., uma nação, quando ela se desarruma, é fácil desarrumar, mas para rearrumar, é...

I.F. - E é triste a gente ver um país como a Argentina, que tem tudo...

A.A. - Ah, pois é.

I.F. - ...de repente ficar num caos...

[FINAL DA FITA 18-A]

I.F. - ...de repente ficar num caos como ficou durante tanto tempo, não é?

A.A.- Ficar em pé de igualdade com as demais nações da América do Sul. Porque nós somos nações pobres, todas. Podemos ter recursos naturais, mas não somos nações ricas. Porque, depois de explorar os recursos naturais, é que a gente pode ter riqueza. Podemos ser ricos em recursos naturais, mas a Argentina regrediu em vez de... A política do Perón - eu mesmo acompanhei depois -, a desapropriação daquelas organizações inglesas, aquela nacionalização estúpida, sem ter condições para nacionalizar e comprar aquelas concessões... telefônica, a frota mercante do Estado, fazer uma frota de navios velhos, isto tudo demonstrava um desconhecimento de causa muito grande. A incentivação do processo inflacionário, o desprezo que ele tinha pelas reservas que a Argentina tinha... Mandou buscar, foi mandando buscar todo o dinheiro; todo ouro que a Argentina tinha foi recambiado para a Argentina para desaparecer. A ligação... a corrupção no governo dele com o irmão da Evita, o Juanito, que depois até parece que ele mesmo é que teve que mandar matar o Juanito. O Juanito recebia 15%, 20% de tudo quanto era conta que o Estado fazia. Tinha... morava faustosamente. Até que chegou lá um grupo para visitá-lo e... ou suicidá-lo, matá-lo, e dizer que ele tinha se suicidado, ou então disse a ele que ele não tinha outra alternativa senão se matar.

I.F. - Agora, isso tudo o senhor acompanhou depois, o senhor já tinha vindo embora.

A.A.- Já acompanhei depois. Porque eu ainda continuei com uma antena ligada lá para a Argentina.

I.F. - O senhor gostou muito de lá, então?

A.A.- Eu gostei.

I.F. - E o Uruguai, nessa época? Porque o senhor era adido militar na Argentina e Uruguai.

A.A.- O Uruguai era assim uma espécie de Niterói. O Uruguai era uma nação muito bem organizada, muito bem arrumada etc., mas com uma situação muito... de muito pouca expressão. A não ser politicamente, como ponto de passagem, mas não tinha... Só como modelo de democracia que foi realmente. Mas não tinha assim uma grande expressão nacional para nós, não.

I.F. - Agora, me diga uma coisa: normalmente um adido militar fica no posto dois anos. O senhor ficou lá um ano e pouco por quê? Porque o senhor pediu para voltar?

A.A.- Eu não pedi para voltar. Eu acho que eu fiquei no posto um ano porque o ministro da Marinha, que não gostava de mim, apresentou razões etc., para sugerir a minha exoneração. E eu fui exonerado. Também não reclamei nem disse nada. Vim embora.

I.F. - Ele já não gostou muito da sua ida e ficou preparando sua volta?

A.A. - Possivelmente. [risos]

I.F. - Agora, outra coisa: parece que, hoje em dia, um oficial de Marinha só pode ser adido militar uma vez.

A.A. - Eu fui duas vezes.

I.F. - Isso que eu queria saber. Naquela época, era comum ou foi uma exceção?

A.A. - Não, foi uma sorte, foi uma exceção. Foi uma exceção. Unicamente as circunstâncias na minha vida me levaram a essa condição.

I.F. - Porque já era normal naquela ocasião, quando vai para um cargo no exterior, vai uma vez...

A.A.- Acho que hoje é normal. Nos Estados Unidos é diferente. Nos Estados Unidos, é uma espécie de especialização.

I.F. - Isso é que eu ia dizer. Pelo que eu estou percebendo na nossa conversa, o senhor tem muito jeito para esse tipo de trabalho, o senhor saiu-se muito bem como adido militar, no Ministério, tudo isso, quer dizer! o senhor foi escolhido porque já achavam que o senhor tinha muito tato, muito jeito para esses cargos...?

A.A. - No segundo caso?

I.F. - É.

A.A. - Não, no segundo caso foi uma espécie de... eu considero como uma espécie de testamento do almirante Guillobel. Porque ele achava que ele tinha que deixar o governo dentro de pouco tempo etc. e achou, como eu tinha ficado só um ano na Argentina, ele me propôs ser mandado para a Espanha e eu aceitei.

I.F. - Porque, no Brasil, há um revezamento, não é? Vai um, depois vai outro, depois vai outro. Quer dizer, não existe quase que uma carreira diplomática dentro das Forças Armadas.

A.A.- Não há, não. Na Marinha americana há, eu soube conversando com os adidos. Eles têm uma escola de especialização, então eles aprendem um série de condutas, de procedimentos etc., para servir nas embaixadas.

I.F. - Quer dizer que, então, foi normal... Não era normal, mas, para o senhor, foi quase que um prêmio, vamos dizer assim, esse segundo...



A.A.- É, uma cortesia ou coisa que o valha. Mas foi por vontade do almirante Guillobel de me favorecer de alguma forma. Porque eu era muito ligado a ele. Eu fiquei muito ligado trabalhando no Arsenal. Queria um bem a ele extraordinário. E o admiro muito, foi um dos grandes ministros que nós tivemos. Nós tivemos, que eu notasse, depois do almirante Guillobel, eu escolho três oficiais que eu considerei... três muito bons ministros: o almirante Guillobel, o almirante Adalberto de Barros Nunes e o Maximiano.

I.F. - São os três que o senhor considera melhores.

A.A. - São os que me chamaram a atenção pela...

P.R. - E o Ari Parreiras?

A.A.- O Ari Parreiras não foi ministro. O Ari Parreiras era um líder.

P.R. - Não foi ministro?

A.A. - Não. O Ari Parreiras era um líder.

P.R. - Ah, é. Não foi ministro.

A.A. - Mas não foi ministro, não. O Ari Parreiras é uma figura de alto destaque.

P.R. - Ele exerceu uma liderança política muito forte dentro da marinha, não é?

A.A. - É. Política e militar. Ela era muito... apreciadíssimo no meio naval. Está na hora?

I.F. - Eu vou pedir para o senhor encerrar porque eu tenho um compromissozinho. São cinco para cinco.

A.A.- Está na hora.

I.F. - Se o senhor puder, então, vamos deixar para a próxima vez.

A.A.- É melhor.

*11ª Entrevista: 04.06.1986*

P. R. - Almirante, em uma das nossas entrevistas passadas, a Ignez tinha voltado àquele assunto com o senhor, relativo ao retorno da esquadra do Nordeste, quando ocorreu a primeira deposição do presidente Vargas, em outubro de 1945, agora, ela tinha localizado o fato de que havia se realizado em Salvador um almoço para os almirantes, oferecido pelo interventor ou qualquer coisa assim, e a notícia teria chegado nesse momento. Mas parece que o senhor tem uma outra versão. O senhor teria dito que a notícia já chegou com a esquadra já em...

A.A.- Nós recebemos a notícia na viagem de Recife para cá. Porque nós viemos direto de Recife com um encontro marcado porque os navios vieram em vários agrupamentos e nós recebemos a notícia no trajeto para chegar em Cabo Frio. Lá então reagrupava tudo, botava-se em uma posição de formatura de acordo com o combinado para a chegada, a chegada, digamos, comemorativa do regresso dos navios. Mas nós soubemos no mar. Recebemos um telegrama dizendo que o presidente tinha renunciado etc. E foi só. Não recebemos mais notícia. Pelo menos no navio que eu vinha, que eu era imediato do *Belmonte* - que era navio-oficina e navio capitânia da Força Naval do Nordeste, mas que não participava das evoluções que vinham sendo feitas porque não fazia parte do grupo de combate; era um navio auxiliar e o almirante Dutra tinha se transferido para bordo de um cruzados. Mas nós soubemos no mar.

P. R. - Essa esquadra que vinha do Nordeste, ela representava, em relação a toda a Marinha brasileira...

A.A.- Representava a maioria, a maior parte dos navios da Marinha brasileira. Eram cerca de quarenta e tantos navios. Era o grosso da Marinha em ação para... Digamos, a tarefa que a Marinha tinha para cumprir a missão era toda entregue praticamente à Força Naval do Nordeste. Era quem escoltava os navios inclusive para Trinidad etc., o comboio todo dos navios era protegido pela Força Naval do Nordeste e nós agíamos também em combinação com um grupo de navios que estavam sediados lá também, comandado pelo almirante Ingram, que era uma força de ligação com a Marinha...

V.A. - Almirante...?

A.A. - Ingram. Ele foi um homem de muito descortino e uma adaptação à forma brasileira muito grande. Tanto que ele ficou muito apreciado. Hoje até no Clube Naval tem um retrato dele, e ele, sempre que era possível, era homenageado. O almirante Ingram, ele se dava muito bem com o almirante Dutra e não havia atritos entre a formação dos comboios - toda a organização militar nossa era perfeitamente combinada com a Marinha americana. Porque nós tínhamos, no Norte do Brasil, uns navios americanos baseados lá, como tínhamos a parte de aviação também, em Recife e em Natal. E este almirante Ingram era uma figura que merecia muito boa acolhida por parte da nossa marinha. Era muito estimado. Mas nós agíamos de comum acordo com ele.

V. A. - E qual foi a reação no tênder *Belmonte*, entre os oficiais, quando souberam do golpe de 45?

A.A. - A reação foi de surpresa. Ninguém esperava, pelo menos que eu notasse, ninguém esperava aquilo, tinha vindo a questão da... A Força Expedicionária tinha chegado, estava tudo aparentemente muito tranqüilo. De forma que a reação normal foi de surpresa. E não houve assim nenhuma manifestação de regozijo pela saída do presidente Vargas, não houve nada. Não sei se por causa do nossa formação militar etc. - porque são proibidas as manifestações, conversas, discussões de política e religião...

V.A. - De política...?

A.A. - E religião.

V.A. - E religião. São proibidas? As conversas.

A.A. - É proibido. Não é militar. Para nós, a bordo não se discute religião, nem política. Então, possivelmente por isso... Podia haver algum oficial, ou vários oficiais que não aprovassem a administração Vargas. Mas...

V.A. - Não houve discussão.

A.A. - Veio a notícia, eu estava na praça d'armas... Praça d'armas é uma sala em que geralmente a gente faz refeições, é um *living* de uma casa de família.

V.A. - E por que chama praça d'armas?

A.A. - Porque é o seguinte: geralmente esse armamento portátil, quer dizer, espingardas, essa coisa toda, é sempre guardado nessas salas porque tem uma porção de cabides para economia de espaço. Então, elas ficam todas dispostas nas anteparas, que, para nós, é parede - para nós, é antepara. Toda parede a bordo a gente chama de antepara. Então elas ficam guardadas nesse recinto, por isso que se denomina praça d'armas. No Exército, chamam de cassino.

V.A. - Cassino?

A.A. - Cassino. Embora não se jogue.

V.A. - E as paredes são chamadas de anteparas?

A.A. - Anteparas, é.

V.A. - Por quê?

A.A. - Porque é um nome, digamos, da parte da... Um assunto que nós chamamos de marinharia que especifica, dá a denominação a todos os constitutivos de um navio. E essas superfícies verticais isolando um compartimento do outro, nós chamamos de anteparas. Mas agora, já para lhe satisfazer: me lembro que, numa das nossas entrevistas - agora me lembrei - a senhorita me falou sobre o... qual era o papel do adido naval. E eu disse: "É um espião." Então, não me ocorreu contar, na época, um fato muito interessante com relação ao Juan Perón. Perón governou a Argentina muitos anos depois. Eu era adido naval lá numa oportunidade, chegou um repórter, aliás um repórter de... um homem muito furão e com um certo conhecimento das coisas. Porque tem repórter muito primário, não é? Mas esse era um repórter bem preparado para fazer reportagem. E o Perón já estava muito em evidência. E ele, então, foi entrevistar o Perón, conseguiu uma entrevista.

V.A. - Quando foi isso?

A.A. - Isso foi no tempo que eu era adido naval.

V.A. - Mas foi antes então do Perón subir?

A.A. - Foi antes do Perón chegar à Presidência. O presidente era o Ramírez, o general Ramírez. E então esse repórter perguntou ao Perón uma coisa que nós sabíamos até. Se

era verdade que o Perón, quando era adido militar no Chile, tinha sido expulso do Chile por espionagem. Então, ele disse: "É, eu fui expulso lá, pediram a minha retirada. Mas o senhor pergunta... Na sua embaixada tem três adidos, o senhor pergunta a eles se vierem oferecer uns planos, alguma coisa que interessa ao seu país com relação ao país em que eles estão sediados, se eles também não aceitam, não procuram aceitar." [risos] E isso me fez lembrar - coisa gozada... Porque um dos recursos... Há o que se chama espionagem e há a contra-espionagem - é a ação que procura destruir a espionagem, destruir os elementos de informação etc. Então, na contra-espionagem, ocorre o seguinte: há casos de elementos que vem oferecer planos, para ver se a ação daquele oficial, daquele elemento - agente de informação - é muito grande, é muito intensa e, conforme eles dão receptividade àquelas coisas, eles fazem os flagrantes e, então, denunciam os espiões. E eu era adido naval nessa época e comigo, duas ou três vezes, apareceram elementos lá, naturalmente agentes já de contra-espionagem.

P.R. - Argentinos?

A.A. - Argentinos. Para me oferecerem planos, uma porção de coisas... Eu, então, tive oportunidade: "Olha, o negócio aqui é o seguinte: o senhor está me oferecendo esses planos, essas coisas, esse tipo de munição, de proposta de invenção de canhões, isso e aquilo, mas o senhor tem na sua pasta, tem o Ministério da marinha e tem o Estado-Maior da Armada. De modo que eu aconselho, se o senhor quer prestar um serviço ao seu país, ofereça a eles, porque nós não precisamos." [risos]

V.A. - Então eram armadilhas?

A.A. - São armadilhas.

V.A. - Por duas vezes o senhor sofreu essas armadilhas.

A.A. - Eu sofri essas...

V.A. - Mas era mais vivo do que eles.

A.A. - Pelo menos, eu me precavi. Porque eu que tinha que buscar as informações, não que elas viessem ao meu encontro. Mas acontece aos menos incautos, às vezes caem nessas armadilhas. E o Perón, com toda a vivacidade dele, no Chile, ele foi, ele foi apanhado numa dessas, e o governo chileno pediu a retirada dele em 24 horas. Mas vamos voltar então ao...

P.R. - Certo. Nesse período... Foi muito agitado esse período que antecedeu a queda do presidente Vargas. Porque, a partir, por exemplo, de agosto, setembro, começou a se movimentar aquela campanha pró-Constituinte, uma participação muito grande. Supunha-se que havia uma aliança entre os quemistas e os comunistas - coisa que até hoje é discutida e que os quemistas hoje negam veementemente -, em favor da Constituinte e da continuidade de Vargas no governo. E esse fato, segundo vários depoimentos, vinha preocupando os comandos militares na época - esse tipo de aliança, esse tipo de agitação e, sobretudo, essa preocupação no sentido de alterar o jogo eleitoral estabelecido para a realização de eleições presidenciais e constituintes em 2 de dezembro de 45. Em seguida, parece que já em novembro ou final de outubro... Não, antes de... Final de outubro, o presidente Vargas baixou o Decreto 8.063, em que ele

ampliava os objetos das eleições de 2 de dezembro, incluindo nelas a escolha para governos estaduais e para constituintes estaduais também. Então, a oposição começou a criticar, achando que isso ia tumultuar ainda mais o processo eleitoral e esse fato também veio causando maiores preocupações nos comandos militares. Então, segundo as versões militares tudo isso teria concorrido para agravar os ânimos entre o governo e os comandos.

V.A. - Além da designação do Bejo, não é?

P.R. - É, exato. Que culminou com isso. Culminou com a saída de João Alberto da chefia de Polícia e a nomeação do Benjamim Vargas. E parece que isso foi realmente o que entornou o caldo, segundo dizem. Agora, pelo o que eu estou sentindo, por exemplo, o senhor nessa época estava na Força Naval do Nordeste. Esses fatos não repercutiam lá?

A.A. - Não chegaram. Que eu tenha notícia, não. Eu era imediato justamente do capitânia da Força.

P.R. - Era o almirante Soares Dutra.

A.A. - Almirante Antônio Carlos Soares Dutra. Eu não senti a mínima... o mínimo conhecimento disso ou a apreciação de que isso poderia provocar uma crise, ou que já estaria havendo uma crise. Não tenho a mínima noção disso porque... E tem uma razão de ser: nós estávamos muito voltados para a guerra no Nordeste, aquela zona toda. Estava em zona completamente militarizada. Nós estávamos... Embora já se tivesse estabelecido a paz, ainda houve um processo de recebimento dos aviões etc. da Marinha e do Exército dos Estados Unidos, e nós ainda estávamos voltados para esse estado de beligerância. Ainda tínhamos as bases navais, as bases... Inclusive o Hospital Americano lá, certos elementos americanos militarmente instalados naquela zona toda. De modo que todo mundo andava fardado lá. Era uma diferença flagrante do estado de espírito no Rio de Janeiro para quem fosse lá para o Nordeste, de Salvador para cima. Todo mundo... A gente só via militar no meio da rua. Oficial de Marinha, oficial do Exército, oficial americano, marinheiro americano, marinheiro brasileiro, tudo isso. Todo mundo andava fardado lá. Era constante a chegada de navios americanos. Atracavam no cais, os marinheiros eram licenciados para passear, para refrescar etc. De modo que esse era o ambiente, até praticamente nós regressarmos. De modo que nós não estávamos sendo permeáveis a esse estado de coisas que se passava no Rio de Janeiro.

P.R. - Da situação política. O senhor, nessa época, era capitão...

A.A. - Era capitão-de-corveta. O comando do navio era capitão-de-fragata. Eu era imediato, capitão-de-corveta. E o almirante Soares Dutra tinha a instalação do comando dele nesse navio, que era o tênder *Belmonte*.

V.A. - Almirante, se por acaso a Marinha quisesse reagir ao golpe, ela teria condições. Porque estava descendo a Força Naval, o senhor falou que era...

A.A. - Sim, sim. Eu acho que não tinha. Porque o que caracteriza esses movimentos todos é a ocupação de terreno. A não ser um movimento de grande duração. Mas o golpe militar é muito difícil numa emergência dessas. Porque é mais ação terrestre do

que naval. De modo que não havia possibilidade. Nós tivemos... Retroagindo no tempo, nós tivemos, por exemplo, o movimento de revolta da Marinha brasileira contra o governo do Floriano e, no fim, nós acabamos esboroando e a parte terrestre dominou o assunto. Porque nós não tínhamos como nos abastecer e usar de... A violência tem um limite dentro do país. Numa guerra, ela é sem limites. Mas, num movimento armado interno, ela tem uns certos limites. A não ser quando chega a situação extrema como foi na Espanha. Que ali, então, a coisa foi uma guerra mesmo. Mas esses movimentos de alguma duração, há sempre um certo respeito nas ações militares, na destruição de elementos naturais, de estradas. Tudo isso é muito preservado.

P.R. - Porque a própria população civil começa a sentir os efeitos disso.

A.A. - Começa. A ação começa a ser total, não é? E aí o elemento civil começa a sofrer também. E não tem fronteiras, não é?

V.A. - E a reação da Marinha sempre é muito mais violenta, não é?

A.A. - Tem que ser mais violenta. Porque ela tem que ser de destruição de objetivos e essa destruição de objetivos é uma destruição que a gente não pode dizer: "Você está na janela de tal e tal edifício..." A exatidão de um objetivo é muito relativa. Então, há uma série de classes que perdem. Nós estamos vendo aí esse movimento lá da... Esse movimento em que Israel está metido também. Como é? Não me lembro [inaudível] desse país...

P.R. - No Líbano.

A.A. - Lá no Líbano etc. Como está aquilo, não é? Aquilo está uma destruição completa.. E quem pensa em termos mais elevados, não pode aceitar que chegue a esse extremo, não é? Só mesmo quem pensa em termos de religião, de fanatismo, dessa coisa - aí a coisa é mais violenta. Mas em termos políticos, digamos assim, políticos dentro de um certo aspecto humano, a coisa é mais reservada, é mais limitada.

P.R. - Nessa época de guerra, com relação às atividades no Nordeste, qual era a posição, dentro da Marinha, do almirante Ari Parreiras?

A.A. - Como?

P.R. - O Ari Parreiras servia no Nordeste nessa época, não?

A.A. - Servia. Era o comandante da Base Naval de Natal.

P.R. - Quer dizer, ele era subordinado ao almirante Soares Dutra.

A.A. - Mais ou menos. Havia uma dependência também do Ministério da Marinha. Porque essa parte de base etc., havia uma dependência do comando do Distrito, dessa coisa. O almirante Dutra era unicamente o comandante da Força Naval do Nordeste. Mas ele não tinha autoridade normalmente sobre o comandante da Base.

P.R. - Dos distritos navais, não é?

A.A. - Dos distritos navais.

P.R. - Eu estou perguntando porque o almirante Ari Parreiras, ele... Hoje realmente está provado: o almirante Ari Parreiras conspirava militarmente no Nordeste pela derrubada do presidente Vargas.

A.A. - Isso eu não sei.

P.R. - Juntamente com o Eduardo Gomes, que servia na Base Aérea de Parnamiri, e com general... Não era o Cordeiro de Farias, não; era o... Parece que era o Juraci Magalhães, que nessa época ainda era coronel.

A.A. - Juraci Magalhães?

P.R. - É, exato.

A.A. - Eu não sei onde ele estava nessa época.

P.R. - Estava no Nordeste também.

A.A. - Estava no Nordeste? Seria o quê? Bahia?

P.R. - Eu não sei. Ele estava... Estava em Pernambuco, estava em Pernambuco. Agora, realmente havia uma concentração de oficiais na região nordestina durante a guerra...

A.A. - Pró-deposição.

P.R. - Pró-deposição.

A.A. - Mas eu, por exemplo... Ele comandava a Base Naval de Natal, e ele era muito apreciado, muito querido pela dedicação com que ele se dedicava ao comando dessa base naval. Os navios todos que precisavam de reparos, uma série de navios, principalmente os caças-submarinos, eles eram todos reparados na Base Naval de Natal. E ele era extremamente dedicado a isso. E toda a oficialidade, todos os elementos de marinha que se utilizava geralmente daí, tinham muita admiração - e até hoje os remanescentes, têm - pelo almirante Ari Parreiras. De modo que, se ele pensava em alguma coisa, eu não sei até onde ia a idéia dele de utilizar a Marinha. Porque o almirante Dutra, eu tenho a impressão que não participava disso - o almirante Soares Dutra. E o almirante Ari Parreiras, eu tenho a impressão que...

[FINAL DA FITA 18-B]

A.A. - E o almirante Ari Parreiras, eu tenho a impressão que ele não comunicava isso aos seus comandados, não comunicava esse espírito de derrubada, digamos assim, essa orientação política que ele queria imprimir. Eu tenho a impressão que ele separava completamente o lado eminentemente naval do lado de pensamento político dele.

P.R. - É, exato. Porque pelas informações que se tem, ele era realmente uma figura de alto prestígio na marinha.

A.A. - Alto prestígio na Marinha e altamente conceituado no meio político. Aqueles políticos que participaram da Revolução de 30 tinham por ele uma profunda admiração, porque ele não... Ele era um homem de um elevado espírito público, ele não tinha apego nenhum a cargo, nem apego aos postos que ele ocupava. Ele não tinha ambição de espécie alguma, era completamente despido disso. O que ele pensava era resolver os problemas nacionais.

Eu me lembro uma ocasião até... Eu estava a bordo do Minas Gerais, e o almirante Ari Parreiras ainda não era oficial general; era chefe do departamento de máquinas, onde eu estava servindo. E o dr. Osvaldo Aranha foi a bordo fazer uma visita, não me lembro por que motivo. E eu me lembro perfeitamente quando ele viu o almirante Ari Parreiras, que era capitão-de-mar-e-guerra, ou capitão-de-fragata - eu acho que era capitão-de-fragata -, ele saiu do grupo que estava, veio procurar o almirante Ari Parreiras, para tratar com um carinho todo especial. Porque o almirante Ari Parreiras não se aproximava, ele ficava na posição dele eminentemente de oficial, simplesmente de oficial do navio. E ele foi incapaz de chegar e se dirigir, procurar conversar com o dr. Osvaldo Aranha etc. Eu me lembro que o Osvaldo Aranha carinhosamente veio procurar e abraçar etc.

Ele era muito conceituado no meio político. Ele foi interventor do estado do Rio. Quando ele achou que não podia fazer mais nada, ele pediu demissão e foi embora - não tinha apego nenhum aos cargos e aos interesses particulares dele. Ele chegava a exagero. Eu digo exagero porque ele prejudicava até, eu creio que a administração. Por exemplo: ele foi interventor no estado do Rio e ele não morava no palácio. Ele morava na residência dele. E não queria usar carro oficial para ir para o palácio, e não fazia refeição no palácio, levava merenda, para não gastar recurso do governo na manutenção dele. Eu vi dois oficiais assim com esse excesso de desprendimento, que eu acho que chegava a prejudicar o aspecto administrativo, porque o tempo de um homem numa função dessas é precioso, é muito grande. Mas ele não tomava conhecimento disso. Ele mesmo, ele...

V.A. - Qual era o outro que o senhor conheceu?

A.A. - O outro era o Garcia Vidal. Esse morreu etc., e nunca teve uma posição de destaque. mas ele era um homem de um desprendimento também completo, era capitão-tenente. E ele, quando houve aquele decreto, artigo 37, não me lembro como era o nome do artigo... Um artigo que permitia a reforma pura e simples - pelo ministro achar que aquele oficial estava enquadrado naquele artigo, ele transferia para a reserva o oficial. Não me lembro o nome do artigo. Mas ele foi dos que se insurgiram contra esse decreto. E ele então, como não tinha tempo para ser transferido para a reserva, ele fez um requerimento ao Ministério da Marinha, solicitando a transferência dele para a reserva, por ele ser contrário declarado àquele artigo. Então ele se considerava atingido pelo decreto, ele não tinha mais condição de continuar na marinha. E ele foi transferido para a reserva. Mas o Ernâni Amaral, que era interventor no estado do Rio nessa ocasião, muito amigo dele, queria ajudá-lo, porque ele ficou com uns proventos mínimos de capitão-tenente, com tempo de serviço pequeno, e convidou o Garcia Vidal para ir almoçar com ele no palácio do Ingá. E o Garcia Vidal foi. E então almoçou, conversou com o Garcia Vidal, depois disse que precisava dos serviços dele para trabalhar num setor qualquer da administração do estado. E então o Garcia Vidal aceitou prontamente:



"Está muito bem.: E o Amaral ia preparar a nomeação dele para resolver o assunto, quando ele soube do regulamento da parte de remuneração, ele foi, virou-se para o Amaral e disse: "Olha, eu vou, eu venho trabalhar aqui, mas eu não quero remuneração." "Mas eu não posso fazer isso!" Ele disse: "Não, faz o seguinte: você me dá um passe para a barca da Cantareira, para ir e voltar, e eu venho, faço o trabalho todo aqui e volto na barca da Cantareira com um passe que você me arranja." E o Amaral não pôde nomeá-lo porque ele não queria aceitar remuneração, e o Amaral também não podia aceitar sem a remuneração. Mas o que ele pediu foi um passe de barca da Cantareira! [risos]

V.A. - O senhor andou na barca da Cantareira?

A.A. - Como? Se eu andei?

V.A. - É.

A.A. - Andei e ando às vezes. Há muito tempo que eu não tenho andado, mas andava na barca da Cantareira. Por quê? Qual é a dúvida? Nunca andou, não?

V.A. - Eu, já. Mas hoje em dia não chama mais Cantareira.

A.A. - Ah, não, hoje é... Não é do seu tempo.

V.A. - Hoje em dia são as lanchas...

A.A. - É companhia de transportes não sei o quê, da Guanabara. Já passou por vários nomes. Quando eu... Até aconteceu uma coisa muito curiosa: quando eu era presidente da Comissão de Marinha Mercante, que hoje chamam de SUNAMAM, eu estava administrando a SUNAMAM e tinha havido a intervenção na Companhia de Transportes da Guanabara que já tinha um outro nome - como eu disse, barca da Cantareira... E tinha um interventor. Então era muito gozado, porque eu tinha uma remuneração na Comissão de Marinha Mercante, e o interventor, que era meu subordinado, ganhava muito menos do que eu.<sup>9</sup> Eu até conversando com o Amaral, que era o ministro da Viação e Obras Públicas... Hoje não existe mais, hoje é Ministério dos Transportes, está dividido. A gente está falando com essas crianças, esquece dos nomes, pensa que eles estão acompanhando, não é? Mas os nomes todos mudados! (risos) E então eu, contando ao Amaral, disse: "Olha, você veja como as coisas: o meu interventor da barca, ele ganha muito mais do que eu." E o Amaral ainda me disse: "Não, você me faz um expediente apresentando essa situação que é para regularizar."

V.A. - Ele ganhava mais do que o senhor?

A.A. - Do que eu. Eu, que era o presidente da Comissão de Marinha Mercante...

V.A. - O senhor ganhava menos do que ele.

A.A. - Eu ganhava menos do que ele. Eu ganhava os meus proventos de almirante, de oficial general, e mais uma gratificação. Mas somado tudo, eu ganhava menos do que

---

<sup>9</sup> Informação retificada logo a seguir.

ele. O Amaral então: "Você me faz um expediente lá para o Ministério para eu acertar isso." Eu nunca fiz; saí, continuei ganhando menos do que o interventor. [riso]

P.R. - O interventor era civil ou militar?

A.A. - Era militar, era um capitão-de-fragata, era o irmão do Lúcio Meira, o Paulo Martins Meira. E ele ganhava certo, ele ganhava porque foi, digamos assim, a remuneração que estabeleceram para ele. Mas eu achei curioso, porque a remuneração... Como eu acho que o Banco do Brasil ganhava mais que o presidente da República, não sei se ainda é assim.

P.R. - Não, agora não.

A.A. - Agora não sei, mas era uma época em que o presidente da República ganhava menos do que o presidente do Banco do Brasil. E na minha época de ajudante-de-ordens, o presidente do Banco do Brasil era um baiano, Marques dos Reis, não sei se conheceu de nome.

P.R. - De nome, muito.

A.A. - Ele evidentemente ganhava mais do que o presidente da República. Então o humor popular dizia que ele não era o Marques dos Reis - ele era o Marques dos Réis. [risos] Marques dos Réis. O carioca felizmente, apesar de todas as..., ainda tem muito sendo de humor, não é? E há uma porção de passagens, de coisas muito interessantes a respeito dos nomes. Um outro que me ocorre agora, não sei se cabe aqui nessa...

V.A. - Cabe!

A.A. - Era o seguinte: o dr. Henrique Dodsworth era prefeito do Distrito Federal e tinha um irmão que era um funcionário normal, tinha uma posição, um posto qualquer na administração. E então contam que certa vez havia um boato de que esse irmão dele estava procurando se enriquecer ilicitamente, baseado no cargo do irmão. Então contam que um político, que não conhecia o dr. Henrique Dodsworth... Vinha passando o irmão do Henrique Dodsworth. E esse político perguntou: "Aquele é que é o Henrique Dodsworth?" Então o outro respondeu: "Não, aquele é o que quer Henrique ser." [risos] E assim há uma série de coisas, de maldades, não é? Tinha a do João Alberto, não sei se sabe?

P.R. - Do João Alberto conheço várias.

A.A. - Conhece várias? Conhece a do restaurante em que ele foi?

P.R. - Não.

A.A. - O João Alberto foi almoçar num restaurante, então veio o *mâitre* e a horas tantas (inaudível) estava pedindo o prato que ia escolher. E havia um boato que o João Alberto era desonesto, não sei mais o quê, então dizem que o João Alberto virou-se para o *mâitre* e disse: "Olha, eu quero é robalo!" [risos]

P.R. - Coitado, morreu pobre.

A.A. - Pois é, eu conheci o João Alberto.

P.R. - É, nunca roubou coisa nenhuma.

A.A. - Até uma ocasião eu estava no palácio e o João Alberto estava lá - no palácio Guanabara -, e eu creio que a Alzira estava também. Então tinha o caso do João Alberto ter caído com aquele avião lá na costa do Uruguai. Eu também estava curioso para saber como é que isso tinha se passado, aquele naufrágio. Então ele descrevendo o naufrágio: como é que..., o avião bateu, eram 11 horas da noite, uma coisa assim, e o pessoal todo foi se entregando e foi morrendo, o piloto, tudo morreu, praticamente tudo morreu, o Siqueira Campos... E o João Alberto disse que ele tinha uma fé, uma confiança, que ele via a luz de Montevideu à distância. Ele nadava bem - se ele tivesse coragem e calma, que ele se salvava. Então ele saiu nadando por ali, no meio daquela escuridão, e acabou então chegando numa praia daquelas, não sei se era Porcitos ou Carrasco. E aí quando chegou na praia, ele estava completamente gasto pelo esforço que tinha feito. E aí chegou um polícia para... Pensou que ele era um ladrão, uma coisa qualquer e ainda quis prendê-lo. E ele, a muito custo, depois de ter sido até maltratado pelo polícia, não sabia nem o que tinha havido, nem nada... O polícia levou, ele pediu socorro, conseguiu explicar..., e foi parar no hospital. No dia seguinte o prelo gemeu contando o negócio do desastre, e então o jornal transformava o polícia em herói, porque tinha salvo o João Alberto. [risos] Tinha salvo o João Alberto, tinha tirado o João Alberto d'água, não sei mais o quê. Então o João Alberto conta: "Pois é, o mais gozado" - diz o João Alberto - :é que eu estava convalescendo lá no hospital e chegaram outros elementos com o polícia que tinha me atendido, que tinha me visto quando eu cheguei na praia etc., trazendo o herói que tinha vindo saudar etc." Então diz o João Alberto: "Eu fiquei com vontade de reclamar, dizer que ele não tinha me salvo coisa nenhuma, que eu tinha chegado e ele ainda queria me dar pancada etc. Mas os Uruguaios têm tão poucos heróis, que eu... (risos) "Que eu resolvi não dizer nada."

P.R. - Mas, almirante, aí então a esquadra chegou no Rio e já era sob o governo Linhares?

A.A. - Já, sob o governo Linhares.

P.R. - Havia plena campanha eleitoral?

A.A. - Eu não me recordo se já estava a campanha eleitoral lançada ou se não estava, isso eu não me lembro.

P.R. - Ah, não, já estava.

A.A. - Mas eu sei... Já estava o Linhares, e houve então um desfile da tropa de Marinha, como tinha sido feito com a FEB etc., para ser passado em revista pelo presidente em exercício. E aí então eu tive uma situação com o meu comandante, porque eu estava escalado... A guarnição do *Belmonte*, o comandante, o imediato etc., iriam. Eu cheguei para o meu comandante e disse a ele que eu não ia desfilar naquela parada, porque eu pensava desfilar em continência ao presidente Vargas, mas que eu não concordava com aquela deposição, eu, pessoalmente, não concordava. Então eu pedi a ele que se ele quisesse, me prendesse, mas que eu não ia, que eu não pretendia desfilar, me negava a

desfile. E o comandante, que era o comandante Heitor Doyle Maia, foi e me disse: "Olha, eu compreendo perfeitamente o seu ponto de vista, respeito, acato, você está dispensado de ir."

E muitos anos depois, esse comandante Heitor Doyle Maia, que era oficial general, era almirante-de-esquadra, e eu era ministro da Marinha, ele já estava na reserva... Eu estava gripado em casa quando recebi a comunicação de que nós tínhamos que renunciar, porque os elementos do gabinete tinham que se desincompatibilizar etc. E que eu tinha que nomear o subsecretário. Então, eu, pelo telefone mesmo, informei que o subsecretário meu, para ser nomeado, seria o almirante Heitor Doyle Maia - que tinha sido meu comandante [riso] e que estava na reserva, e que era almirante já - o equivalente a marechal, o que nós chamamos cinco estrelas. E ele foi e ficou como subsecretário.

P.R. - Ah, foi o Doyle Maia, é?

A.A. - Heitor Doyle Maia. Muito bom oficial, uma pessoa de grande coração etc. E quando eu deixei o tênder *Belmonte* - eu acho que eu já disse aí -, ele me chamou para dar as informações. Porque semestralmente os comandantes dão informações dos oficiais que estão sob seu comando para o Estado-Maior d Armada. E ele me chamou - porque eu ia deixar o navio, ia ser comandante de um outro navio - ele me chamou para mostrar as informações confidenciais que ele não tinha obrigação nenhuma de mostrar. Então eu li aquilo e eu disse a ele: "Eu acredito, com essas informações que o senhor está me dando, eu acredito que o Tamandaré talvez as merecesse, mas não eu." (risos) Ele botou dez em tudo que era coisa que tinha lá, o grau máximo em tudo quanto era assunto informação. Então eu disse a ele: "Ah, comandante, eu acredito que só mesmo o almirante Tamandaré poderia merecer essas notas." [risos]

V.A. - Almirante, o senhor por acaso teve contato com o dr. Getúlio na fazenda do Itu?

A.A. - Não, eu nunca fui à fazenda do Itu. Eu estive numa fazenda - muitos anos depois, quando ministro -, numa fazenda do João Goulart. Mas na fazenda do Itu nunca estive, não.

V.A. - O senhor não esteve com o Getúlio depois do golpe?

A.A. - Depois do golpe...

V.A. - Do golpe de 45.

A.A. - Só estive com ele quando ele veio, quando ele veio eleito etc., para assumir a presidência. Porque quando houve o golpe ele foi... Eu estive com ele depois do golpe. Minto: estive com ele porque ele foi eleito senador, e ele fez uma série de discursos no Senado e eu fui assistir. Uns dois ou três discursos. Depois ele foi embora, não voltou mais. E eu assisti e estive com ele.

V.A. - E falou com ele?

A.A. - Falei com ele.

A.A. - Ah, esse contato foi muito ligeiro, porque ele era senador, e a minha situação lá era de espectador unicamente, então eu só tive tempo de dizer a ele: "Olha, presidente, o senhor está dando umas boas aulas." Porque ele deu um discurso sobre finanças etc. "O senhor está dando umas boas aulas sobre finanças." Ele chamou atenção inclusive do saldo que ele tinha deixado, e que depois foi muito mal-empregado pela administração do...

P.R. - Dutra.

A.A. - Do general Dutra.

V.A. - E a indicação do Dutra?

A.A. - Que é que tem?

V.A. - O que o senhor achou a respeito?

A.A. - Eu achei que era... a solução que tinha para manter a estabilidade, a continuidade do governo do PD...

P.R. - PSD.

A.A. - Do PSD. E andou perigando, não é?

V.A. - Mas em termos de finanças não garantiu a continuidade?

A.A. - Não, eu acho que não. Acho que ele foi muito mal orientado na parte financeira, porque nós tínhamos um saldo muito grande na época, de milhões e milhões de cruzeiros, e [inaudível] Inglaterra...

V.A. - Éramos até credores, não é?

A.A. - Credores, altamente credores. E isso era para ser gasto com muita parcimônia, muito bem ponderado. Mas houve uma idéia de nacionalismo completamente errada: nós compramos coisas velhas. A Leopoldina, por exemplo. Ora, nós tínhamos um contrato com a Inglaterra, a exploração da Leopoldina, aquele contrato, aquela concessão, ia caducar no fim de 90 anos, e estava para isso. Não havia razão de nós desapropriarmos uma coisa desse tipo, porque depois nós receberíamos aquele ferro-velho todo sem pagar coisa nenhuma - isso é que devia ser. Mas nós resolvemos comprar um problema. Porque aquela estrada de ferro já não interessava mais aos ingleses. Porque aquilo era uma política mais ou menos como a da navalha gilete, não é? Chegou a um ponto em que a Gillette oferecia o aparelho para o sujeito consumir a lâmina, não é? Ela oferecia quase que os aparelhos e o sujeito consumia a lâmina. E o problema da Leopoldina, na minha opinião, era esse: os ingleses tinham essas estradas de ferro para consumir o carvão deles, que eram grandes produtores, era o cardife. Aí é que vinha a parte do leão. Mas como já estava havendo a transição para o consumo do óleo combustível etc., e eles não eram ricos nesse assunto, e o cardife estava ficando sem...

P.R. - Obsoleto.

A.A. - Obsoleto, sem aplicação nesses países, não interessava mais a eles desenvolver as estradas de ferro, porque a transição era para consumir o óleo, que podia ser americano ou venezuelano, mas nunca inglês. Então eles não tinham interesse nisso. Então nós herdávamos aquele acervo da Leopoldina gratuitamente e fomos comprar aquilo. Isso foi uma das coisas. A importação indiscriminada de tudo quanto era coisa, coisa supérflua. Nós importamos gastando aquele dinheiro todo e que depois foi nos fazer falta. Porque nós tínhamos uma moeda bem valorizada e tudo, e depois não pudemos manter a valorização da moeda.

P.R. - E não foi só a Leopoldina, foi a *São Paulo Railway*, que depois passou a ser a...

A.A. - Tudo: a *São Paulo Railway*, era um relógio, era uma coisa...

P.R. - A *Great Western*, lá de Pernambuco.

A.A. - Tido isso. Foi uma coisa maravilhosa. A *São Paulo Railway*, com os ingleses. Nós nacionalizamos para chegar a um estado de decomposição completa. Como fizemos agora comprando a *Light*, também. Nós vivemos mal assessorados nessas coisas.

V.A. - O senhor acha que o dr. Getúlio indicou o presidente Dutra por falta de opção?

A.A. - Por falta e por... É, por falta de opção. Não tinha, não podia fazer outra opção. E se não houvesse a indicação dele, como ele fez, à última hora, talvez o presidente Dutra não tivesse chegado a isso.

V.A. - O senhor votou no Dutra?

A.A. - Eu votei. Votei no Dutra; votei antes também no presidente Vargas, embora eu não fosse revolucionário.

V.A. - Antes?

P.R. - Em, 30.

V.A. - Ah, em 30.

A.A. - Porque a revolução que trouxe o presidente Vargas, eu era oficial de um navio, não participei do movimento pró-Getúlio Vargas, eu não fazia...

V.A. - O senhor já contou. Lá em Santa Catarina, não foi?

A.A. - E'. Mas votei nele.

V.A. - Votou. E votou em Dutra também?

A.A. - Votei em Dutra também.

P.R. - O senhor teve problemas na Marinha durante o governo Dutra, pelo fato de sua aproximação com o Getúlio?

A.A. - Não, nenhuma.

P.R. - Nenhuma?

A.A. - Eu fui promovido por merecimento no governo dele.

P.R. - No governo dele, não é?

A.A. - E' bem verdade que o ministro da Marinha era o almirante Sílvio de Noronha, que era um homem que me apreciava muito etc. Mas o presidente Dutra, se tivesse alguma restrição etc..., não faria. Acredito que ele não faria, porque ele me conhecia, o presidente Dutra me conhecia do tempo que eu era ajudante-de-ordens do presidente Vargas etc. A não ser o fato de eu ter sido ajudante-de-ordens, não tinha razão nenhuma para vetar o meu nome. Mas de qualquer forma, o almirante Sílvio deve ter levado o meu nome e eu fui promovido por merecimento. E ele aceitou integralmente a indicação.

[FINAL DA FITA 19-A]

A.A. - ...Ou então *wave*, não é? [risos] Os americanos chamam as moças que trabalham na Marinha de *waves*.

P.R. - O almirante Maximiano instituiu aqui, não é?

A.A. - Instituiu, aquilo era um sonho do almirante Guillobel. Até o Maximiano me disse: "Eu tenho lido muito a biografia do almirante Guillobel, a história da vida dele, e eu tenho aproveitado muita coisa do programa dele." Uma das idéias do almirante Guillobel era criar o quadro feminino, mas não foi possível, ele não teve oportunidade e talvez fosse muito cedo para criar. Mas ele já sonhava com esse serviço feminino.

P.R. - Durante o governo Dutra houve um problema na Escola Naval, uma revolta dos cadetes contra a administração do almirante Pinto Lima.

A.A. - Foi.

P.R. - Qual foi realmente a causa? - que o Lacerda agitou muito esse problema na época.

A.A. - Bom, a causa, lamentavelmente, para mim, foi do almirante Pinto Lima e do encarregado do corpo de alunos.

V.A. - Do corpo de alunos?

A.A. - E', que era um capitão-de-mar-e-guerra. O almirante Pinto Lima, por se omitir na direção da Escola - isso é o que eu julgo. Porque o diretor da Escola... A Escola Naval é um elemento em que a presença do diretor é muito importante a qualquer hora do dia ou

da noite. A Escola Naval, de construção ali na ilha de Villegaignon, erradamente - o local foi errado, porque o local devia ser na ilha do Governador, e não ali... Mas não...

V.A. - Por quê?

A.A. - Porque não tem área para se expandir. E a Escola Naval na ilha do Governador, a Marinha tinha terreno à sociedade ali. Era um lugar muito bom, podia se feito, e a Escola Naval podia crescer, se expandir por ali tudo. Como os argentinos têm, no rio Santiago. A Escola Naval argentina não tem problema nunca de espaço; ela vai se expandindo. Mas o almirante Protógenes tinha se apegado ao aspecto histórico de Villegaignon, e não se curvou à idéia da marinha, que era lá na ilha do Governador, e fez. E não fizeram uma residência para o diretor da Escola. Porque na Escola Naval, pequena que fosse a escola lá da ilha das Enxadas do meu tempo, tinha a residência para o diretor da escola e tinha residência para o ajudante da escola. Mas o almirante Pinto Lima era desses homens, parece, que chegava quatro horas da tarde, cinco horas da tarde, ia embora para... - o que nós chamamos para terra -, ia embora para casa, para a cidade, e só voltava no dia seguinte às dez horas. Então ele não estava ao par do que se passava dentro da Escola.

O encarregado do corpo de alunos era um oficial completamente sem condições para ser encarregado do corpo de alunos. Ele foi meu comandante. O juízo que eu fazia dele era o pior possível. Tinha um nome célebre até: era Carneiro da Rocha. E esse oficial tinha a preocupação de fazer economias nas despesas dos alunos, ele era um *grandeur* na vida: ele cortava tudo o que os alunos tinham direito, inclusive a parte de distrações, de programas de cinemas, tudo isso ele procurava fazer o mais barato possível. Ele não tinha a mínima idéia de produção, e, digamos assim, do que os alunos tinham direito. Porque eu fui aluno da Escola Naval, era uma escola pobre, modesta, mas nós éramos muito bem tratados, carinhosamente tratados em tudo que dizia respeito a atendimento das necessidades dos alunos. E os alunos estavam carentes de tudo, mas de tudo mesmo. Os filmes de cinema eram as coisas mais ordinárias possíveis, porque era o que havia de mais barato, filmes velhos partindo aos pedaços. E questão de rancho, de comida, tudo era precário. E o almirante Pinto Lima não sabia disso, não tomava conhecimento porque não estava permanentemente lá na Escola. Até que houve os ensaios de insurreição do corpo de alunos, e acabou havendo a insurreição, e os alunos é que pagaram.

Eu, ministro da Marinha, eu teria agido de forma completamente diferente: eu demitia o diretor da Escola e demitia o... - eu faria isso - demitia o encarregado do corpo de alunos. Mandava abrir um inquérito etc., para apurar a responsabilidade deles, porque há um ditado que nós temos na Marinha que a bandeira cobre a carga. E eles eram os responsáveis diretos. A gente pode levar uma guarnição à insurreição. Qualquer um pode levar, é só chegar e tratar animallescamente a guarnição. A gente trata com disciplina, mas trata com a proteção dos seus comandados. Eu sempre pensei assim e sempre vivi isso, desde o meu tempo de escola, desde o almirante Isaías. O comandado não é um escravo, ele tem discernimento das coisas. E na Escola Naval, no meu ponto de vista, a direção da Escola estava completamente errada, e era passível de censura e de punição. E o almirante Sílvio de Noronha adotou o processo do manda quem pode, obedece quem deve, não é? E não procurou averiguar em profundidade as causas daquela insurreição do corpo de alunos. Porque um corpo de alunos normalmente não tem motivos para se insurgir. Porque a escola vive afastada de política; se pertencesse a UNE, um negócio qualquer desses... Mas não, a Escola Naval é completamente isolada, é como o Colégio Militar, como a escola de Agulhas Negras etc. Mas são



completamente afastadas disso. Agora, o aluno tem um mínimo de atendimento, e na Escola Naval nesse tempo não tinha. Não tinha. E o encarregado do corpo de alunos não tinha condições para ser encarregado do corpo de alunos. Inclusive um oficial que se uniformizava mal, que é uma das coisas...

V.A. - Se uniformizava...?

A.A. - Mal. Porque uma das exigências da Marinha é o apuro no uso de uniforme. Nós temos obrigação de nos uniformizar com perfeito apuro, e isso sempre foi muito exigido na Marinha. E ele era um oficial que se apresentava mal uniformizado. Inclusive no corpo de alunos, para o oficial se apresentar diante do corpo de alunos para exigir que um aluno que está com um uniforme mal apresentado etc... Que moral tinha ele par exigir isso?

V.A. - O senhor nunca quis ser diretor da Escola?

A.A. - Nunca pensei, nem tive tempo.

V.A. - Eu acho que o senhor seria um ótimo diretor da Escola.

A.A. - Ah, então ainda está em tempo...

V.A. - Está em tempo! [risos]

P.R. - Qual foi o resultado da sublevação?

A.A. - O resultado da sublevação foi a eliminação dos alunos.

P.R. - Todos eles?

A.A. - Todos os que foram do quarto ano... Justamente aí aplicaram o negócio da punição do pessoal mais antigo, porque tinha influenciado o pessoal mais moderno. Mas saiu um grupo imenso de aspirantes; uns nem voltaram mais, ficaram decepcionados com aquilo e não voltaram mais.

P.R. - E como é que foram preenchidos os quadros depois?

A.A. - Foram preenchidos depois aumentando o número de vagas para admissão para a Escola Naval. Ficou um aberto, dentro dos quadros ficou uma deficiência de oficiais, um certa deficiência. Foram os oficiais... Os alunos do quarto ano parece que foram todos embora. E depois aí foi... Mas não foi toda a Escola, não; foi o pessoal tido como cabeça do movimento. E muita gente se apresentou, se acusou, e outros não tinham participado mesmo. Eu tenho até um colega de Marinha cujo filho não participou em absoluto disso, e se apresentou e se acusou e saiu da Escola.

P.R. - E o almirante Pinto Lima continuou?

A.A.- Continuou normalmente na Escola, depois a exoneração foi sendo feita normalmente. Não houve nenhuma providência do ministro que demonstrasse uma apreciação desfavorável da conduta dele. Eu não notei nada disso. Houve foi um

trabalho muito grande da imprensa, uma parte da imprensa favorável aos alunos etc., uma porção de coisas. Tanto que o almirante Sílvio de Noronha ficou numa situação meio difícil perante a opinião pública e houve até um almoço no Clube Naval oferecido a ele pelos oficiais de Marinha etc. - almoço esse a que eu não fui. Não fui porque eu discordava da posição e não compareci a esse almoço, embora prezasse muito o almirante Sílvio de Noronha etc., mas eu achei que ele tinha agido errado. Fui convidado a participar e disse: "Não, não participo desse almoço."

P.R. - Quer dizer, não chegou a ser uma crise propriamente, não é? Foi um fenômeno passageiro.

A.A. - Não, não, foi passageiro; limitou-se à Escola Naval.

P.R. - O senhor observou assim durante o governo Dutra alguma coisa de grandioso assim que foi feito pela Marinha? Para a Marinha?

A.A.- Desenvolvido para a Marinha? Que me ocorra assim, não, que me desperte a atenção, eu não... A Marinha correu normalmente. Houve - de grandioso, não -, mas houve, digamos assim, houve a vinda de dois cruzadores americanos. Os americanos nos cederam, se não me engano, os dois cruzadores, o *Almirante Tamandaré* e o *Barroso*. Que eu me lembre assim...

P.R. - Foi no tempo do Dutra?

A.A. - Foi no tempo do Dutra. Foi no tempo do Dutra, sendo que eles chegaram já no tempo do almirante Guillobel, no governo do...

P.R. - Getúlio Vargas.

A.A. - ...presidente Vargas, mas a obtenção dos navios foi no governo Dutra.

P.R. - Quer dizer, fora disso não houve realização assim de maior vulto?

A.A. - Que eu me lembre, não. Pode ser que tenha havido alguma, mas não me ocorre. Eu, de vulto, eu vejo, tenho visto - que eu me lembre -, eu vi duas administrações que eu admiro. Foi a do almirante Guillobel... Três, aliás: do almirante Guillobel, do Maximiano e do Adalberto Nunes. A minha, a minha foi insignificante: minha administração teve a duração das rosas de Malherbes, foi o espaço *d'um matin*. Houve uma época em que as substituições de ministro da Marinha eram praticamente a duração era de uma gestação: era de dez meses, 11 meses. O Sílvio Heck ficou nove meses, eu fiquei 11, não sei mais quem ficou dez, e por aí foi. Foi uma época que em termos de administração, de continuidade, foi a mínima possível.

P.R. - Durante o governo Dutra o senhor estava servindo no Rio de Janeiro?

A.A. - Estava, eu estive no tempo do governo do general Dutra eu estive até no Arsenal de Marinha. Foi aí que eu me liguei muito ao almirante Guillobel. E até houve uma passagem muito gozada: eu estava no Arsenal de marinha, e nessa ocasião chegou um ajudante-de-ordens do general Dutra, que era... Esse oficial chegou lá para tratar qualquer coisa no Arsenal, eu estava lá no gabinete do almirante Guillobel, ia saindo e

me encontrei com ele, era capitão-tenente. Então me encontrei com ele e disse: "Olha, diz lá ao general Dutra para preparar aquilo que o presidente Vargas vai voltar!" [risos] Me lembro perfeitamente. Roberto Nunes - oficial de muito valor, e ele era ajudante-de-ordens do general Dutra, eu disse: "Olha Nunes, você avisa ao general Dutra para deixar aquilo tudo muito direitinho porque o presidente Vargas vai voltar."

V.A. - Quando foi isso, o senhor lembra?

A.A. - Foi em cinquenta e... 50, por aí, não é? O presidente parece que foi...

P.R. - Foi eleito em outubro de 50.

A.A. - Foi em 50. Foi em 49, por aí, eu estava servindo no Arsenal de Marinha. E o Roberto Nunes foi lá para tratar qualquer coisa do Arsenal de Marinha, eu disse para o Roberto Nunes que dissesse ao general Dutra... "Diz ao presidente Dutra para deixar aquilo tudo arrumadinho para o presidente Vargas ir voltando."

P.R. - Havia uma previsão já, mais ou menos, relacionada com a volta dele, não é?

A.A. - Bom, havia a esperança, não é? Havia uma corrente que tinha esperança que ele voltasse. Outra corrente que não, não é? O próprio PSD, o candidato do PSD foi outro, não é?

P.R. - Cristiano Machado.

A.A. - Foi o Cristiano Machado. Mas quando o pessoal do PSD tratava das eleições na época, quando chegava o nome do presidente da República, aquela população toda carente, todo mundo: "Mas o presidente da República é o Getúlio Vargas." Me lembro do Augusto do Amaral Peixoto: "Não é possível." Ele era do PSD, e ele dizia: "Não é possível, a gente chega, quando vai trabalhar um voto, o camarada, o eleitor diz logo: "Não, mas presidente da República é o presidente Vargas." [risos] Havia até um trabalho para a eleição ser majoritária, não é? Negócio de 50% etc. Com a esperança de que o presidente Vargas não fizesse, mas ele chegou a fazer mais de 50%, se não me engano.

P.R. - Não.

A.A. - Não?

P.R. - Quase, quase: 48 vírgula qualquer coisa. Exatamente. Foi muito pouco que faltou.

A.A. - Mas o Cristiano Machado foi cristianizado naquela...

P.R. - Foi, totalmente. Agora, na época do governo Dutra houve uma... Foi quando se iniciou no país inteiro a campanha pelo monopólio estatal do petróleo. Como é que surgiu essa campanha?

A.A. - Como?

P.R. - Durante o governo Dutra é que começou no Brasil a campanha em torno do monopólio estatal do petróleo. A conferência do general Horta Barbosa no Clube Militar, as passeatas promovidas pela UNE, as manifestações no Congresso e alguma parte da imprensa - não toda ela. E a coisa chegou assim a tomar o aspecto de confronto, não é? Porque o Dutra punia as passeatas, punia os comícios, a polícia não permitia, havia repressão contra a campanha.

A.A. - Sim. Eu pessoalmente era favorável à estatização desse assunto, porque era o único meio que eu via de nós levarmos a sério aquilo, embora depois pudesse alargar mais - alargar, generalizar o exercício desse trabalho. Mas inicialmente precisava, porque nós ainda somos muito desorientados, não é? Uma porção de coisas, se o... Digamos, a administração particular não tem certa coragem de agir nesses setores. Porque nós não temos a mentalidade, digamos, da opinião pública... Nós não temos muita confiança na iniciativa particular. Não é verdade?

P.R. - É

A.A. - Ainda é, ainda está assim.

P.R. - Ainda é assim.

A.A. - Ainda é assim. E se o Estado não garantir com coisas desse tipo, ele não tem sucesso, não, porque também há contra, o interesse contrário, vamos dizer? Não é questão de nacionalismo, mas há um interesse contrário.

P.R. - Das companhias estrangeiras?

A.A. - Das companhias estrangeiras. Principalmente nesse assunto de petróleo, siderurgia, tudo isso. Me cabe aqui lembrar um fato que eu tenho como verdadeiro, e quem me contou foi... Hoje é ministro dos assuntos... econômicos etc., do Ministério do Exterior - Licurgo Costa. Aí é que eu fiquei sabendo direito...

V.A. - Como é o nome dele?

A.A. - Licurgo. Assuntos econômicos. Licurgo Costa. Ele era muito amigo do presidente. E, por exemplo: o Brasil sempre aspirou o desenvolvimento de indústria siderúrgica no Brasil, mas não interessava aos americanos, como não interessa..., tornar uma nação independente nesses assuntos. E havia, digamos, os americanos podiam dizer que queriam nos ajudar para o desenvolvimento da indústria siderúrgica, porque precisava de um capital muito grande, tudo isso. Mas eles diziam só, eles não chegavam ao fim das...

P.R. - A concretizar.

A.A. - A concretizar as coisas. E eu me lembro que o Licurgo me contou a seguinte passagem. Nós já estávamos em uma ação meio complicada com a guerra, com o problema da Alemanha, mas nós estávamos neutros, tudo isso. E a promessa dos Estados Unidos, de concretizar a indústria siderúrgica no Brasil já estava em andamento; não se definiam, não mandavam o que deviam mandar, tudo isso. E não se chegava a uma solução final e definitiva. E o presidente Vargas, vendo que a coisa não

se definia, e o americano estava vendendo caro o peixe dele, chegou, estabeleceu contato com a Alemanha. E a Alemanha se prontificou a fornecer todo o elemento necessário para nós, para a implantação da indústria siderúrgica no Brasil. Então o presidente Vargas chamou o general Góis Monteiro e disse a ele que fosse aos Estados Unidos para informar ao presidente Roosevelt que o Brasil declinava do auxílio dele. Compreendia muito bem a situação em que os Estados Unidos se encontravam, a dificuldade que eles tinham de auxiliar o governo brasileiro na implantação da indústria siderúrgica no Brasil, os americanos estavam às voltas com o problema da guerra, tudo isso, mas que ele já tinha oferta do governo alemão para fornecer todos os elementos que o Brasil precisava para a implantação da indústria siderúrgica. E que assim, dava o dito por não dito, agradecia muito aos Estados Unidos etc., mas que o Brasil ia tratar de resolver o assunto noutra área. Disse que o Góis Monteiro comunicou isso ao presidente Dutra, que o presidente Dutra, apesar de parálico, chegou a querer pular da cadeira.

P.R. - O presidente Roosevelt.

A.A. - O presidente Roosevelt chegou a querer pular da cadeira. "Absolutamente!" E o general Góis Monteiro disse: "Mas, presidente, o assunto é esse, não precisa o senhor se preocupar com isso." "Não, senhor! Os Estados Unidos é que vão fornecer a indústria siderúrgica para o Brasil!" "Mas, presidente..." "Não, senhor!" começou a tocar a campainha lá, apertar telefone, e disse: "Diga ao presidente que eu assumo a responsabilidade e vou, faço questão de fornecer o material para a indústria siderúrgica no Brasil, e não aceito a tentativa dele de recorrer aos alemães, porque nós temos compromisso fechado e assino todos os tratados que for preciso, assumo o compromisso com os termos que o Brasil quiser." E foi assim que a indústria siderúrgica foi implantada. E começou a vir o material - mesmo em tempo de guerra -, veio o material todo para a formação da indústria siderúrgica lá em volta redonda.

V.A. - Quem contou isso ao senhor foi esse...

A.A. - Licurgo Costa.

V.A. - O senhor, enquanto ajudante-de-ordens do Getúlio, o senhor não soube disso.

A.A. - Não, não estava, nem era época disso. Foi posterior. E o Licurgo Costa era ministro, e eu estava na Espanha conversando com o Licurgo Costa, que era ministro de assuntos exteriores. Então o Licurgo Costa me contou esse episódio, que eu tenho como verdadeiro. Agora, a época que o... durante a guerra...

P.R. - A Segunda Guerra Mundial.

A.A. - A crise mundial. Não me recordo a época em que... O Brasil ainda não estava em guerra com a Alemanha..

V.A. - Mas o senhor era ajudante-de-ordens, não?

A.A. - Não, não era mais.

V.A. - Não era mais?

A.A. - Não, não era mais ajudante-de-ordens.

P.R. - Nessa época o senhor já estava como adido em Buenos Aires?

A.A. - O Licurgo me contou quando eu estava como adido em Buenos Aires. Em Buenos Aires, não: na Espanha.

P.R. - Na Espanha, é. Já no segundo governo Vargas.

A.A. - Já, já. A coisa tinha sido remotamente... Remotamente se passou na guerra mesmo, quando o Brasil teve seus navios torpedeados - na segunda guerra. E depois então os alemães hostilizaram o Brasil, torpedearam os navios...

V.A. - O senhor chegou a participar da campanha do petróleo de alguma forma?

A.A. - Eu não, eu só participei da campanha do petróleo numa ocasião em que eu estava no Clube Naval, e eu, conversando lá com o chefe do gabinete do almirante Sílvio de Noronha, estava se discutindo o problema do petróleo, e eu disse: "É engraçado, porque todo o mundo se preocupa com o problema do petróleo, e a Marinha está completamente indiferente. A Marinha, que é um grande consumidor de derivados do petróleo, a Marinha não diz nada. Todo mundo faz conferência, todo mundo encarece, todo mundo objetiva o problema, e nós, na Marinha, estamos aqui sem nos manifestar. Não entendo isso." E aí o chefe do gabinete, que era do gabinete do almirante Sílvio de Noronha, parece que contou a minha apreciação sobre o assunto...

P.R. - Ao ministro?

A.A. - Ao ministro, e uns 20 dias depois houve a primeira conferência sobre o petróleo - aliás, muito bonita - feito pelo... Aliás é um primo meu, um capitão-de-mar-e-guerra, engenheiro naval, Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima.

V.A. - Juvenal?

A.A. - Greenhalgh Ferreira Lima. Tem um guarda-marinha herói de guerra no Paraguai que se chamava Greenhalgh também; ele é parente desse Greenhalgh. Porque é uma prima nossa que era prima dele, era irmã, se não me engano, parente desse guarda-marinha Greenhalgh. Nós dizemos Greenhalgh; em inglês talvez fosse Greenhalf, porque o h assim tem som de f, geralmente, mas nós chamamos de Greenhalgh. E o Juvenal fez uma conferência muito bonita no Clube Naval sobre o petróleo etc..., chamando atenção para as duas partes do problema do petróleo: uma é a exploração etc., e a outra é o transporte. Fez uma conferência muito bonita. Depois não me lembro se a marinha tomou mais alguma outra providência, mas pelo menos essa demonstração de interesse foi feita no Clube Naval e compareceu muita gente.

V.A. - Quer dizer, o senhor falou agora, nessa entrevista, que a bordo não se conversava sobre política e religião. Mas no Clube Naval podia?

A.A. - O Clube Naval é um clube de classe, mas que tem..., é um clube particular. Foi criado pelo almirante Saldanha.

V.A. - E lá se podia conversar sobre...?

A.A. - Lá se podia, podia-se conversar. Podia-se conversar, podia-se fazer política... Inclusive o seguinte: quando houve a revolta do *São Paulo*, do encouraçado *São Paulo*, uma porção de oficiais nossos levaram o *São Paulo* e foram exilados lá no Uruguai. E esses oficiais, para agrado do governo da época, que era do Artur Bernardes, esses oficiais foram eliminados do Clube Naval. Mas nós, da Marinha, não nos conformávamos com isso. E acabou sendo eleito presidente do Clube Naval o almirante Isaías de Noronha, que era um homem completamente independente e alheio completamente a se agradava ou desagradava. E, com o almirante Isaías, nós conseguimos fazer..., cabalar, digamos assim, um pedido de uma assembléia geral extraordinária, para examinar o assunto do retorno dos oficiais ao seio do Clube Naval. E houve um trabalho grande do governo etc., para ver se a nossa proposta era derrubada...

[FINAL DA FITA 19-B]

A.A. - ...a nossa proposta era a derrubada. Eu fui buscar oficiais nossos em casa para trazer, para votar. Com meu carro, eu fui buscar gente para votar para não ficar no comodismo etc., e nós ganhamos a votação. E os oficiais foram reintegrados no seio do Clube Naval. Mas o almirante Isaías era de uma independência, não queria saber se estava agradando ao governo ou não etc. Ele não era um indisciplinado, mas ele tinha opinião, e achava que o que estava correto é que devia ser feito. E os oficiais, antes da revolução vitoriosa, quando vieram, já tinham sido reintegrados no Clube Naval.

V.A. - O senhor, enquanto oficial de marinha, pode freqüentar o Clube Militar?

A.A. - Eu sou sócio do Clube Militar. Os oficiais...

V.A. - E o Clube da Aeronáutica?

A.A. - Não. O Clube Naval é só dos oficiais de Marinha; o Clube da Aeronáutica é só dos oficiais da Aeronáutica.

V.A. - E o Clube Militar é das três armas.

A.A. - O Clube Militar é indistintamente das três armas. O Clube Militar foi fundado no Clube Naval.

V.A. - E lá também se podia conversar bastante, não é?

A.A. - Lá também, mais ainda. [risos] Mas eu sou sócio do Clube Militar. Eu entrei para o Clube Militar na época do presidente Vargas, porque... - e até hoje sou sócio do clube... -, porque se tratava de uma eleição no Clube Militar, eu não me recordo mais qual era: um candidato à presidência do Clube Militar que era um oficial meio de esquerda.

P.R. - Devia ser o Estillac contra o Etchegoven.

A.A. - Estillac! Era o Estillac e o Etchegoven. Então houve um trabalho muito grande na Marinha para os oficiais de marinha entrarem para o Clube Militar. Então eu também fui dos que fizeram parte da inscrição, e uma porção... quase todos continuam no Clube Militar.

V.A. - E qual era a orientação da marinha nessa votação?

A.A. - De apoio... As Forças Armadas, de um modo geral, elas têm aversão ao comunismo; eu tenho aversão, não tolero o comunismo, acho que o comunismo é para a Rússia, quem quiser ser comunista vai para a Rússia - é o meu ponto de vista pessoal. Mas o militar geralmente é enquadrado nessa idéia. Não sei agora, pode ser que esteja mudando, mas nós temos uma verdadeira aversão à doutrina comunista. Eu acho que a democracia, por pior que seja... É como o Churchill pensa: por pior que seja a democracia, não há regime melhor. Então eu acho que... E não compreendo que comunista venha querer apelar para a democracia para tomar conta do governo. [riso]

P.R. - O senhor acha que o Estillac era comunista?

A.A. - Ele era de esquerda, e o perigo é que ele fosse... levado para ser instrumento de um movimento. O Estillac era...

P.R. - Era ministro da Guerra do Getúlio.

A.A. - Era, era ministro da Guerra. Foi ministro da Guerra ali por injunções. O ministro da Guerra indicado, a meu ver, por escolha do presidente, por simpatia, eu acho que era o Odílio Denys. Mas as circunstâncias políticas de momento, interesses políticos etc., levaram a ser o general Estillac. Ele era inteligente mas altamente displicente. Eram dois irmãos: um era prussiano, completamente prussiano, e o Estillac Leal era um homem completamente displicente.

Eu me lembro de um fato que me scandalizou. Eu estava no palácio do Rio Negro, lá em Petrópolis, o almirante Guillobel tinha ido despachar com o presidente, e eu às vezes acompanhava, e o general Estillac Leal estava lá. Esperamos que fosse chamado para a audiência etc., e o general Estillac botava um cigarro aqui no canto da boca, e o cigarro ia queimando. O cigarro foi queimando, queimando, queimando, ficava aquela cinza grande. A cinza grande caiu assim na gola do casaco dele. Ele sentiu que a coisa passou; em vez de ele fazer assim, ele chegou fez assim: esfregou a cinza na gola... Para ver o estado completamente alheio às coisas, não é? Um sentido natural de preservação das coisas. Não: caiu, ele foi fez assim, esfregou. [riso] Eu digo: "Mas meu Deus, como é que um militar tem uma atitude dessas?"

E outra coisa que me scandalizou muito também no meio político, já no meio político, foi... Eu era tenente, apenas tenente, e nós tínhamos ido no *Rio Grande do Sul*, a bordo do navio, nós tínhamos ido ao Maranhão, e fomos recebido no palácio, um almoço, aquelas homenagens todas que sempre prestam a gente de Marinha quando chega em qualquer parte do mundo - sempre há uma recepção muito grande e a gente frequenta o primeiro escalão... E nos fomos a um almoço lá no palácio do Governo lá em São Luís do Maranhão. O governador do Maranhão - que não me lembro o nome dele agora - até era um político antigo lá no Maranhão, e era oficial de Marinha. Era o Renato Archer da época, daquela época. E ele era o governador, nós fomos a um almoço muito bonito, e aquela acolhida muito agradável. Depois do almoço vem o tradicional café, licor e cigarros e charutos. E tinha um vice-governador, que eu não me lembro o nome... Do



governador, oportunamente, se puder, me lembro, era um oficial de Marinha que fazia política no Maranhão. E eu sei que chega um garçom com uma bandeja com duas caixas de charuto, oferecendo charutos para os convivas que quisessem fumar um charuto etc. Chegou, serviu um oficial, serviu outro, fumou outro charuto, não sei. Quando chegou perto do vice-governador, o vice-governador meteu a mão na caixa de charutos, pegou um monte de charutos e meteu num bolso aqui. Meteu a mão na outra caixa de charutos...[risos] Aquilo, para mim, um tenentezinho, aquilo me causou um choque tremendo, porque eu pensei: "Mas, meu Deus, se um homem chega a vice-governador de um estado e já faz isso com uma caixa de charutos, imagina quando ele tiver os cofres do estado, o quê que ele não vai fazer!" [risos] Mas aquilo me chocou, até hoje eu estou vendo o quadro! Tinha uma varanda muito bonita, muito grande, no palácio, e nós ali tomando café, bebendo licor, aquele aparato todo, aquele convencionalismo normal de boas maneiras, e o homem não quis saber de história: encheu o bolso de dentro de charutos, como se nunca tivesse visto um charuto na vida.

P.R. - O senhor era tenente nessa época?

A.A. - Eu era tenente, eu estava embarcado no *Rio Grande do Sul*.

P.R. - O interventor era oficial de Marinha?

A.A. - Era governador.

P.R. - Governador?

A.A. - Era governador mesmo. Depois, quando veio a Revolução de 30 etc., foi fechado o Congresso, esses políticos todos desapareceram e esse oficial voltou até para a Marinha - Magalhães, não sei o quê Magalhães. Era um oficial muito bom, muito simpático, muito agradável, e parece que era um grande governador, era um político eminente lá no estado do Maranhão. Hoje no estado do Maranhão nós temos o Renato, o Renato que é ministro da Tecnologia etc.

P.R. - Da Tecnologia, é.

A.A. - Foi vice-governador, o Renato foi vice-governador do Maranhão há muito tempo. O pai dele era político, do Renato Archer.

P.R. - O pai dele foi governador.

A.A. - O pai dele. E ele, o Renato, foi governador, se não me engano.

P.R. - Foi, não é? Não sei. O pai foi.

A.A. - É o Remy Archer, o... O que eu conheço bem é o Renato.

V.A. - Almirante, já que nós estávamos falando dos comunistas, ainda durante o governo Dutra houve a cassação do registro do partido Comunista.

A.A. - Houve. Sabe por quê? Sabe? Não sabe por que foi, não?

V.A. - Não, não sei.

A.A. - Não sabe. O problema... Quem me contou, quem foi...? Foi um funcionário da embaixada em Madri que estava em Moscou na época em que o fato se deu.

V.A. - Um funcionário brasileiro?

A.A. - Brasileiro, é. Luís Soroa. Era um funcionário brasileiro que estava servindo na embaixada em Madri. Ele disse que deu-se o seguinte: os embaixadores, na época em que o Brasil tinha relações etc., os embaixadores não tinham residência; os russos não deixavam as representações diplomáticas terem residências próprias, o pessoal ficava em hotéis. O nosso embaixador era o Pimentel Brandão, e tinha os secretários de embaixada. E havia um secretário que tinha sido até aspirante de Marinha, tinha saído porque não tinha se adaptado à vida militar, que era o não sei o quê Pina. Aliás, a Marinha tinha uns dois ou três Pina.

P.R. - Pina Gomalina, que eles chamavam?

A.A. - Pina Gomalina: cabelo muito preto, muito penteadinho, muito liso, muito brilhante - que era a moda da época cinematográfica, o pessoal passava uns negócios brilhantes, não é? Eu devo ter passado também na cabeça, para ficar bem esticadinho. E havia o seguinte: chegava no inverno... O fato se deu num inverno rigoroso. O pessoal fazia as refeições nos hotéis, e a nossa embaixada estava hospedada num determinado hotel lá. E, quando chegava a hora das refeições, todo o mundo queria fazer refeição praticamente na mesma ocasião, e o salão de refeição não dava vazão. Então formava-se fila para ir entrando à medida que saíam as pessoas que estavam fazendo a refeição, e o *mâitre* ia mandando entrar aqueles que estavam na fila.

E uma noite, estava ali a fila organizada, e parece que houve - parece que por fora, por portas travessas -, houve uma prevenção do *mâitre* com o Pina, que estava na fila. Porque o *mâitre* tinha lá uma pequena, uma coisa qualquer, que tinha feito um agrado qualquer ao Pina, ou ele teve uma ciumada qualquer com o Pina, que era um jovem secretário de embaixada etc. E estava a fila, quando o Pina chegou à cabeça da fila, que quis entrar, o *mâitre* botou a mão na frente do Pina e impediu a entrada do Pina, mandou chamar a gente que estava atrás do Pina para passar. Diz que o raciocínio do Pina foi o seguinte: "Bom, isso naturalmente é questão de mesa, de lugar na mesa, de arrumação." E esperou tranqüilamente. Quando saiu gente etc., era a vez dele, o *mâitre* botou a mão na frente dele, e chamou gente de trás. Quando chegou na terceira vez - o Pina era esquentado também, quando chegou na terceira vez, o Pina foi, meteu a mão no *mâitre* e entrou. Entrou e foi para o salão. Aí o *mâitre* já saiu atrás do Pina, formaram os garçons, pegaram o Pina, surraram o Pina e jogaram para o meio da rua na neve.

E o Pina... Nem se sabe por quê que o Pina se salvou, não morreu gelado, acabou voltando para o recinto do hotel, para o interior do hotel, e aí comunicou ao Pimentel Brandão. O Pimentel Brandão era o nosso embaixador - ele tem um filho hoje diplomata, embaixador, que eu conheci quando era adido naval em Buenos Aires. Mas o Pimentel Brandão foi avisado do incidente, e os secretários pediram ao Pimentel Brandão para fazer um aparte lá para o Ministério do Exterior comunicando o incidente, pedindo providências. E o Pimentel Brandão disse: "Não, não, vamos deixar para amanhã", não sei o quê. Quando chegou de manhã, oito horas da manhã, a parte do Ministério do Exterior da Rússia já estava a par, reclamando a ação do Pina, cobrando indenização dos estragos causados e por aí foi. Em vez do Pimentel Brandão ter

reclamado, ter tido a precedência da reclamação, já veio o negócio lá do Ministério do Exterior, reclamando da ação do secretário da embaixada, pedindo a retirada do Pina, e por aí foi.

E aí gerou-se a crise. Gerou-se a crise, e vai não vai, e vem pra cá, troca papel pra lá, troca papel para a Presidência da República, tudo isso, até que o marechal Dutra resolveu cortar, romper relações. Aí veio uma outra crise, porque não queriam deixar os nossos diplomatas regressarem para o Brasil - presos, queriam prendê-los. E foi uma crise muito grande e acabou então o diplomata podendo voltar etc. E foi assim que o Brasil rompeu relações com a Rússia. Essa é a infra-estrutura, são as causas da ruptura de relações; a crise foi gerada por esse problema.

V.A. - E daí a cassação do Partido Comunista?

A.A. - A cassação: ficou fora da lei pela Constituição. O Pina está vivo hoje, ainda pode contar a história. Ele mora em Teresópolis, parece.

P.R. - Foi por intermédio dele que o senhor soube disso?

A.A. - Não, eu soube por intermédio do Soroa Filho, que era funcionário da embaixada em Moscou quando houve esse... O Soroa já faleceu. Então ele me contou toda a história: "Não, a história foi essa assim." Ele participou do movimento. Essa é a parte por trás da cortina. Pelo menos é o que eu sei do fato. Agora, a explicação política... Nunca vi isso no jornal - a explicação disso; não foi uma...

V.A. - Qual foi a repercussão aqui na época?

A.A. - A repercussão, não tenho idéia assim, mas foi tranqüila - que eu saiba. Bom, acabamos nosso tempo, não é. *Time is up.*